



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS
Área de Concentração: História Cultural

MEMÓRIAS E IMAGENS EM TORNO DO ÍNDIO PATAXÓ HÃHÃHÃE
GALDINO JESUS DOS SANTOS (1997 a 2012)

Brasília – DF
2012

Rodrigo Piubelli

**MEMÓRIAS E IMAGENS EM TORNO DO ÍNDIO PATAXÓ HÃHÃHÃE
GALDINO JESUS DOS SANTOS (1997 a 2012)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS, Instituto de Ciências Humanas – IH, Universidade de Brasília – UnB, para obtenção do grau de Mestre em História, concentração na área de História Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Nancy Alessio Magalhães

Brasília – DF
2012

Rodrigo Piubelli

**MEMÓRIAS E IMAGENS EM TORNO DO ÍNDIO PATAXÓ HÃHÃHÃE
GALDINO JESUS DOS SANTOS (1997 a 2012)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS do Instituto de Ciências Humanas – IH, da Universidade de Brasília – UnB, como pré-requisito para a obtenção de título acadêmico de Mestre em História Cultural, sob orientação da Profa. Dra. Nancy Alessio Magalhães.

Banca examinadora

Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues _____
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. José Walter Nunes _____
Universidade de Brasília - UnB

Brasília – DF
2012

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, que sempre me incentivou e com carinho e paciência soube me escutar nas horas de angústia.

À minha filha Maria Letícia e aos meus filhos João Pedro e Paulo Augusto, que apesar das gritarias e do barulho compreenderam a importância do meu trabalho.

À professora orientadora Nancy, pela sabedoria, confiança e sensibilidade nesta jornada.

Aos companheiros de curso, pelo incentivo e solidariedade constante.

Aos servidores da Funai, em especial aos que trabalham na biblioteca, que colaboraram muito ao permitirem meu acesso ao acervo acadêmico e jornalístico da instituição.

A todos os amigos que estiveram por perto durante esta caminhada.

“É um inocente. Uma coisa que deveria ter sido valorizada, a praça, não está sendo valorizada. O monumento dele é em vão. É como se fosse uma folha seca. Entendeu? Como a folha seca, que cai e acabou. Não existe mais. É uma vida que foi e não volta. É isso que eu penso.”

Leodinéia Costa Sousa, 2011.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo identificar e interpretar memórias e imagens em torno do índio da etnia pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos, assassinado em Brasília, em abril de 1997. Sua morte provocou, na sociedade brasileira e especialmente em Brasília, um debate acerca das sociabilidades e das sensibilidades entre indivíduos numa determinada sociedade. Buscou-se identificar inicialmente, mediante pesquisa e análise de matérias jornalísticas e relatos de entrevistados, analisar e interpretar como a morte de Galdino, na capital federal, permitiu uma identificação entre passado e presente. No segundo momento, o objetivo foi identificar e analisar temas e questões tratadas nos jornais da época acerca do assassinato, bem como, perceber as relações existentes entre os entrevistados com o espaço da praça onde aquele evento ocorreu e o monumento ali erguido em lembrança e repúdio ao fato. E, ainda, identificar imagens de Brasília, sugeridas pelos jornais pesquisados, comparando-as com as construídas pelos narradores em seus relatos, na tentativa de captar possíveis imaginários construídos e desconstruídos a respeito da cidade a partir da comoção causada pelo assassinato de Galdino.

Buscou-se, assim, compreender certas relações que se estabelecem entre direitos, cultura, história e memória. E, deste modo, que referências, sentimentos e valores foram - e continuam a ser - destacados no debate que se seguiu ao fato, como também o que foi e é lembrado - e o que foi esquecido -, ontem e nos dias atuais.

Palavras-chave: Índio Galdino – Brasília - História - Violência – Cultura - Memória – Direitos – Imagem

ABSTRACT

This thesis aims to identify and interpret memories and images around the Indian ethnic pataxó Hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos, murdered in Brasilia in April 1997. His death resulted in Brazilian society and especially in Brasilia, a debate about the sociability and sensitivities between individuals in a given society.

First, we sought through research and analysis of news stories and reports of respondents, analyze and interpret as the death of Galdino, in the federal capital, allowed an identification between past and present. In the second phase, the objective was to identify and analyze themes and issues addressed by newspapers about the murder and also understand the relationship between the respondents with the space where the square and the monument that was erected there in memory and repudiation of fact . And also identify images of Brasilia, suggested by the newspapers surveyed, comparing them with those built by the narrators in their accounts in an attempt to capture possible constructed and deconstructed imaginary about the city from the commotion caused by the murder of Galdino.

We sought to thus understand certain relationships established between rights, culture, history and memory. And thus its references, values and feelings were - and remain - highlighted in the debate that followed the incident, as well as what was and is remembered - and what has been forgotten - yesterday and today.

Keywords: Indian Galdino - Brasilia - History - Violence - Culture - Memory - Rights - Picture

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A morte do índio Galdino e a demarcação das terras indígenas	13
CAPÍTULO 2 – Entre a escrita e a oralidade: memórias em torno de Galdino.....	30
2.1. Atitudes de indignação ..	31
2.1.1. Das autoridades públicas	31
2.1.2. Dos índios	43
2.1.3. Da sociedade civil	48
2.1.4. À guisa de síntese de sentidos de indignação.....	52
2.2. Busca de interpretações	53
2.2.1. Das autoridades públicas	53
2.2.2. Dos índios	57
2.2.3. Da sociedade civil	58
2.2.4. Síntese das reflexões provocadas pelas interpretações.....	66
CAPÍTULO 3 – Experiências em torno do monumento ao índio Galdino	68
CAPÍTULO 4 – Imagens de Brasília, a metrópole e o índio	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICES.....	108
1. Entrevistas transcritas	108
2. Termos de autorização de uso de voz e imagem	138

INTRODUÇÃO

Foi no contexto de discussões e estimulado pelas reflexões no decorrer da 2ª edição do curso de especialização “História Cultural: Identidade, Tradições, Fronteiras”, no período 2007/2008, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS, na Universidade de Brasília - UnB, que o objeto de pesquisa do anteprojeto foi construído, sendo aprovado na seleção do Mestrado deste Programa na área de concentração de História Cultural.

As disciplinas cursadas foram fundamentais para minha maturidade acadêmica e, conseqüentemente, para o aprimoramento do objeto de pesquisa. No entanto, vale evidenciar que a disciplina “Tópicos Especiais em História Cultural II – História, Memória e Imagens Fílmicas” contribuiu bastante para a articulação e formulação das linhas teóricas que ajudaram a embasar esta dissertação.

Em 20 de abril de 1997, em Brasília, o índio Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, foi morto por cinco rapazes, que atearam fogo ao seu corpo enquanto dormia no banco de uma parada de ônibus da W3 Sul, um bairro central da cidade. Este fato teve repercussão nacional. Quem era ele? Uma liderança indígena da tribo pataxó hãhãhãe, vindo à capital da República para tratar de questões relativas à demarcação de terras indígenas no sul do estado da Bahia. Os assassinos foram apontados pelos jornais como “jovens de classe média” e não tinham passagens anteriores pelas delegacias. Este fato dramatiza tensões que permeiam a vida de nossas sociedades contemporâneas, atravessadas por diferenças sociais, culturais e econômicas.

Assim, nesta dissertação o objetivo foi identificar e interpretar memórias e imagens em torno do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos e do seu assassinato e dos questionamentos acerca das sociabilidades e das sensibilidades na sociedade brasileira, especialmente em Brasília, provocados pelo triste fato.

Metodologicamente, como fontes de pesquisa foram selecionadas: reportagens veiculadas pela imprensa escrita local e nacional do período (jornais locais: Correio Braziliense e Jornal de Brasília; jornais nacionais: O Globo e Folha de São Paulo)¹; falas

¹ No acervo jornalístico existente na biblioteca da FUNAI, as reportagens foram catalogadas pela coordenação geral de comunicação social do órgão e em algumas matérias que foram arquivadas, os servidores responsáveis excluíram os nomes dos autores. Mesmo assim se decidiu manter as reportagens, por serem bastante relevantes para esta dissertação.

emitidas por dirigentes de instituições públicas, especialistas e pessoas comuns sobre este assunto. A pesquisa para levantamento do conteúdo jornalístico foi realizada na biblioteca da Fundação Nacional do Índio - Funai, onde existe um variado acervo catalogado de jornais da época do assassinato.

Na busca por alcançar interpretações dos materiais coletados ao longo desta pesquisa, a professora orientadora sugeriu que frequentadores da Praça² onde ocorreu o assassinato fossem entrevistados e questionados acerca de suas memórias, lembranças e esquecimentos sobre o acontecimento. Assim, foram realizadas entrevistas na Praça, ao ar livre, entre os dias 19 e 29 de outubro de 2011, em dias de semana e no sábado pela manhã, quando acontece uma feira de artesanato e de gêneros agrícolas, frequentada em grande parte por moradores das quadras próximas. Foram selecionadas pessoas que atendiam ao perfil previsto no projeto de qualificação: deveriam ser moradores de quadras próximas à Praça, usuários do comércio local e frequentadores da parada de ônibus, dentre estudantes, trabalhadores em geral, atletas e moradores de rua.

Desta forma, além do estudo das matérias jornalísticas, as entrevistas gravadas e transcritas nos permitiram interpretar valores colocados em disputa em torno deste acontecimento. Que princípios foram e são defendidos; quais são os direitos reivindicados e o que é lembrado e esquecido, passados mais de 15 anos do ocorrido.

Com este tema, busca-se compreender determinadas relações que se estabelecem entre direitos, cultura, história e memória. E, deste modo, tentar apreender referências, sentimentos e valores destacados no debate que se seguiu ao assassinato de Galdino dos Santos, como também o que é lembrado e o que é esquecido, ontem e nos dias atuais.

Com este propósito geral, nesta dissertação a escrita dos capítulos segue o apresentado adiante.

No capítulo 1, sob o título “A questão da demarcação das terras indígenas como rememoração da morte do índio Galdino Jesus dos Santos”, por meio da análise das matérias jornalísticas e dos relatos dos entrevistados foi possível refletir e interpretar como passado e presente estão reunidos em torno do assassinato do índio pataxó na capital federal do Brasil. Para tanto, foi utilizado o conceito de rememoração, encontrado nas teses *Sobre o conceito de história* do pensador Walter Benjamin e os trabalhos desenvolvidos pelas pesquisadoras Monteiro e Paraíso sobre a trajetória de luta pela posse da terra dos pataxós hãhãhãe.

² A palavra praça aparecerá na dissertação, tendo a letra “P” em forma maiúscula por entender esse espaço público como monumento.

A seguir, no segundo capítulo - “Entre a escrita e a oralidade, memórias em torno do Galdino” -, pretendeu-se identificar e analisar temas e questões tratados pelos jornais da época sobre o assassinato e confrontá-los com as memórias dos entrevistados, ouvidos 15 anos após o fato. O intuito é perceber se fazem paralelo com o que foi noticiado pelos jornais analisados.

No capítulo 3, “Experiências em torno do monumento do índio Galdino”, o objetivo é interpretar e analisar as narrativas dos entrevistados, considerando gestos, atitudes, comportamentos dos entrevistados no trabalho de campo - assim como o silêncio, os risos, a insegurança, o medo e a coragem -, acerca do acontecimento e suas relações com o espaço da Praça e o monumento ali erguido. Nesta parte, foram estabelecidos diálogos especialmente com os trabalhos de Gagnebin e Pollak, utilizando os conceitos de memória, esquecimento e identidade que fazem parte das discussões e reflexões desenvolvidas.

No quarto e último capítulo - “Imagens de Brasília, a metrópole e o índio” -, são identificadas e analisadas as imagens da cidade sugeridas pelos jornais pesquisados, comparando-as com as construídas pelos entrevistados em seus relatos. Buscou-se captar possíveis imaginários construídos e desconstruídos a respeito desta cidade com o impacto do assassinato de Galdino. Neste capítulo, foram retomados trabalhos de diversos pesquisadores que debatem a história de Brasília, mas principalmente a concepção de Holston sobre o modelo modernista da capital federal. No que tange às reflexões sobre o imaginário social, foi utilizado o conceito de Baczko.

Nas considerações finais, foram articulados os aspectos fundamentais analisados e refletidos em cada capítulo.

CAPÍTULO 1 – A questão da demarcação das terras indígenas como rememoração da morte do índio Galdino Jesus dos Santos

O assassinato do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos, em 20 de abril de 1997, queimado vivo enquanto dormia em uma parada de ônibus no centro de Brasília, provocou reações de perplexidade na sociedade brasileira. Além da forma cruel como foi morto, buscou-se entender a razão da presença de Galdino na capital federal.

No período do acontecimento havia ocorrido a *Marcha dos Sem-Terra* em Brasília, movimento apoiado por várias entidades da sociedade civil, que dela participaram. Muitos pensaram que Galdino estava na cidade participando desta manifestação pública.

Apesar de vários povos indígenas terem participado das ações promovidas pela Marcha, os pataxós tinham uma pauta específica de reivindicações a serem apresentadas para a Funai, como doravante será chamada a Fundação Nacional do Índio. Esta informação foi divulgada por alguns jornais, como mostrado abaixo:

O conselheiro dos pataxós veio a Brasília comemorar o Dia do Índio, mas também trouxe as reivindicações pela demarcação das terras indígenas na Bahia. Era um líder tímido, de poucas palavras, inclusive pela dificuldade que tinha em falar português – a língua dos pataxós é o tupi-guarani. Galdino também conhecia pouco a cidade – era sua segunda visita – e acabou perdendo-se na festa que ocorria na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), que fica na 902 Sul, no início da Asa Sul. Depois de muito andar e sem ter para onde ir, abrigou-se no ponto de ônibus a poucos metros da pensão onde não conseguiu acolhida, até que os cinco rapazes apareceram e lhe atearam fogo. Entre os conselheiros de sua tribo, Galdino era um dos que menos viajou. Esteve em Brasília em 1993, para resolver um incidente entre a Polícia Militar baiana e os pataxó. Na sexta-feira passada, ele voltou, com um grupo de oito índios da tribo, para participar das comemorações promovidas pela Funai pelo Dia do Índio e participar da *Marcha dos Sem-Terra*. (CORREIO BRAZILIENSE, 1997, p. 6)

Sendo assim, a presença dos pataxós hãhãhãe na capital federal está ligada a uma pauta específica: a questão da luta pela posse da terra e, em especial, a sua demarcação pelo Estado brasileiro. Estas são questões de longo tempo não solucionadas, e que têm produzido um rastro de miséria e morte para os povos indígenas, de modo especial para os grupos que sobrevivem no sul da Bahia, como destaca matéria veiculada à época:

A morte de Galdino Jesus dos Santos foi um dos 233 casos de violência praticadas contra índios nos últimos dois anos. Segundo o mais recente relatório feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai), 25 índios morreram assassinados em 1995, por diversos motivos, sendo que 15 desses crimes foram cometidos por brancos. Um dos mortos era João Cravim, irmão de Galdino, que foi morto mas os culpados nunca foram punidos. A violência contra índios aumentou cerca de 145% nos últimos anos, segundo relatório da Funai. Em 1995, último levantamento feito pelo órgão, foram registrados 25 assassinatos. (IDEM, IBIDEM)

A constatação de que o problema dos pataxós hãhãe se arrasta desde longa data foi observada por Monteiro em seus trabalhos, onde defende que a espoliação deste grupo indígena remonta ao século XIX:

A expansão da lavoura cacauera, na década de 1860, no vale do rio Pardo, decretou, a médio prazo, a extinção dos aldeamentos do sul da Bahia. O processo de ocupação do solo se fazia de forma arbitrária e de acordo com a capacidade de conquista. O interesse do governo, entre outros, era transformar terras devolutas em áreas produtoras e estimular a transferência de considerável número de pessoas, transformando-as em imigrantes desbravadores dos sertões, desmatando e plantando cacau e roças de subsistência. Para tanto foi incentivada a instalação de colonos estrangeiros e oriundos da região canavieira em decadência nos rios Peruípe, Salsa, Colônia, Contas, Jequitinhonha. Essa expansão desordenada se refletiu, em especial, sobre os territórios indígenas que ofereciam menor resistência a esse movimento de interiorização.

Os índios vagavam dispersos pela área, empregando-se como assalariados temporários em fazendas onde eram aceitos. Desde 1888, eram registrados constantes deslocamentos de vários grupos Kamakan-Mongoió entre os rios Ilhéus e Uma, Pardo e de Contas, e de Pataxó nas proximidades de Ferradas, no rio Colônia. A questão passou a ter maiores dimensões à medida que o plantio de cacau se expandiu e os conflitos entre índios e fazendeiros e seus capatazes se tornaram constantes. (MONTEIRO, 2002, p. 368)

O processo de expansão cacauera no sul da Bahia contribuiu para o aumento da tensão entre as populações indígenas que viviam nos aldeamentos e os proprietários rurais, interessados em ampliar suas áreas de produção. Já no início do século XX, os problemas decorrentes dos conflitos entre os fazendeiros e as populações indígenas se agravaram, forçando o Estado a se posicionar sobre a questão, como aponta Monteiro:

Nesse contexto, o governo do Estado da Bahia, pressionado pelas demandas do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN, reservou, através da Lei nº 1.916 de 9 de agosto de 1926,

cinquenta léguas quadradas de terras em florestas gerais e acatingadas, destinadas à conservação das essências florestais naturais e gozo dos índios, localizada entre os rios Pardo e Gongongi, afluente do rio de Contas. Os limites da reserva haviam sido definidos pelo decreto estadual de 9 de março do mesmo ano. Ações de invasões e apropriação das terras da Reserva Indígena do Sul da Bahia se multiplicaram desde sua criação, em 1926, alternando momentos de violência explícita e outras formas de litígio de menor intensidade. Todavia, a prática de acuar os índios, confinando-os em reduzidas parcelas de terra, controlando seus movimentos, punindo qualquer ação de protesto, desconhecendo os direitos dessas populações, foi constante. (IDEM, IBIDEM)

Sem dúvida, problemas envolvendo conflitos de terras em decorrência da violência praticada por arrendatários que reivindicam a titulação das terras indígenas que invadiram e a resistência de seus ocupantes nativos têm sido marcantes no Brasil. No entanto, de modo geral, esses conflitos acabam sendo encarados pelas autoridades públicas como problemas localizados em alguns estados, cabendo uma resposta dos governos estaduais para a solução dos conflitos.

Desta forma, as ações governamentais estaduais eram e ainda são bastante limitadas, haja vista o comprometimento de muitos políticos na defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais, especialmente no estado da Bahia, onde a própria Polícia Militar atuava nas áreas de conflito de forma autoritária e repressiva às ações de resistência dos índios.

O assassinato do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos na capital federal pelos jovens de classe média acabou permitindo que as demandas dos povos indígenas ganhassem importância no debate político nacional. Sem dúvida, a morte de Galdino não foi provocada por questões fundiárias no sul da Bahia, mas a demanda defendida por seu povo ganhou significativa relevância e visibilidade. Tanto que acabou sendo destacada por diversos jornais:

Os índios pataxós hãhãhãe foram expulsos de suas terras à bala, nos anos 50 e 60. Em 1982, voltaram a se juntar e invadiram a antiga área indígena Paraguaçu/Caramuru, onde estava instalada a fazenda São Lucas, no município de Pau Brasil (BA). Desde essa época, a briga dos índios com os fazendeiros tem sido constante. Pelos menos cinco índios foram assassinados desde a ocupação. Em 1993, os Pataxós invadiram outras três fazendas, chegando a tomar 15 pessoas como reféns.

A situação na aldeia é crítica. A mortalidade infantil vem crescendo a uma média de 20% a 30% ao ano. Os índios se queixam da falta de recursos nas aldeias e da ausência de uma política de saúde. A comunidade foi atingida por uma epidemia de cólera em 1992. No mesmo ano, morreu o principal líder do grupo, Higino Francisco Muniz. (CORREIO BRAZILIENSE, 1997)

A história dos pataxós hãhãhãe começou a aparecer em jornais de circulação nacional, que destacaram suas lutas e um processo judicial que aguardava julgamento no Supremo Tribunal Federal, razão primeira da presença de Galdino em Brasília:

Os pataxós hãhãhãe, grupo ao qual pertence o índio Galdino Jesus dos Santos, estão assentados provisoriamente numa área de 1.079 hectares, nos municípios de Pau Brasil, Camacan e Itajú do Colônia, sul da Bahia.

A região é marcada por fazendas de cacau e litígios pela posse da terra. Desde o descobrimento do Brasil, o sul da Bahia é o território original dos pataxós. Neste século, porém, os índios acabaram se dispersando pelo país. Só na década de 80, os 2 mil remanescentes do grupo indígena conseguiram retornar ao local.

Hoje os pataxós reivindicam ali uma área de 36 mil hectares, onde, no papel, chegou a ser criada uma reserva em 1926. A área acabou ocupada por fazendeiros de cacau.

Há um processo judicial a respeito da área, desde o início dos anos 80, que aguarda julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal).

Santos se encontrava neste fim de semana em Brasília para participar das comemorações do Dia do Índio e para se informar sobre o andamento do processo.

A ação estava para ser relatada pelo ministro Francisco Rezek, que deixou o STF e foi substituído por Nelson Jobim.

Segundo o antropólogo José Augusto Sampaio, professor da Universidade do Estado da Bahia e membro da Associação Nacional de Ação Indigenista, 398 fazendeiros e posseiros são réus na ação.

O processo caminha devagar. Levou dez anos para citar todos os réus, disse o antropólogo.

Aculturados, os pataxós não mantiveram sua língua original e, hoje, falam português. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997, p.3)

Em virtude do assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, é interessante perceber como a demanda pela posse da terra pelos povos indígenas ressurgiu nas matérias publicadas pelos jornais, onde diversos segmentos da sociedade começam a se posicionar sobre o assunto. Iluminando a questão atual, Walter Benjamin contribui ao afirmar que

(...) articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. (BENJAMIN, 1994, p.224)

Quando o artigo citado afirma que desde “o descobrimento do Brasil, o sul da Bahia é o território original dos pataxós”, fica evidente a questão do passado não resolvido, que reaparece no presente mediante o acontecimento trágico, provocando e dando visibilidade à discussão pelo direito de posse da terra. O assassinato brutal de um índio indefeso na capital

federal do Brasil acabou contribuindo para um exercício de rememoração. Conceito destacado por Lowy, que dialoga com Benjamin:

É evidente que a rememoração das vítimas não é, para ele, uma lamúria, melancólica ou uma meditação mística. Ela só tem sentido quando se torna uma fonte de energia moral e espiritual para aqueles que lutam hoje. Trata-se da dialética entre o passado e o presente já sugerida pela tese IV (LOWY, 2005, p. 111)

A demonstração mais efetiva da dialética entre passado e presente como energia moral e espiritual aparece no relato do cacique a um jornal local:

O cacique Wilson Jesus de Souza conta, com orgulho, que em 1926 o então Ministério da Guerra fez a demarcação de 36 mil hectares de terra para os pataxós. ‘Aí o Serviço de Proteção ao Índio começou a arrendar terras, e os que compraram nos expulsaram’, explicou. Em 1982, os índios, que haviam se espalhado pelo Espírito Santo e Minas, começaram a ser reagrupados novamente. A marca dessa reunião é a miscigenação. Há pataxós claros e outros negros, dada a mistura com outras raças. Naquele ano, retomaram parte de sua área de 1.079 hectares, onde se localiza a aldeia Caramuru-Paraguaçu. ‘Temos história e queremos respeito’, afirmava ontem, inconformado, Elkson Santana Pataxó, primo de Galdino. (JORNAL DE BRASÍLIA, 1997, p.18)

Apesar da morte do índio pataxó em Brasília não ter sido provocada por razões ligadas aos conflitos dos índios no sul da Bahia, algumas lideranças que estavam na cidade responsabilizaram o governo pelo acontecimento:

Nós somos os brasileiros legítimos. Mas o governo não respeita a gente. ‘O presidente da Funai, Júlio Gaiger, é mal, é criminoso’, criticou o cacique Aniceto, também da tribo xavante, que aproveitou a marcha para reclamar do governo. ‘É tudo culpa do governo. Se ele respeitasse nossos direitos, Galdino não precisaria ter vindo aqui e não teria sido queimado’, disse. (MELAZO, 1997, p. 2)

Importante destacar a ação promovida pelos pataxós hãhãhãe em virtude da morte do companheiro. A sociedade estava sensibilizada pelo acontecimento brutal, como também atenta às demandas dos povos indígenas, que ganharam visibilidade nacional. Nesse contexto, cinco fazendas no sul da Bahia foram tomadas pelos pataxós hãhãhãe, que mantiveram como refém o presidente da Funai à época, Júlio Gaiger, como divulgou a imprensa:

Os índios pataxós ocuparam na tarde de ontem cinco fazendas no sul da Bahia. Além da Paraíso, as fazendas São Sebastião, Bom Jesus, Nova Vida 1 e Nova Vida 2 foram invadidas. Não houve violência. Também não houve resistência dos funcionários das áreas ocupadas. Alguns se refugiaram na mata. Os que ficaram não foram hostilizados. Localizada a seis quilômetros da aldeia pataxó em Pau Brasil, a fazenda pertence, segundo decisão da Justiça Federal, aos índios. As cinco fazendas, porém, foram ocupadas por grileiros da região. Os índios aproveitaram-se da presença do presidente da Funai, Júlio Gaiger, e do deputado federal Alcides Modesto (PT-BA) na região para fazê-los reféns. A diplomacia da crise, porém, convencionou chamar a detenção de ‘convite’. ‘Aceitei o convite de ficar’, disse Gaiger, que passou 36 horas em poder dos índios. Trinta jornalistas que acompanharam o enterro do índio Galdino e o encontro de Gaiger com as lideranças indígenas foram detidos por três horas. (WEBER, 1997, p.9)

Sobre essas ações promovidas pelos pataxós hãhãhãe, é possível lembrar algumas observações feitas por Benjamin na Tese IV, em *Sobre o conceito de História*, interpretadas por Lowy, quando se refere às habilidades dos oprimidos:

De certa maneira, nesse caso, Benjamin está próximo de Brecht: como ele, insiste na prioridade das coisas ‘brutas e materiais’. ‘Em primeiro lugar, a comida, depois a moral’, cantam os personagens de *A ópera dos três vinténs*. Todavia, ao contrário de seu amigo, Benjamin atribui uma importância capital às forças espirituais e morais na luta de classes: a fé – tradução benjaminiana da palavra *Zwversicht* – a coragem, a perseverança. A lista das qualidades espirituais inclui também duas que são perfeitamente ‘brechtianas’: o humor e sobretudo a *astúcia* dos oprimidos. (apud LOWY, 2005, p. 59)

Em virtude do assassinato de Galdino, demandas de outros povos indígenas ganharam importância nos jornais. Sem dúvida, a temática das demarcações de terras acabou conquistando espaço nas matérias jornalísticas, como também grupos indígenas de outros estados teriam sido estimulados a ações semelhantes às ocupações de fazendas pelos pataxós no sul da Bahia:

Pintados para a guerra e portando armas rudimentares, um grupo de 80 guaranis-caiovas está disposto a resistir a um despejo que pode ocorrer a qualquer momento. Eles invadiram 500 hectares da Fazenda Alegria, localizada no município de Maracaju, a 70 quilômetros de Campo Grande, e afirmam que só deixarão o local se forem mortos. O coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Olívio Mangolin, que está intermediando o conflito, disse que a disposição dos índios é de cometer suicídio coletivo caso ocorra o despejo com força policial. O administrador substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai), Valdir Evangelista, responsável pelo grupo indígena, solicitou prazo para o juiz da 1ª Vara

Federal no estado, Jean Marcos Ferreira, alegando que o magistrado conhece bem o caso, que começou em 1986 quando os guaranis-caiovás foram despejados da mesma área, logo depois que a gleba havia sido demarcada pela Funai como sendo terra indígena. (CORREIO BRAZILIENSE, 1997, p.11)

As perspectivas de lutas, presentes nas mobilizações que voltaram a ocorrer em virtude das repercussões do assassinato de Galdino, demonstram que o passado de sofrimento e de espoliação e o presente de violência não são vistos sob uma ótica de submissão. Pelo contrário, são encarados como resistência e luta. Para Lowy, esse encontro entre passado e presente se afirmaria da seguinte forma:

A relação entre hoje e ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente. Os antigos combates se voltam ‘para o sol que está a se levantar’ mas, uma vez tocados por essa claridade, alimentam a consciência de classe daqueles que sublevam hoje. Nesse caso, o ‘sol’ não é, como na tradição da esquerda ‘progressista’, o símbolo do acontecimento necessário, inevitável e ‘natural’ de um mundo novo, mas da própria luta e da utopia que a inspira. (LOWY, 2005, p. 61)

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que cresciam posições políticas favoráveis às demarcações das terras indígenas, no Congresso Nacional surgiam reações contrárias à forma como eram conduzidos os processos de demarcações pela Funai. O assassinato do índio Galdino não havia sido capaz de sensibilizar todos os parlamentares para a causa indígena. Contrariamente, setores ligados aos proprietários rurais ocupantes de terras indígenas, em especial no Maranhão, foram reticentes nas críticas à Funai e à atuação do Governo Federal, como destaca a notícia abaixo:

Uma providencial moção de solidariedade com a tribo pataxó, da Bahia, lida pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), interrompeu ontem uma acalorada discussão contra a política governamental de demarcação de terras indígenas. A Funai, no caso, foi acusada de beneficiar os índios guajajara e krikati, do Maranhão. O palco das denúncias contra a política da Funai foi, ironicamente, a Comissão Externa para Demarcação de Terras Indígenas, da Câmara dos Deputados. Tudo começou quando o diretor de Assuntos Fundiários da Funai, Áureo Faleiros, defendeu a posição governamental referente à manutenção dos 146 mil hectares de terras para os índios do Maranhão. E isso, a despeito da posição contrária da maior parte da bancada maranhense e dos prefeitos dos municípios de Amarante, Montes Claros e Sítio Novo, presentes na audiência pública da Comissão. Irritado, o deputado Salomão Cruz (PFL-RR) falou do ‘absurdo’ da demarcação e questionou o

funcionário da Funai sobre a situação dos agricultores da região, possuidores de títulos da terra. Diante da resposta de Faleiros, segundo a qual o Governo não indeniza terras indígenas consideradas propriedades da União, o deputado ameaçou ir à Justiça para fazer valer os direitos dos proprietários. Sarney Filho interveio: ‘Senhores deputados, sendo essa a primeira reunião da comissão de demarcação que se realiza depois do assassinato do índio pataxó Galdino, queria submeter a aprovação de uma moção de repúdio ao crime e de solidariedade com a tribo pataxó.’ Sarney Filho justificou a moção dizendo que aquela comissão especial, criada com a finalidade de emitir, acompanhar e fiscalizar as demarcações das áreas indígenas, tinha a obrigação de repudiar ato tão condenável. Apesar do lamento de Sarney e da aprovação dos deputados, não houve recuo por parte dos partidários dos donos de terras. (AZEREDO, 1997, p.16)

O posicionamento dos parlamentares no episódio descrito é retrato claro da disputa pela terra envolvendo proprietários rurais e índios, questão que o assassinato de Galdino acabou trazendo ao debate. O momento era marcado pela violência, sofrida principalmente pelos povos indígenas no Brasil.

Sem dúvida, a violência praticada pelos proprietários rurais tem sido uma característica ao longo da história do Brasil, onde a força do poder econômico se faz representar dentro das esferas políticas. É possível evidenciar, mesmo diante de tanta atrocidade e violência praticada pelos proprietários rurais no nordeste do país, a capacidade de luta e resistência dos povos indígenas, reveladas nas ações de retomada de suas terras e busca por infraestrutura básica em suas aldeias.

Contudo, dentro de um olhar mais específico, é possível identificar nas várias ações – quer sejam judiciais, mas acima tudo pela retomada das áreas -, que após o assassinato brutal do índio Galdino Jesus dos Santos e sua repercussão, a comunidade dos pataxós hãhãhãe não apenas fortaleceu suas iniciativas internas como grupo, como ampliou suas conquistas. O que foi constatado em estudo feito por Paraíso:

A violência sofrida por Galdino, quando foi queimado vivo enquanto dormia num banco do ponto de ônibus em Brasília por jovens de classe média alta, somou-se à revolta por esse fato o conhecimento de terem ganho a ação de Manutenção de Posse das fazendas do Mundo Novo e, aproveitando-se da comoção social, os pataxós hãhãhãe retomaram, sob a proteção da Polícia Federal, as referidas fazendas, para onde parte do grupo já havia se deslocado, apesar dos protestos e das ameaças dos fazendeiros que ali estavam instalados. A outra grande ação, a de Nulidade de Títulos, referente aos trinta e seis mil hectares e iniciada em 1982, ainda se arrasta no Supremo, que determinou a realização de nova Perícia Antropológica e Topográfica, que estará concluída no fim deste primeiro semestre de 1998. Observa-se ainda que, se, por um lado, há uma tentativa de fortalecimento e revitalização de manifestações culturais consideradas como sinais

indicativos e afirmadores da sua identidade étnica, constata-se também uma aproximação das lideranças indígenas dos políticos regionais. Alguns deles, inclusive, foram candidatos a Vice-Prefeito de Pau Brasil e a vereadores, sem, no entanto, conseguirem se eleger. Porém, alguns acordos têm sido feitos e têm beneficiado a comunidade indígena em termos de investimentos de infraestrutura nas áreas ocupadas pelos índios, acesso à escola e fornecimento de água em momentos de seca na região. (PARAISO, 1998, p.798)

A mobilização dos pataxós hãhãhãe continua, mesmo diante das várias adversidades enfrentadas, seja pelas condições precárias de vida em suas aldeias, seja pela dor e pelo sofrimento da perda de parentes e companheiros na luta pela terra.

Um aspecto relevante, importante a ser observado sobre as implicações do assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, foi perceber que o seu nome e o incidente cruel do qual foi vítima também são lembrados e associados à questão da demarcação das terras indígenas de modo geral. Foi possível constatar, nesta pesquisa, que sua trajetória de vida e morte acabou sendo incorporada nos debates sobre as demarcações das terras indígenas como um todo, não ligada apenas à questão dos pataxós hãhãhãe do sul da Bahia.

Isso foi verificado na questão sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, localizada em Roraima, onde cabia ao Supremo Tribunal Federal, no segundo semestre de 2008, decidir sobre o pleito o que, sem dúvida, provocaria desdobramentos sobre os demais processos de demarcação das terras. No jornal local Correio Braziliense, essas evidências são assim veiculadas:

Levantamento do Jornal Correio Braziliense com base em dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) mostra que existem no STF outras 140 ações relacionadas à posse de áreas habitadas por índios. Há processos envolvendo reservas localizadas na Bahia, Paraíba, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas, Paraná e Rio Grande do Sul. Diversas etnias têm seus interesses questionados no STF. Mas os dois casos mais emblemáticos, devido ao tempo de tramitação e à violência em torno da disputa territorial, são os dos pataxós hãhãhãe da Bahia e dos guaranis caietés da terra Nanderu Marangatu, no Mato Grosso do Sul. (OLIVETO, 2008, p. 10)

Na mesma matéria sobre a reserva, o assassinato de Galdino é lembrado, associado ao primeiro tema apresentado:

A líder indígena Ilza Pataxó está ansiosa pelo resultado do julgamento. Há 26 anos, ela vê seu povo lutar pela demarcação, no sul da Bahia, dos 56 mil hectares onde vivem cerca de 3 mil Pataxó Hãhãhãe. 'Já perdemos muitos

parentes (índios de outras etnias), inclusive o Galdino, por causa dessas terras. Muitos anciãos já se foram sem ver a questão resolvida' lamenta. Em 20 de abril de 1997, o pataxó Galdino Jesus dos Santos foi assassinado numa parada de ônibus em Brasília, por jovens que atearam fogo ao seu corpo. O índio estava na capital para reivindicar a demarcação da terra. De acordo com Ilza, a violência contra os indígenas é constante na região. 'Nosso dia-a-dia é uma verdadeira ameaça', conta. Existem relatos de brigas entre os pataxós e não-índios desde 1926, quando o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) aldeou os indígenas numa área de 300 km². Não demorou para que fazendeiros locais discordassem e entrassem em conflito com os pataxós. Entre 1976 e 1980, o governo da Bahia concedeu títulos de propriedade a produtores rurais na área reivindicada pelos índios. Em abril de 1982, famílias de pataxós resolveram retomar, por conta própria, mil hectares da Fazenda São Lucas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) entrou com uma ação – que naquele mesmo ano chegaria ao Supremo – pedindo a anulação dos títulos dos fazendeiros. Os 25 volumes do processo estão nas mãos do ministro Eros Grau. A previsão é que a ação seja julgada no plenário em 3 de setembro. (IDEM, IBIDEM)

O relato da líder indígena Ilza Pataxó, que descreve a luta pela terra e lembra os parentes que morreram, além de destacar o assassinato de Galdino, é a constatação de que, para os povos indígenas, a trajetória dos antepassados dá sentido aos combates do presente, e tê-los na lembrança nos momentos de luta e confrontação é possibilitar um projeto de futuro. É importante destacar que esses gestos se aproximam de algumas preocupações benjaminianas, como destaca Lowy:

Segundo Benjamin, se esquecer seus ancestrais martirizados: não há luta pelo futuro sem memória do passado. Trata-se do tema da redenção das vítimas da história, que são encontradas nas teses II, III e IV, em seu duplo alcance, teológico e político. A insistência de Benjamin sobre os ancestrais vencidos pode parecer estranha. Ela é, sem dúvida, unilateral, uma vez que a luta contra a opressão se inspira tanto em vítimas do passado quanto em esperanças para as gerações do futuro – e também, ou sobretudo, na solidariedade com as do presente. Ela faz pensar no imperativo judaico: *Zachor*, lembre-se! Lembre-se de seus ancestrais que foram escravos no Egito, massacrados por Amalek, exilados na Babilônia, dominados por Tito, queimados vivos pelas Cruzadas e assassinados pelos *pogroms*. Encontramos o culto aos mártires, de uma outra forma, no cristianismo, que fez de um profeta crucificado seu Messias e de seus discípulos torturados seus santos. Mas o próprio movimento operário seguiu esse paradigma, de uma maneira perfeitamente profana. A fidelidade à memória dos 'mártires de Chicago' – os sindicalistas e anarquistas executados pelas autoridades americanas em 1887, o ritual do 1º de maio. (LOWY, 2005, p. 109-110)

É interessante perceber que, mesmo em 2008, quando já haviam se passado 11 anos do assassinato, o tema da demarcação apareceu associado ao índio Galdino. No entanto, sobre a anulação dos títulos imobiliários dos proprietários rurais na reserva no sul da Bahia, o STF não se pronunciou na ocasião, tornando o processo mais lento. Mesmo com a morosidade da Justiça, a perspectiva de mobilização e acompanhamento do processo em Brasília se manteve. Em outros momentos em que houve a presença de pataxós hãhãhãe na cidade, a memória do índio Galdino Jesus dos Santos parecia ser garantia de mais sentido e propósito às suas mobilização e articulação. Tanto que, em setembro de 2011, retornaram a Brasília, no intuito de pressionar os ministros do Supremo Tribunal Federal para que proferissem decisão favorável à sua demanda. No informativo do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) assim foi relatada a presença dos pataxós hãhãhãe na cidade:

Um dos atos públicos do povo pataxó hãhãhãe acontece na Praça Galdino hoje (27/09), às 16h, com ritual para lembrar a luta do indígena, queimado e morto em abril de 1997, enquanto reivindicava na Capital Federal a nulidade dos títulos imobiliários dos invasores das terras de seu povo, agora em pauta no Supremo Tribunal Federal (STF). ‘Os ministros do Supremo precisam levar em conta todo o nosso sofrimento, toda nossa dor’, disse a irmã de Galdino, Yaranmy Pataxó Hãhãhãe. Hoje os indígenas irão à Fundação Nacional do Índio (Funai) – autora da ação a ser votada pelo STF, por volta das 9h30, e na sequência farão reuniões com parlamentares e Advocacia Geral da União (AGU) para mostrar todo o histórico da luta pela Terra Indígena Caramuru. À tarde, por volta das 16 horas, realizam ritual indígena na Praça Galdino, na Asa Sul (703/704), e de lá seguem para vigília na porta do STF, que deve ir até perto das 22 horas. Em 2008, Eros Grau, relator do processo, recebeu os indígenas e seu voto foi pena nulidade dos títulos. Hoje está aposentado do STF, mas tanto o voto como a relatoria não perdem a nulidade. Segue na votação, conforme a pauta, a ministra Carmem Lúcia. (SANTANA, 2011)

O local do assassinato do índio Galdino acabou se revestindo de grande importância para os pataxós hãhãhãe, como também construiu outros significados para a Praça. Antes Praça John Kennedy, mudou para Praça do Compromisso³ e atualmente é conhecida como Praça Índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos⁴.

³ DISTRITO FEDERAL, Decreto nº 18.189, de 22 de abril de 1997. Dá a denominação de Praça do Compromisso à Praça John Kennedy e dá outras providências, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 23 de abril de 1997.

⁴ DISTRITO FEDERAL, Lei nº 3.309 de 19 de janeiro de 2004. Dá a denominação de “PRAÇA ÍNDIO PATAXÓ GALDINO JESUS DOS SANTOS” a chamada Praça do Compromisso situada na 703/704 Sul na Região Administrativa de Brasília RA – I, e dá outras providências, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de 21 de janeiro de 2004. A Lei é de autoria do Deputado Distrital Benício Tavares, apresentada através do Projeto de Lei nº 1494/2000 aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Mas vale destacar que, durante as entrevistas realizadas com pessoas que interagem com o espaço da Praça, foi possível perceber que o local já era utilizado pelos índios de modo geral. A senhora Therezinha Loos, artesã que atua há bastante tempo na feira de artesanato que ali acontece aos sábados, quando questionada sobre o incidente com o índio Galdino Jesus dos Santos afirmou:

Lembro sim, nós já tínhamos a feirinha, a feira mista da Asa Sul aqui na Praça, e prestamos grande homenagem nessa época aos índios, porque eles ocupavam grande parte da Praça. Então eles frequentavam todo o sábado, e nesse dia principalmente por ser o Dia do Índio. (LOOS, 2012)

A constância de suas presenças talvez ocorresse em virtude das diversas pensões próximas à Praça, também perto da Funai, onde muitos se hospedam. O que pode explicar a afirmação da entrevistada sobre o contato que tinham com os índios nos dias da feira de artesanato, quando eles demonstravam interesse pelos objetos comercializados pelos feirantes:

Eles tinham interesse no artesanato, inclusive nos pediam algumas vezes, que nós déssemos algumas coisas para eles, mas, ao mesmo tempo eles vinham comprar. E chegou até um índio fazer compras usando dólar, em uma das bancas, o que chamou muita atenção deles. Ao mesmo tempo que alguns faziam compras com o dólar, eles também nos pediam muitas coisas. Às vezes incomodava, mas na grande maioria das vezes não. Eles vinham com as crianças, brincavam aqui e algumas vezes, nós pedíamos que eles fizessem a demonstração da cultura deles aqui na Praça, e eles só aceitavam fazer demonstração de canto e de dança infantis em troca de algo, ou de cesta básica, ou de cobertores ou mesmo dinheiro. Eles nunca faziam nada que não fosse em troca de algum bem material. (IDEM, IBIDEM)

O testemunho de sua ligação com a memória do acontecimento e seu significado para os demais povos indígenas apareceu no relato feito pelo sargento da Polícia Militar do Distrito Federal, Waldir Florêncio Lima, coordenador das ações no Posto Policial da Praça, que afirmou:

Com certeza, quando os índios vêm à Brasília, eles não deixam de visitar aqui esse monumento, local onde o índio Galdino foi incendiado e morto. Eles vem aqui sim, tiram fotos, passam por aqui e depois seguem seu destino. Mas eles costumam vir aqui. (LIMA, 2011)

Também para outros grupos indígenas, onde o índio Galdino foi assassinato se tornou lugar de memória para a luta e a resistência dos povos indígenas no Brasil e em Brasília. Inclusive, em episódio recente também publicado nos jornais, tratou da questão da área Indígena Santuário dos Pajés, onde está sendo construído um conjunto habitacional de classe alta, denominado Setor Noroeste. Na disputa pela área, os índios da tribo fulni-ô tapuya promoveram manifestações na Praça, provavelmente associando a luta pela terra travada por eles às demandas antigas que Galdino havia trazido para Brasília:

Pela manhã, índios fulni-ô tapuya que vivem na região do Santuário do Pajé foram até a Praça Galdino, na 703/704 Sul, para agradecer à Justiça Federal. Na terça-feira (24/11), a Justiça determinou que a Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap) não realize ou permita que se realizem quaisquer obras na área reivindicada pela Comunidade Indígena Bananal/Santuário dos Pajés onde será construído o Setor Habitacional Noroeste. A autarquia também não pode promover qualquer ato que possa intimidar ou ameaçar os membros da comunidade. (CORREIO BRAZILIENSE, 2009)

É importante perceber que a Praça se tornou um espaço pleno de sentidos e significados para os índios de modo geral, não apenas para os pataxós hãhãhãe. No entanto, para esses, a Praça assume um caráter mais particular de suas histórias. Esse exercício de memória só é possível através da lembrança, que permite fazer com que o passado retorne e ganhe propósito no presente. Para Anna Luiza Coli, isso é possível apenas pela rememoração:

A rememoração integra e sobrepõe, portanto, épocas distantes e aparentemente desconectadas e assim, por um lado, supera o isolamento da distância temporal ao juntar as ruínas da história nessa espécie de tempo absoluto, sem amarras e, por outro, constringe o passado e presente a estabelecerem uma nova conexão significativa que não pode ser reduzida a uma continuidade linear. A rememoração, portanto, é uma espécie de ‘citação’ histórica que extrai significados da junção de épocas às vezes separadas por milênios. (COLI, 2001, p. 21)

E continua:

Assim sendo, cada experiência particular de um indivíduo reaparece como um fragmento significativo que se recuperado pelo esforço do recordar, é colocado juntamente aos inúmeros fragmentos para que, no jogo de conexões, a verdade de uma determinada época possa ser apresentar. (IDEM, IBIDEM)

A Praça onde aconteceu o assassinato foi se transformando em um local de rememoração, de retorno ao passado. Na luta comum entre os diversos grupos indígenas pela regularização de terras, a Praça se transformou em monumento, lugar sagrado. A capital federal não é apenas a cidade do poder – imagem das mais fortes sobre Brasília, por ser sede do poder político - onde se decide sobre suas demandas, mas se tornou parte da história do povo pataxó hãhãhãe:

Desde que o processo foi aberto, cerca de 30 lideranças do povo da cacique foram assassinadas sem punição de nenhum dos executores ou mandantes das mortes. Yaranwy Pataxó Hãhãhãe é irmã de Galdino, queimado numa parada de ônibus em Brasília (DF) enquanto lutava pelas terras de seu povo junto ao governo e STF. Cinco garotos de classe média alta atearam fogo em Galdino na madrugada de 20 de abril de 1997, horas depois dos protestos do Dia do Índio. ‘ O STF precisa levar em conta todo nosso sofrimento, toda nossa dor’, diz Yaranwy. Para ela, caso o Supremo vote pela manutenção dos títulos estará dando um prêmio aos invasores de terras indígenas, aos assassinos das lideranças do povo pataxó hãhãhãe e se esquecendo da memória de Galdino. (SANTANA, 2011, p.1)

Mesmo diante de tantas dificuldades, os pataxós hãhãhãe têm mantido sua luta pelo reconhecimento da posse da terra. E acompanham a Ação Civil Originária (ACO) 312, protocolada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no Supremo Tribunal Federal (STF) pela retomada de suas terras. Exatamente no início de 2012, no sul da Bahia, nas proximidades do município de Itaju do Colônia, os índios ocuparam várias fazendas:

Cerca de 500 índios da etnia pataxó hãhãhãe ocuparam 46 fazendas próximas ao município de Itaju de Colônia, no sul da Bahia. O objetivo é pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgar a demarcação da Terra Indígena (TI) de Caramuru-Paraguaçu, área que abrange todas as fazendas. Segundo a Polícia Federal (PF), os conflitos começaram no dia 15, na quarta-feira anterior ao carnaval. ‘No começo foram invadidas sete fazendas e, no momento, esse número aumentou para 46’, disse à Agência Brasil o delegado da PF Fábio Marques. De acordo com os índios, todas as fazendas estão dentro das áreas previstas para a demarcação da TI, acrescentou o delegado. A Fundação Nacional do Índio (Funai) diz que a área em questão foi demarcada em 1937 pela Diretoria de Serviço Geográfico do Exército e que, desse modo, os invasores seriam os fazendeiros. A Funai informou ainda que, em 1982, entrou com ação de nulidade de títulos das fazendas, mas ressaltou que, até o momento, nada foi julgado pelo Supremo. (PEDUZZI, 2012, p.1)

Diante da morosidade da Justiça brasileira e da atenção do Estado para com suas reivindicações, os pataxós hãhãhãe buscaram ações mais concretas, no intuito de provocar um posicionamento mais efetivo das autoridades, principalmente no caso do Poder Judiciário brasileiro. Haja vista que, desde 2008, com a aposentadoria do ministro Eros Grau, os pataxós hãhãhãe aguardam a decisão do STF.

Assim, prosseguiram com as iniciativas de retomada de suas terras. Por volta do mês de abril do ano corrente, exatamente no dia 15, próximo à data do assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos - em 20 de abril de 1997 -, 15 anos atrás, os pataxós hãhãhãe retomaram outras fazendas no sul da Bahia, aumentando assim o clima de violência e insegurança na região:

Índios da etnia pataxó hãhãhãe ocuparam cinco propriedades rurais na madrugada deste domingo (15), em terras que são disputadas com fazendeiros e com empresas agropecuárias no litoral sul da Bahia, de acordo com o agente da Polícia Civil no município de Pau Brasil, Sagro Bonfim. Ele disse à Agência Brasil que índios da Aldeia Caramuru-Paraguaçu invadiram fazendas antes de o dia amanhecer, segundo relatos de fazendeiros que procuraram a delegacia local para registrar as ocorrências e notificaram que mais de 30 pessoas estão reféns dos índios. O policial informou que a invasões têm se tornado corriqueiras na disputa pela posse de 54 mil hectares de terras nos municípios de Pau Brasil, Camacan e Itajú do Colônia, e ele teme que haja 'derramamento de sangue' na região enquanto não houver definição sobre a propriedade das terras. (RIBEIRO, 2012, p.1)

Além da lembrança dos pataxós hãhãhãe acerca do assassinato de Galdino e da questão da demarcação de suas terras no sul da Bahia, os jornais também fazem a associação entre o líder indígena e o problema fundiário antigo ainda não solucionado.

Essa mobilização foi decisiva para garantir que o Supremo Tribunal Federal julgasse a Ação Civil Originária 312, que pede a nulidade de títulos de propriedade de terras concedidos pelo governo da Bahia a fazendeiros e agricultores na área da Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, localizada ao sul do estado.

Em 2 de maio de 2012, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia Antunes Rocha, como relatora do processo votou pela nulidade dos títulos de propriedade de terras concedidas a fazendeiros e agricultores na Reserva Indígena. Mas, além disso, no relatório que leu, a ministra destacou a trajetória de sofrimento e luta dos pataxós hãhãhãe e lembrou do ocorrido com o índio Galdino Jesus dos Santos e sua ligação com a questão da

demarcação indígenas. Na publicação das notícias no portal eletrônico do STF, o tema foi destacado da seguinte forma:

Segundo a ministra, esse foi um dos casos mais graves que chegou a suas mãos no Supremo. São 25 volumes e cinco apensos de sofrimentos, de lágrimas, de sangue e de morte. E não se cuida de uma expressão, mas de uma constatação, ressaltou. Ela descreveu a maioria dos conflitos na área como decorrentes de mudanças formuladas em políticas que não tiveram seguimento, mas consequências. Para a ministra Cármen Lúcia, a União, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), depois sucedido pela Funai, e o Estado da Bahia não chegaram a um consenso sobre a terra indígena e forjaram situações gravosas para a vida das pessoas, geração após geração. A ministra explicou que a terra indígena demarcada em 1938, mas nunca chegou a ser homologada. Nas décadas de 1950 e 1960, a União, por meio SPI, arrendou glebas de terras a particulares dentro da área indígena, sendo que em 1960 o SPI aquiesceu com a concessão de títulos de domínio de terras. Foi a União que deixou, em mais de 70 anos, de homologar a demarcação da reserva, deixando em desvalia os índios que deveria proteger, e fazendo com que passassem a perambular à cata de um território devidamente afirmado como sendo seu habitat e permitindo estragos culturais, sociais e econômicos, disse. A ministra lembrou que esse estado de coisas trouxe a Brasília, em 1997, o índio Galdino Jesus dos Santos, um dos líderes da etnia pataxó hãhãhãe, que acabou queimado vivo enquanto dormia em um abrigo de um ponto de ônibus da cidade. É esse estado de coisas que faz da área do sul da Bahia, nos últimos tempos, um território de violência e medo. Digo isso porque estive três vezes na área e é exatamente essa sensação que a gente tem, disse. (STF, 2012, p.3)

No relato da ministra Carmem Lúcia, o passado de espoliação e sofrimento dos pataxós hãhãhãe é o aspecto maior a ser evidenciado. Como também o martírio do índio Galdino Jesus dos Santos. Assim, posicionar-se favoravelmente pela anulação dos títulos de propriedade de terras concedidas a fazendeiros e agricultores na Reserva Indígena não é resolver apenas um problema do presente, mas redimir o passado desse povo. Nessa perspectiva, Gagnebin afirma:

O passado pode ser salvo, mas pode também ser novamente perdido. A exigência do passado é, entretanto, duplamente atual: porque alude a nosso presente e porque quer tornar-se ato, abandonar o domínio do possível. Não se trata, simplesmente, de impedir que a história dos vencidos se passe no silêncio; é necessário, ainda, atender a suas reivindicações, preencher uma esperança que não pôde cumprir-se. Certo, o passado está consumado e é irreparável. Mas podemos, segundo Benjamin, ser-lhe fiel para além de seu fim, retomando em consideração suas exigências deixadas sem respostas. (GAGNEBIN, 1993, p.63)

Importante perceber, nos pontos abordados pela ministra em seu relatório, que a decisão não esteve restrita à questão puramente jurídica, mas também foi embasada na trajetória de luta dos pataxós há décadas de longo tempo. Também destacou, em suas considerações à memória de Galdino, que o “estado de coisas” no sul da Bahia provocou a vinda dessa liderança para Brasília, como também atentou para a brutalidade sofrida por ele na cidade. Desta forma, é possível perceber que em inúmeras ocasiões em que foi tratada a demarcação das terras indígenas, seja nos jornais ou no parecer jurídico, o drama dos povos indígenas dos pataxós e de Galdino aparecem de forma articulada. O que permitiu a construção de uma memória mais ampla de luta pela demarcação das terras indígenas, que conseguiu romper certos espaços, haja vista que o problema dos litígios nas terras dos índios geralmente se apresentava mais local e restrito a pequenos grupos. Agora, portanto, o drama do índio assassinado em Brasília fez com que a temática atingisse a sociedade brasileira.

CAPÍTULO 2 – Entre a escrita e a oralidade: memórias em torno de Galdino

As transformações ocorridas no contexto das sociedades contemporâneas evidenciam a necessidade de se buscar novos caminhos de análise no campo do trabalho historiográfico. O mundo pós-Segunda Guerra Mundial acabou colocando em xeque os regimes de verdades e de explicações globalizantes, cujo intuito de construir respostas totalizantes começou a ser questionado, pois o que se vivia não se enquadrava mais nos modelos redutores de explicação.

Nesse sentido, a história do tempo presente começou a ganhar importância e, nesse contexto, o acontecimento ganhou destaque, como afirma Pierre Nora:

(...) nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de um sentido histórico. E somente isso seria suficiente para dotá-la de uma identidade, para libertar a história contemporânea de sua imperfeição. As guerras totais e as transformações revolucionárias, a rapidez das comunicações, em resumo, tudo o que se costuma entender por mundialização assegurou uma mobilização geral das massas. (NORA & LE GOFF, 1995, p.180)

Que continua:

Essa vasta democratização da história: que fornece ao presente sua especificidade possui sua lógica e suas leis: um delas – a única que aqui desejamos isolar – é que a atualidade, essa circulação generalizada da percepção histórica, culmina num fenômeno novo: o acontecimento. (IDEM, IBIDEM)

Dentro do contexto contemporâneo se percebe a articulação da comunicação de massa com o acontecimento. Pois não vale apenas o fato sem a sua publicização. Para que haja o acontecimento é necessário que este seja conhecido. A imprensa, a televisão, o rádio, as imagens não são apenas os meios pelos quais os acontecimentos são conhecidos, mas acima de tudo dão condições à sua existência.

Para Nora, a modernidade segrega o acontecimento, ao contrário das sociedades tradicionais, que tinham inclinação a torná-lo raro. O acontecimento vivido pelas sociedades camponesas era a rotina religiosa, a calamidade climática ou a transformação demográfica. Mas os poderes instituídos, as religiões estabelecidas, tendiam a eliminar a novidade, a

reduzir seu poder corrosivo, a digeri-la através do rito. Todas as sociedades procuram, dessa forma, perpetuar-se por um sistema de novidades que tem por finalidade negar o acontecimento, pois esse é precisamente a ruptura que colocaria em questão o equilíbrio sobre o qual são fundamentadas. Como a verdade, o acontecimento transforma e prende inesperadamente. Não há acontecimentos felizes, são sempre catástrofes. Os acontecimentos podem, por esta perspectiva, ser compreendidos como um todo de emoções, hábitos, rotinas, representações, herdados do passado que frequentemente aflora à superfície da sociedade. Lugar de projeções sociais e de conflitos latentes. O acontecimento é um rasgão do tecido social que o próprio sistema tem por função tecer (IDEM, IBIDEM).

2.1. Atitudes de indignação

2.1.1. Das autoridades públicas

O trágico acontecimento provocou impacto na sociedade brasileira. Sua repercussão foi grande e atingiu os diversos segmentos sociais, tendo em vista o destaque dado pela mídia, de modo que vários integrantes do governo foram mobilizados a se pronunciarem sobre o ocorrido. Mas antes de analisar as falas nos jornais, visto aqui termos selecionado a mídia escrita, assim como as entrevistas realizadas, vale destacar o contexto político da época, especialmente o vivido na capital federal. O crime ocorreu logo após a *Marcha dos Sem-Terra*, acontecimento de grande destaque articulado nacionalmente pelo Movimento dos Sem-Terra, que contou com apoio de diversos movimentos sociais solidários na defesa da reforma agrária.

A cidade de Brasília vivenciava, naquele momento, uma grande mobilização em defesa dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal e reivindicados pelos trabalhadores sem-terra ao Estado brasileiro. O espírito de cidadania presente na *Marcha* havia contagiado a cidade, que recebia calorosamente os manifestantes dos mais variados movimentos sociais. Esse espírito de solidariedade foi abalado pelo assassinato de Galdino, que veio a Brasília tratar da demarcação das terras dos pataxós na Bahia. O acontecimento chocou pela brutalidade e pelos motivos fúteis alegados pelos cinco jovens que lhe atearam fogo, enquanto dormia no ponto de ônibus. É nesse momento de surpresa e choque que integrantes de setores expressivos da sociedade se manifestaram no intuito de tentar entender o fato.

Na imprensa da época, em especial no jornal O Globo, de circulação nacional, e no Jornal de Brasília, local, nos dias que se seguiram ao assassinato várias autoridades foram convocadas a se pronunciarem sobre o fato. Destas, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi o primeiro a falar. Ele quebrou o protocolo no primeiro dia de visita ao Canadá e logo depois de receber as saudações do governador-geral, Romeo Leblanc, representante da rainha Elizabeth, declarou à imprensa:

Acho que este episódio, este fato trágico, ultrapassa todos os limites. Ultrapassa todas as violências, e neste caso não há nada que justifique, não há miséria que justifique, não há fome que justifique, não é uma questão de polícia, não é uma questão de poder público. É algo que vai além disso. Nós precisamos pensar muito mais seriamente sobre nós próprios no Brasil. Acho isso inaceitável. É uma expressão de crueldade. Nós queremos ser um país diferente e não estamos cumprindo este nosso objetivo. (MACEDO & MOREIRA, 1997, p. 4)

Seu pronunciamento revela uma grande indignação frente ao assassinato, ao afirmar que o ocorrido superou completamente os limites de tudo que se via na sociedade brasileira. Para ele, nada explicaria a ação brutal promovida pelos jovens, e desconsiderou qualquer motivo de ordem material ou social que poderia justificar tal feito. No entanto, levantou uma preocupação no intuito de tentar entender o Brasil. Mesmo afirmando que não existe justificativa para o fato trágico, demonstrou perceber que o assassinato não foi fruto de uma ação isolada e particular - quando afirmou ser importante pensar seriamente sobre “nós” próprios no Brasil. O presidente Fernando Henrique compreendeu o assassinato do índio dentro de um universo social e cultural onde a violência se faz presente nas relações entre os indivíduos, e que tal prática inviabilizava o propósito de construção efetiva de um Estado democrático e de uma sociedade mais harmônica.

O presidente sociólogo mostrou sua indignação e fez um apelo contundente por justiça:

O sentimento é geral, é de todos, é de incompreensão e repulsa. Ainda bem que os criminosos estão presos. Temos que nos acostumar que estes crimes têm que ser punidos exemplarmente, porque isto é coisa que não há o que justifique – disse indignado. (IDEM, IBIDEM)

Na condição de cidadão brasileiro, afirmou que o sentimento geral era de intolerância pelo ato brutal, mas também de satisfação pela prisão dos jovens envolvidos. Além da repulsa externada na fala, ficaram evidentes o apelo por justiça e que tipo de punição deveria ser

exemplarmente. A ideia de punição faz transparecer o temor diante da possibilidade de impunidade dos envolvidos devido à sua condição social, de jovens integrantes da classe média de Brasília.

O ministro interino da Justiça, Milton Seligman, em outro jornal, na condição de representante direto do Governo Federal junto ao caso quando o dirigente máximo do Poder Executivo não estava no país, afirmou que a postura do presidente foi de irritação e repulsa. Nos termos da reportagem:

Foi com uma irritação nunca demonstrada antes que o presidente Fernando Henrique Cardoso reagiu ao ouvir o relato feito pelo ministro interino da Justiça Milton Seligman, sobre o atentado contra o índio Galdino Santos. Seligman conversou com o presidente da República depois de tomar conhecimento sobre todas as providências adotadas na primeira parte do inquérito policial. O ministro deslocou um agente da Polícia Federal para acompanhar o caso mais ainda está em dúvida sobre a competência do crime. Não se sabe se o caso será entregue à justiça comum ou à justiça federal. (JORNAL DE BRASÍLIA, 1997, p.4)

E como o Ministro afirmou: “Tenho convivido muito com o presidente. Nunca o vi tão irritado, tão revoltado quanto agora. Ele quis saber de todas as informações”. (IDEM, IBIDEM)

Já na fala do ministro da Indústria e Comércio, Francisco Dornelles, que integrava a comitiva oficial na visita ao Canadá, aparecem preocupações diferentes. Disse o ministro: “É preciso uma punição exemplar para caracterizar o crime como ato isolado de vandalismo, evitando caracterizar a sociedade brasileira como violenta.” (MACEDO & MOREIRA, 1997, p.4)

É possível identificar no pronunciamento do ministro o tom de indignação quando defende a punição exemplar, mas, também, outra preocupação, a de dissociar o ocorrido de um universo social mais complexo, onde a prática da violência permearia as relações entre os indivíduos no Brasil. É muito provável que, estando em visita diplomática, os fatos narrados pelos grandes jornais de circulação nacional e pelas agências de notícias estrangeiras pudessem prejudicar o propósito do governo de transmitir uma imagem positiva de sua administração. Isso porque o Brasil já vinha sendo noticiado por jornais estrangeiros como uma sociedade em que atrocidades contra minorias e setores populares mais pobres eram muito comuns. Como exemplo, se destacam episódios de violência praticados por policiais militares em Diadema, no estado de São Paulo, e na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, que repercutiram internacionalmente. Ademais, não se pode deixar de lembrar que a comitiva

presidencial se encontrava no Canadá, país onde o poder público empreende, já há algum tempo, ações voltadas para o atendimento de questões específicas de minorias e grupos étnicos diferentes, como registra a reportagem a seguir:

A preocupação dos canadenses com os índios e a população nativa é muito grande. Os índios são recebidos em audiência diretamente pelo primeiro-ministro, Jean Chrétien. E há leis específicas para a proteção dos esquimós. A começar pela proibição de chamá-los de esquimós, considerado pejorativo. (...) No Canadá o esquimó é o povo *Inuit*. Desde 1971 o Canadá é considerado pelo governo como uma nação multicultural. O totem esquimó é um símbolo do Canadá tão importante quanto a folha do bordo (maple), mostrada na parte central da bandeira canadense. (JORNAL DE BRASÍLIA, 1997, p. 10)

O contraste entre os dois países no que diz respeito ao atendimento e reconhecimento dos direitos humanos foi ressaltado:

No Canadá, o Brasil não está mais constando dos arquivos das entidades de direitos humanos. O Centro Nacional dos Direitos Humanos e dos Direitos Democráticos, a maior organização não-governamental canadense no setor, está presente em 13 países: El Salvador, México, Guatemala, Haiti, Panamá, Birmânia, Tailândia, Paquistão, Quênia, Ruanda, Eritreia, Togo e Tanzânia. Seus programas pregam o respeito aos direitos humanos e democráticos. (IDEM, IBIDEM)

A visibilidade do assassinato de Galdino, no plano internacional, poderia inviabilizar o esforço diplomático de mostrar o Brasil de forma mais positiva, principalmente num país cujo contexto político e social é marcado pelo respeito à dignidade e à diferença.

A questão da repercussão internacional do assassinato também apareceu nos relatos dos entrevistados. Quando a senhora Maria Selma Mendonça, de 70 anos, moradora de uma quadra próxima, foi indagada sobre a alteração da imagem de Brasília em virtude da morte do Galdino, afirmou: *“Foi, mas não só Brasília, porque repercutiu no mundo inteiro, né? Tornou-se manchete em todos os jornais e saiu mesmo fora do Brasil. Por isso ficou bem marcado.”* (MENDONÇA, 2011)

A entrevistada Thais Pereira Caldas, 34 anos, moradora da Região Administrativa de Ceilândia e usuária da parada de ônibus, fez uma observação parecida:

Mudou sim a história de Brasília de uma forma muito triste. Porque isso foi repercussão mundial, não só repercutiu no âmbito brasileiro, foi mundial.

Essa história chocou o mundo inteiro. É uma história muito feia de Brasília, virou a parte feia de Brasília.

Reforçando os pronunciamentos de personalidades do governo, o vice-presidente Marco Maciel também se posicionou e, na descrição da matéria, estava visivelmente chocado e desconfortável ao ser indagado sobre o crime. Nas palavras do então vice-presidente:

O episódio comove o país. Deploramos o fato, a violência e as circunstâncias. É um fato lamentável, chocante! Este é um país jovem e dos jovens. A responsabilidade está no ato de educar, não só dos professores e mestres, mas dos pais. Espero que esse episódio sirva de reflexão. (MACEDO & MOREIRA, 1997, p. 4)

Marco Maciel assume, como os demais, uma postura de indignação face à violência praticada, falando como governante e representante da sociedade, deixando claro que todos repudiavam o ocorrido.

Assim, o termo episódio aparece como parte de um ato contínuo. A tragédia não é vista como parte isolada ou como um objeto estranho dentro de uma realidade uniforme e coesa, mas sim dentro de um contexto histórico, político, social e cultural em que as relações sociais marcadas pela violência se apresentam como elemento concreto na formação da sociedade e do Estado brasileiro. Assim, mesmo diante de uma longa trajetória de mudanças no sentido de garantir os direitos básicos a todos os indivíduos, as questões relacionadas com o reconhecimento do outro parecem não solucionadas.

Esse aspecto também foi constatado pela entrevistada Therezinha Loos, de 65 anos e moradora da Região Administrativa do Lago Sul, quando perguntada sobre a solidariedade da sociedade para com os povos indígenas:

Não, eu acho que existe até certo preconceito camuflado, tanto quanto aos índios, como quanto aos negros. Mas os índios que é o nosso assunto aqui, eu acho que eles são maltratados pela própria sociedade e não são bem vistos. Com isso não se dá, não se tem solidariedade com eles.

E ainda afirmou: *“A morte do índio Galdino foi uma comprovação dessa falta de solidariedade que existe. Essa falta de respeito pelo ser humano índio sempre existiu”.* (IDEM, IBIDEM)

A falta de solidariedade para com o diferente na sociedade também apareceu como uma preocupação do governador do Distrito Federal à época, o professor Cristóvam Buarque, que afirmou: “Quando surgem loucos que veem um homem deitado e põem fogo, vemos que a classe média já vê os pobres como outro tipo de gente. Estamos com vergonha” (DUARTE, 1997, p. 11). E ainda afirmou: “Sou contra a pena de morte, mas gostaria que a Justiça desse a eles a pena mais rigorosa possível dentro da lei”. (IDEM, IBIDEM)

A fala do governador, permeada de indignação e vergonha, demonstrou ainda grande preocupação ao identificar os envolvidos como pertencentes à classe média de Brasília. Não compreendeu o fato como ação isolada, mas como um retrato bastante sério de segregação social, onde o expediente da violência é elemento forte na demarcação dos espaços identitários entre os indivíduos em sociedade. Desta forma, o episódio emerge na fala do governador como um sinal de desagregação social frente a um modelo de indivíduo entendido como portador de direitos iguais e integrado a um Estado democrático de direito, garantidor dessas prerrogativas. O governador também compreendeu que a condição de fazer valer tal modelo de Estado é fundamental para se ter a certeza de que a justiça é feita e que os responsáveis por atrocidade são punidos de forma exemplar.

Também chamado a se pronunciar, o então presidente do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães, assim se manifestou: “Das coisas que vi, foi a mais chocante. São filhos de famílias que queriam e tinham condição de educá-los. E cometem uma barbárie!” (MACEDO & MOREIRA, 1997, p. 4)

O representante do Poder Legislativo também estava chocado e seu tom de surpresa e espanto estava no fato de que os responsáveis pela atrocidade eram jovens da classe média. Em sua fala, fica evidente a ideia de que os valores e as práticas vivenciadas pela classe média no Brasil não seriam compatíveis com a barbaridade cometida. Talvez se possa localizar aí, implicitamente, uma visão de mundo que associa mais comumente a violência, a brutalidade e a barbárie aos setores de baixa renda, menos ‘educados’. Nessa perspectiva, os crimes da classe média seriam vistos como pontuais e isolados, não associados ao modelo de sociedade existente. Ainda que a fala do senador não explicita essa diferença, ela aparece na relação estabelecida com a educação, melhor dizendo, com os estratos sociais que podem dar educação aos seus filhos.

Apesar da surpresa do senador, foi possível perceber, através dos entrevistados, que essa tem sido uma dimensão da sociedade brasiliense, e também do Brasil. Para o entrevistado Alex Júnior da Silva, de 25 anos, morador da Região Administrativa de Ceilândia, a

participação de jovens de classe média em atos violentos é bastante frequente, como também a possibilidade de impunidade. Disse:

Acredito que sim, porque eu fui criado um pouco no eixo. E esse povo de classe média alta aí, tem tudo que quer, tudo que quer, eles tem. Aí eu acredito que tá aí, a educação, tá entendendo? Tudo pode fazer, ficam impunes, tá entendendo? Não tem direito para eles, o que eles fizerem tá feito, acabou. Não importa. O pai é juiz, advogado e tudo. E é isso aí. Eu acredito que é desse jeito. A educação desse pessoal aí, não tem. Fazer uma coisa dessa! Esses caras não têm nem um pouco de educação.

Para a entrevistada Therezinha Loos, a educação também é um aspecto importante nesse debate sobre a violência. No entanto, questiona a tese de que os estratos sociais mais abastados teriam melhor educação ao destacar:

Eu sou educadora, e acho que tudo parte da educação do povo. A educação que é dada para o povo, não se pode esperar mais do que isso. Não se preocupa com o menino de rua, em termos de fazer alguma coisa, em tirá-lo da rua, esse menino de rua vai ser um futuro bandido. E os pais dos filhinhos de papai não se preocupam com a educação dele. No termo exato que é uma educação. Brasília é uma cidade que envolve ambição, que envolve dinheiro, e de um modo geral, essas crianças recebem bens materiais. Na hora da educação se preocupa pouco. A educação hoje em dia, dá para esse jovem é para passar no vestibular. Você vai para uma escola que te ajude a passar no vestibular, a educação de um modo geral está esquecida, hoje é passar no vestibular. Então se essa criança, se esse jovem não recebe uma orientação religiosa, social, bem dada, bem feita, não se pode esperar nada mais do que está acontecendo.

Para a entrevistada, a dificuldade de acesso à educação de qualidade contribui para a marginalização dos mais pobres. Por outro lado, afirma que no caso dos setores de classe média existe um abandono de uma formação humanista para os jovens. Para esses, a escola estaria apenas voltada para a preparação ao ingresso na universidade, assim direcionada para a conquista de uma projeção econômica na sociedade.

A entrevistada Geralda Paulina da Conceição, de 56 anos e moradora da Região Administrativa de Sobradinho, ao ser questionada sobre o acontecimento, identificou que a violência envolvendo jovens teria motivos diferentes em virtude do grupo social a que pertencem:

Não, esse negócio de violência entre a classe média, também não vou atingir tanto porque houve essa morte do índio. Acontece também na classe pobre, né? Isso é igual, tanto faz entre a classe média e humilde, as tragédias

acontecem, né? Mas a gente tem que dar um jeito, aumentar a segurança, que a violência está muito grande, todo lugar, então não é só da classe média, na classe humilde também tem, por exemplo, cidade satélite. Na cidade satélite a violência é muito grande, por qual motivo? Porque a mãe tem cinco, seis filhos, então ela não tem condição financeira de educar aqueles cinco ou seis filhos. Aí ele cresce. Aí ele quer um tênis, uma roupa de marca, e então ele começa a vida do crime, vai para o tráfico, vai roubar. Então não é só a classe alta que tem os crimes, a classe humilde também, devido à desigualdade social.

Nas matérias jornalísticas, a Funai também foi interpelada na ocasião, e o presidente do órgão, Júlio Gaiger, se defendeu dizendo:

Não houve negligência da Funai. Essa barbárie merece nossa repulsa e determinação para que não fique impune. A Funai não tem condições para designar funcionários para cuidar de cada índio que chega à cidade. Os índios são perfeitamente capazes de se movimentar e não querem, nem precisam, que a Funai fique de babá deles. Podem até ter uma agenda na cidade em que a presença da Funai não seja do interesse deles. É um direito. No caso das pensões, o que interessa a eles é ter o maior número de hóspedes. Acho que os donos deviam ter maior abertura para tratar com a Funai, mas isso não acontece. Por isso, vamos licitar outros estabelecimentos. (MACEDO & MOREIRA, 1997, p. 4)

Seu pronunciamento também reiterou a indignação e a repulsa diante do fato e, como as demais declarações das autoridades, exigiu que o crime cometido não ficasse impune. No entanto, demonstrou maior preocupação em defender o órgão que dirigia de possíveis acusações de negligência.

O acontecimento, sem dúvida, provocou críticas e questionamentos acerca do papel deste órgão federal. Porque, de modo geral, a sociedade entende que a tarefa de zelar pela integridade do índio não seria do Estado como um todo, mas apenas da Funai. Essa interpretação também apareceu nas entrevistas.

Quando questionada sobre a atuação desse órgão, a entrevistada Thais Pereira Caldas afirmou:

Olha pouquíssimo, porque eu acho assim, que a Funai faz muito pouco, eu acho que a Funai faz muito pouco pelos índios. Acho que deveria ter mais sensibilidade, por um povo que sempre viveu daquilo ali, daquele plantio, entendeu? Hoje o que acontece com a degradação do meio ambiente, né! Eu não sei o que essas pessoas pensam porque, assim, como você vai viver? E ter um futuro aqui na terra, com o meio ambiente se acabando dessa forma. E os índios assim são as autênticas pessoas que preservam isso. Entendeu?

Prosseguindo na análise das reportagens fica evidente o compromisso político do governo com a defesa da justiça, ao reiterar, em todo momento, que o crime não ficaria impune, apesar dos envolvidos, nas descrições dos jornais, serem identificados como da classe média. O ministro interino da Justiça, Milton Seligman, foi taxativo ao afirmar que o “crime é hediondo, não cabendo aos acusados o direito de fiança e de aguardar o julgamento em liberdade” (MACEDO & MOREIRA, 1997, p. 3). Os jovens responderiam por homicídio duplamente qualificado, isto é, por motivo fútil e pelo uso de fogo, como também poderiam ser enquadrados em formação de quadrilha e corrupção de menores. Por isso, parecia bastante difícil a possibilidade de virem a conseguir responder o processo em liberdade.

Mesmo diante de grande comoção criada pelo fato, algumas autoridades, em especial o diretor da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues, e o chefe de gabinete da Polícia Civil, Ângelo Neto, não demonstravam o mesmo tom de indignação e revolta presente nas falas anteriormente analisadas, tanto que tratam do caso com bastante naturalidade. Não acreditavam que os jovens ficariam presos durante bastante tempo. O jornal assim descreve a fala do diretor da Polícia Civil:

Eles estarão mais seguros no Núcleo de Custódia do que aqui, onde estão presos de maior periculosidade. São primários, com residência certa e sem antecedentes criminais. De certo modo, estão aqui por burrice, por brincadeira. Estão sendo tratados como todos os de sua idade – disse Teodoro Rodrigues, que, contrariamente ao ministro, admite a possibilidade de a prisão ser relaxada. (IDEM, IBIDEM)

Já o chefe de gabinete da Polícia Civil aproveitou a ocasião para estabelecer comparação com outro caso, envolvendo, desta feita, uma das lideranças do Movimento dos Sem Terra – MST:

Assim que passar o frisson, o advogado não vai ter problemas para relaxar a prisão. Se o Rainha está respondendo em liberdade, o mesmo aplica a esses garotos. Só que o Rainha está solto porque virou herói e esses rapazes foram rebaixados à condição de criminosos. (IDEM, IBIDEM)

O exame das diversas manifestações proferidas pelas autoridades públicas permite indicar que esta é bastante diferente do tom assumido por aqueles que ocupavam, na ocasião, cargos eletivos de visibilidade nacional e local. Na interpretação do chefe de gabinete, o choque provocado pelo assassinato do índio Galdino seria fruto da cobertura feita pela

imprensa, e que a condição de criminosos dada aos jovens seria decorrente de uma construção midiática. Por isso, ele entendia que o tema deixaria de ter importância logo que os jornais não comentassem mais o assunto. A comparação com a condição do líder do MST do Pontal do Paranapanema constitui uma tomada de posição no debate francamente a favor dos jovens, “rebaixados à condição de criminosos”, no seu entendimento, contrária ao tratamento dado ao líder do movimento social.

A atitude do representante da Polícia Civil contrasta vivamente com a dos representantes dos demais setores. O procurador-geral de Justiça do Distrito Federal, Humberto Ulhôa, afirmou que a justiça seria feita e o caso não seria marcado pela impunidade. O procurador entendeu que o crime foi tipificado como homicídio qualificado, sendo improvável a possibilidade de relaxamento da prisão para os envolvidos, afirmando, de forma categórica: “Não vejo como esse crime possa ficar impune”. (LIMA, 1997, p. 18)

No artigo publicado sob o título “Assassinos devem cumprir a pena em regime fechado”, há a descrição da atuação do Ministério Público e um destaque à visita do ministro interino da Justiça, Milton Seligman, ao procurador:

O procurador recebeu ontem a visita do ministro interino da Justiça, Milton Seligman, que foi pedir especial atenção ao caso e uma apuração rigorosa, atendendo a recomendação do presidente Fernando Henrique Cardoso. (IDEM, IBIDEM)

Como se pode ver, a necessidade de aplicação da justiça perpassa as falas das autoridades governamentais. A propósito disso, talvez se possa dizer que se a aplicação da justiça fosse um elemento do cotidiano, provavelmente esse não seria o discurso principal. Existe, portanto, algo bastante sério nessa “demanda por justiça”, que é perceber que o Estado brasileiro se mostra incapaz de zelar pela integridade do indivíduo, como também em garantir a aplicação da lei aos acusados dos setores mais abastados da sociedade. Isso fica bastante evidente quando os jornais tratam do caso e o associam imediatamente a incidentes passados, nos quais a punição dos envolvidos não aconteceu ou as medidas tomadas foram bastante brandas frente à comoção provocada. As reportagens destacam especialmente dois assassinatos ocorridos na capital da República, conhecidos, respectivamente, como *Caso Ana Lúcia* e *Caso Klein*, assim descritos:

Em 1973, a garota Ana Lúcia Braga foi sequestrada, estuprada e morta por um grupo de rapazes. A tragédia chocou o país e teria contado com a participação de figuras poderosas de Brasília, entre eles Alfredo Buzaid Júnior, filho do ex-ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, e Eurico Rezende

Filho, filho do senador Eurico Rezende. O caso foi arquivado. Em janeiro de 1991, o então ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, anunciou a disposição de reabrir o caso, mas a ideia não prosperou. Buzaidinho e Rezende não foram sequer indiciados. Buzaidinho morreu em um acidente de carro em 1975, Eurico Rezende Filho se suicidou em 1990.

Em agosto de 1996, no dia dos pais, Fabrício José Klein atropelou e matou o pedreiro Elias Barbosa Oliveira, de 24 anos. Acompanhado do pai, o ex-ministro Odacir Klein, Fabrício voltava de um churrasco no Clube do Congresso. Em alta velocidade, atropelou por trás o pedreiro. Ele fugiu sem prestar socorro. O ministro perdeu o cargo, mas Fabrício, que estava ao volante, recebeu uma pena simbólica de prestar serviços comunitários por um ano. (MOREIRA, 1997, p. 9)

O pronunciamento do Promotor de Justiça, Francisco Leite, na ocasião, apontava para o risco da impunidade, pois, no seu entendimento, a legislação vigente seria produto de uma classe dominante, que se coloca insensível frente às injustiças cometidas aos excluídos:

Para o promotor, a impunidade existente no país é favorecida pela forma como os representantes da classe dominante fazem as leis. Cabe aos juízes aplicar a legislação e aos promotores fiscalizar a aplicação dessa lei. Segundo Francisco Leite, o que se constata é a existência de leis brandas para delitos que eventualmente poderiam ser cometidos pelos idealizadores da legislação, como o crime do colarinho branco. ‘A rigidez existe, sim, para crimes como estupro, que em princípio seria cometido por pessoas de menor qualificação’, observou. ‘Temos que mudar a consciência dos que interpretam a lei’, defendeu. (SÁ, 1997, p. 12)

Para Francisco Leite, a prática da impunidade contribui para a descrença geral diante do papel do Estado como garantidor da justiça para todos os criminosos. O episódio do atropelamento de um trabalhador pelo então filho do ministro dos Transportes, Odacir Klein, foi por ele lembrado como evidência de tal prática.

Para ele, o episódio chamou a atenção porque foi praticado pelo filho de um ministro, que estava ao seu lado no momento do atropelamento. A sentença, no caso, teria desacreditado a Justiça e, no entendimento do promotor, tal prática seria o retrato do Poder Judiciário no país. A intervenção de Francisco Leite no debate apontava para a necessidade de mobilização da sociedade para que o Judiciário viesse a olhar de forma diferente os crimes cometidos contra os setores mais pobres do país.

A partir das entrevistas foi possível perceber que o receio da impunidade é real e tem relação com os acontecimentos violentos passados acima descritos, como o próprio caso do índio Galdino, passados mais de 15 anos.

Quando foi indagada sobre acontecimentos passados, violentos e marcados pela mesma sensação de impunidade, a senhora Therezinha Loos afirmou:

Sim, Ana Lúcia, eu cheguei em Brasília em 1962, eu vim para Brasília adolescente. O caso Ana Lúcia foi uma barbárie, quem é mais antigo em Brasília, lembra o que foi, e a impunidade aconteceu. Da mesma maneira, a impunidade com o índio Galdino. Só nessa praça aqui, que eu me lembre, nós tivemos quatro casos de violência, só nesta praça. Foi o índio Galdino, um casal de namorados saindo da UDF (faculdade) foram sequestrados e assassinados e dois moradores de rua dentro do coreto, que foram assassinados também. Então só aqui nessa praça foram todos esses casos.

A entrevistada Thais Pereira Caldas também lembrou o caso Ana Lúcia quando foi questionada sobre acontecimentos violentos do passado e a impunidade:

Há muito tempo atrás daquele jornalista Mário Eugênio. Há muito tempo atrás, eu me lembro que esse aí foi uma história muito....Há teve outro a também, dá... agora estou lembrando, da Ana Lúcia, né! ali foi terrível, aquilo ali também né! até hoje não se sabe direito quem foram as pessoas, até hoje nenhum foi condenado pela morte da menina. O que eu lembro por enquanto foram esses.

A sensação de que a impunidade é uma das características da sociedade brasileira e o apelo por justiça continuam presentes. Para a entrevistada Leodineia Costa Sousa, de 46 anos e moradora da Região Administrativa do Gama Leste, quando o assassinato do índio Galdino é lembrado, a questão da justiça ganha novamente importância:

Justiça, a mensagem ou o pedido que eu faço é justiça. Que por mais que eles tenham já cumprido a pena, que já tenha passado os anos, eles têm que ser penalizado de algum modo. A família do índio perdeu o pai, a moça lá, perdeu o esposo. O que, que está acontecendo com a família dele? Ninguém sabe, ninguém se preocupa. Por quê? São vidas, né? temos que ver isso. Temos que ter muita justiça. Só isso que eu falo. Precisa disso.

2.1.2. Dos índios

Para entender a indignação dos índios em decorrência do assassinato do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos, faz-se necessário, antes, entender o local que ocupam na sociedade brasileira. Mesmo tendo sido os primeiros ocupantes do território brasileiro, a violência contra os índios tem sido uma constante na história brasileira.

Desta forma, as populações indígenas são identificadas como minoria (BOUDON & BOURRICAUD, 1993), mesmo termo associado aos negros e às mulheres. No entanto, esta denominação não está necessariamente ligada à condição de número populacional, tanto que as mulheres e os negros representam, na totalidade da população brasileira, um número significativo, mas são identificados pelo Estado, no que tange às políticas públicas, como minoria. Esta classificação remete à compreensão de grupos que são constantemente vítimas da violência, seja ela promovida por indivíduos, grupos ou pelo próprio Estado. Assim, a condição de minoria está associada aos grupos que possuem dificuldades também de sensibilizar a sociedade e o Estado para suas demandas. Um exemplo bastante concreto é o da demarcação das terras indígenas. Grande parte da violência contra os índios tem sido fruto de sua luta contra grandes interesses particulares e a morosidade do Estado diante das tensões existentes e da timidez na defesa das garantias previstas na Constituição.

É neste universo social e político que aparece a figura de Galdino Jesus dos Santos, 44 anos, liderança dos índios pataxó hã-hã-hãe, expulsos de suas terras por grileiros nos anos 20 do século passado, no sul da Bahia, durante a expansão das plantações de cacau, e só aproximadamente há 25 anos sua luta de resistência vem sendo concretizada. Quando os pataxós ocuparam a fazenda São Lucas, no município de Pau-Brasil (BA), a situação dos índios foi assim descrita:

Menos de um terço ou 10 mil metros quadrados. É o pedaço de terra que hoje cabe a cada índio da aldeia Caramuru Paraguassu, dentro da fazenda São Lucas no município de 19 mil habitantes de Pau-Brasil, a 580 quilômetros de Salvador. Reclamando 36 mil hectares de terra que possuíam em 1926, eles lutam agora para retomar a área original, mas até hoje nem sequer conseguiram ver cumprida uma determinação judicial de dezembro para a demarcação de 788 hectares. (JORNAL DE BRASÍLIA, 1997)

Foi em decorrência da mobilização pela demarcação que os índios pataxós hãhãhãe chegaram à Brasília para participarem da *Marcha dos Sem-Terra* e terem uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Após a audiência no Palácio do Planalto e a participação nas comemorações do Dia do Índio, retornaram para as pensões em estavam

hospedados, com exceção de Galdino, que retornou tarde, não pôde entrar e acabou dormindo na parada de ônibus onde foi queimado vivo pelos jovens.

É nesse contexto que as falas dos índios aparecem, descritas nos jornais carregadas de indignação e revolta, diante da morte brutal do companheiro. O índio Gerson Melo Pataxó, primo de Galdino indagou: “Cadê o governo? Cadê a Justiça? Que país é este? Além de matar na aldeia, agora matam na cidade?”. (O GLOBO, 1997)

O pronunciamento, além de demonstrar a indignação, denuncia o governo por não zelar pela integridade física dos índios, seja nas aldeias, seja nas cidades. Gerson Pataxó exigia do governo uma postura frente ao ocorrido, exigia justiça e se colocava como cidadão que espera do Estado punição aos envolvidos. Mas também levantou indagações sobre a sociedade brasileira, em que a violência que é dirigida ao índio parece proposital e direcionada a seu extermínio.

A reação de indignação dos índios ao assassinato foi imediata e eles contaram com o apoio de diversos movimentos sociais, já que várias entidades estavam em Brasília em função da participação no movimento dos sem-terra. Os jornais descreveram uma manifestação que reuniu em torno de mil pessoas no local onde Galdino foi morto. Vale destacar a reportagem sobre a manifestação promovida pelos índios, associada a um acontecimento histórico importante:

O aniversário do Descobrimento do Brasil se tornou um dia de lágrimas para os parentes do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que morreu queimado por cinco jovens de classe média alta quando dormia num ponto de ônibus, depois de comemorar o Dia do Índio. Ontem foi dia de protestos em Brasília. Após participar de uma marcha com mil pessoas, a maioria sem-terra, os índios fizeram um ritual de despedida no local em que morreu Galdino, que lutava pela demarcação das terras pataxós. (MARQUES, 1997, p. 10)

É interessante perceber, nas falas dos índios, não só o sentimento de indignação, como, também, uma ligação da violência sofrida por Galdino com situações de desrespeito e opressão do passado. O cacique Abraão Pataxó faz a seguinte exortação: “Clamamos para que a sociedade branca ensine seus filhos a não fazer mais isso. Nós somos os habitantes primitivos desta terra e vocês são os invasores.” (IDEM, IBIDEM)

O cacique não fala de Estado nem de nação, mas afirma a existência de duas sociedades dentro de um mesmo espaço, apontando a necessidade do respeito e da tolerância por parte dos brancos, invasores, para com os índios, os primitivos habitantes desta terra.

Outra fala registrada foi de Reginaldo Pataxó, que retoma a questão da demarcação de suas terras:

Se a justiça tivesse demarcado nossas terras, não estaríamos aqui na cidade e Galdino não teria morrido. Estaríamos na nossa aldeia, comemorando o Dia do índio. Pedro Álvares Cabral invadiu nossa terra e ela continua sendo invadida até hoje. E o que a gente recebe é essa miséria esse massacre. (IDEM, IBIDEM)

Este índio responsabiliza, pelo incidente trágico, a lentidão da justiça com relação à demarcação das terras. Afirma que, se tivessem suas questões solucionadas, não precisariam estar em Brasília. Vale destacar também a vinculação histórica com o passado, pois para Reginaldo Pataxó as transformações ocorridas no Brasil ao longo da história no campo do direito dos índios foram reduzidas, tanto que identifica que suas terras foram ocupadas pelos brancos e que isto se mantém até hoje.

É possível perceber, na fala dos índios, a indignação não somente diante do assassinato, mas, acima de tudo, da ligação da morte do Galdino com o descaso do governo acerca de seus problemas e dificuldades.

O índio Gerson Pataxó lembrou que esteve com o presidente Fernando Henrique, na semana passada, durante a audiência aos sem-terra e disse que o presidente ironizou seu pedido para demarcar as terras dos pataxós, ao perguntar se era para demarcar somente a terra daquela tribo. – Eu disse ao presidente que é preciso respeitar os índios do Brasil – disse Gerson. (IDEM, IBIDEM)

Vale destacar, ainda, que as lideranças indígenas aproveitaram o contexto de comoção social para apresentar, de forma bastante contundente, seus interesses e reivindicações. Como a sociedade estava sensibilizada para o assunto, algumas lideranças buscaram tirar proveito político do fato. Assim, em artigo publicado no Jornal de Brasília, em 22 de abril de 1997, Marcos Terena, articulador dos direitos indígenas junto à Organização das Nações Unidas - ONU e vice-presidente do Conselho Indigenista da Funai disse:

A Semana do Índio desse ano deveria ser uma das mais importantes neste final de século, pois ocorria numa época muito rara do nosso país, como a *Marcha dos Sem-Terra*, o aniversário de Monteiro Lobato, o Dia de Tiradentes e o aniversário de Brasília. No entanto, dois fatos catastróficos caíram sobre as tribos indígenas, primeiro quando a Polícia Federal seguindo orientação do Ministério da Justiça invadiu a Funai em plena madrugada e

prende com violência física e moral sete jovens guerreiros da tribo xavante. E um dia após o Dia do Índio, data que passou sem qualquer citação por parte do Governo Federal, as nações indígenas brasileiras enlutaram seus corações, quando um jovem Pataxó, Galdino, foi queimado vivo, enquanto dormia em plena W3 Sul. (TERENA, 1997, p.11)

Para Terena, as datas comemorativas deveriam ser de festas, alegria e reflexão, e não de luto e tristeza. Fala do caso Galdino, mas descreve um incidente anterior ocorrido com jovens xavantes, que teriam sofrido agressão da Polícia Federal na sede da Funai. Para ele, os dois acontecimentos se relacionam ao descaso do Estado e à indiferença da sociedade diante das dificuldades vivenciadas pelas populações indígenas. Diante disso, clama por justiça, além de propor um programa de trabalho:

Como povos indígenas, donos originários dessas terras, queremos que a justiça seja feita. Uma punição exemplar desses menores, mas acima de tudo a elaboração de um programa para as populações indígenas por parte do Governo Federal, ao invés de uma simples reestruturação da Funai. Por outro lado, estamos dispostos a ajudar a socializar a sociedade brasileira, principalmente quanto ao futuro das crianças, pois sabemos que a cada momento uma nova vida surge, vai se formando e na maioria das vezes suas famílias desconhecem que tipo de homem ou mulher estão formando. Isso é um risco para a família e um risco para o país. (IDEM, IBIDEM)

É importante perceber que esse líder indígena vai além das questões gerais apresentadas e defende, como os demais, a punição exemplar, mas também a elaboração de um programa voltado às necessidades dos índios, que compreenda as particularidades próprias da cultura e da realidade dessas populações. Destaca, ainda, que a reestruturação da Funai seria muito pouco diante dos problemas enfrentados como, por exemplo, os conflitos decorrentes da morosidade do Estado frente à urgência da questão da demarcação das terras indígenas. Vale pontuar que a noção de cidadania que se fundamenta no direito de exigir providências do Estado está estruturada na ideia de antiguidade sobre o domínio da terra. Por serem os primeiros ocupantes desse território, caberia ao Estado tratá-los com respeito e dignidade. Apesar do discurso duro, Terena conclui acreditando que ser fundamental a construção de espaços de socialização na sociedade e que isso deve ser feito desde cedo, para se construir uma cultura de respeito e de tolerância.

Através das entrevistas, de modo geral, alguns entrevistados demonstraram preocupação e defenderam as reivindicações indígenas. A senhora Therezinha Loos, sobre esse assunto, disse:

Sim, justas, mas do que justas, são suas reivindicações. Principalmente se nós analisarmos que eles são os donos dessa terra, nós chegamos depois deles e cada vez mais, o povo branco empurrando eles para a periferia, afastando eles, encurralando cada vez mais nos cantos, não dando muitas vezes condições deles plantarem, deles colherem, em um ambiente que é dado para eles. Então eu acho que muita pouca coisa é feita por eles, eles mereciam ter mais respeito, como toda minoria, não só os índios, mas com os pobres que são muito maltratados.

Outra constatação importante é a mudança da condição do índio, da postura de vítima, em decorrência da violência sofrida por Galdino, para a postura de revolta e confrontação frente ao Governo Federal, já que suas reivindicações não tinham sido atendidas. Um exemplo foi a ocupação, pelos índios pataxós hãhãhãe da aldeia de Caramuru Paraguassu, em 23 de abril do ano do assassinato de Galdino, sem ordem judicial, de cinco fazendas na reserva Pau Brasil, no sul da Bahia. Eles tinham uma decisão do Supremo Tribunal Federal favorável, mas aguardavam o despacho da Justiça de Ilhéus. O jornal descreveu assim tal acontecimento:

A decisão de ocupar as fazendas saiu às 11h30 tomada depois de uma improdutiva reunião de uma hora entre Gaiger (presidente da Funai), o advogado dos índios, Waldir Farias de Mesquita e os líderes da aldeia. O presidente da Funai foi surpreendido, quando o cacique chamou a imprensa para dizer que havia resolvido ‘não esperar nem mais um minuto’. O cacique explicou porque reteria o parlamentar e Gaiger. ‘Se vocês saírem, vai ser difícil conseguir a terra’. O deputado Alcides Modesto também reagiu. ‘Não analiso o mérito, mas me solidarizo com os índios.’(...)
Sem alternativa, Gaiger teve de se submeter aos índios. ‘Não se trata de concordar ou não; eles tomaram a decisão independente de mim’, resignou-se. ‘Só a história vai dizer, se eles estavam agindo certo ou não’, completou. (AZEREDO, 1997, p. 16)

Essa postura assumida pelos índios acabou provocando debates no Congresso Nacional, quando o deputado federal Sarney Filho (PFL-MA) leu em plenário uma moção de solidariedade à tribo pataxó da Bahia, o que acabou provocando uma longa discussão sobre a política governamental de demarcação de terras indígenas. Diversos deputados ligados aos

proprietários rurais do Maranhão se colocaram contrários aos processos de demarcação desenvolvidos pela Funai.

Outra consequência importante foi a criação de um plano assistencial de emergência destinado aos pataxós da aldeia de Caramuru Paraguassu, no sul da Bahia. Entre as prioridades, estavam o tratamento de água e a ajuda técnica para o plantio das roças.

No entanto, vale ressaltar que, se por um lado a pressão dos índios cresceu em função da sensibilidade aguçada pela morte de Galdino, por outro, por parte do Governo Federal existiu um grande interesse em mostrar agilidade nas ações e, acima de tudo, buscar caracterizar a trágica morte de Galdino como um acontecimento isolado, portanto, sem nenhuma relação com um possível descaso do Estado.

2.1.3. Da sociedade civil

Com relação à sociedade civil, as falas de indignação partem de diversos setores. Os meios de comunicação, em especial os jornais da época utilizados como fontes nesta pesquisa, em seus editoriais assumiram posições diante esse trágico acontecimento. O Jornal de Brasília, por exemplo, expressou sua opinião através do artigo “Barbárie e esperança”, que assim começa:

É doloroso que o 37º aniversário de Brasília seja marcado pela barbárie do ataque a um cidadão a poucos quilômetros do centro do poder. A imolação do índio pataxó Galdino permanecerá na memória da cidade como um atestado de que a violência pode surgir quando menos se espera e sob as mais surpreendentes formas. Quando se poderia imaginar que um grupo de rapazes bem nascidos, integrantes de segmento privilegiado da comunidade, vários deles já trabalhadores, partiriam para a mais covarde das agressões. (EDITORIAL, 1997, p. 6)

O editor faz questão de estabelecer ligação entre o impacto provocado pelo assassinato do índio e o aniversário da cidade. O acontecimento marcará para sempre a memória e a imagem da cidade, pois ao longo de sua história tem sido construído um imaginário da cidade que é perceptível nos discursos das autoridades e nas falas das pessoas comuns como um local de integração de todos os brasileiros. A forma trágica da morte do índio seria um retrato inverso daquilo que se tem afirmado durante bastante tempo.

Além da indignação com o fato, existe uma surpresa diante da condição dos envolvidos, que aparentemente não teriam motivos, já que considerados “bem nascidos”. Portanto, é evidente a ideia de associação da violência e da criminalidade como elementos característicos dos setores mais empobrecidos.

O intuito do editorial foi destacar que o que aconteceu com Galdino foi trágico, mas que isso não é o retrato único da cidade, pois, para o editor, Brasília continuava sendo a cidade da esperança:

São milhões de brasileiros que por aqui estiveram e aqui estão apostando no futuro. E, em grande parte, vendo realizadas as mais altas de suas aspirações. Brasília é uma cidade que dá certo. Mais do que nunca, é a capital da esperança. (IDEM, IBIDEM)

No entanto, não é possível afirmar o ocorrido como fato isolado na cidade, tanto que, em outras observações feitas, ficam evidentes outros casos de violência praticados por jovens de classe média em Brasília, também com requintes de crueldade, como no caso Galdino. Ademais, o temor da impunidade evidencia-se em várias manifestações, já que, em momentos anteriores, isso ficou bastante evidente, em se tratando de jovens pertencentes às famílias influentes politicamente.

Portanto, a indignação estava presente na postura assumida pelo editorial, mas em decorrência da cobertura feita por outros jornais sobre a violência juvenil existente nessa cidade, o editor assume o compromisso de reforçar que, apesar do ocorrido, Brasília continuava sendo o espaço de concretização do sonho de muitas pessoas que buscam um local tranquilo e seguro para viver.

No editorial do jornal O Globo, sob o título “Raízes da Selvageria”, o discurso é de indignação, como também de defesa por uma punição exemplar aos acusados. O jornal também buscou não associar o ocorrido ao descaso do Estado brasileiro, tanto na esfera federal como na distrital. No entanto, tipifica a violência desencadeada por jovens de classe média como característica de Brasília:

(...) há raízes facilmente identificáveis no clima da cidade burocrática, estigmatizada pelos vícios de uma classe dirigente com ócio demais e muito pouco medo da lei. De alguma maneira, o que aqueles jovens fizeram, mesmo tendo diferença de grau e circunstância, está associado à impunidade que marcou outros atos de violência e irresponsabilidade em Brasília. Como se viu, no exemplo mais recente, quando um filho de ministro de Estado

atropelou e, matou um transeunte, e fugiu sem prestar socorro. (EDITORIAL, 1997, p. 1)

Diferente do enfoque dado pelo Jornal de Brasília, o editor deste jornal identificou a violência sofrida por Galdino como típica da classe média de Brasília, que necessariamente estaria associada a uma cultura da impunidade em decorrência de viver em um espaço público onde o desrespeito às leis impera entre os setores mais abastados da cidade.

O argumento apresentado pelo editorial também foi questionado pela entrevistada Therezinha Loos, quando indagada sobre a violência praticada por jovens de classe média como uma característica própria de Brasília. Afirmou:

Acho que é uma característica de Brasil, não é uma característica de Brasília. Brasília é uma cidade nova e ela é muito visada pela mídia, principalmente pelos outros estados. Eles fazem tudo para manter uma imagem negativa de Brasília, então para Brasília, essa violência sempre se destaca como tudo de negativo que acontece aqui, sempre se destaca pelo próprio início de Brasília. Tiraram Brasília do Rio de Janeiro! Imagina! Isso era uma agressão, trazer Brasília para cá. Então essa imagem já é vista negativa por todo o Brasil. Acontece que todas as pessoas que vieram para cá, vieram de outros estados. Esses jovens são filhos de famílias que vieram de outros estados. O político que está aqui, ele é mandado por outros estados. Então cria uma imagem negativa, baseada também no que acontece nos outros estados, em todo Brasil. Não é só Brasília, o Brasil todo está sofrendo dessa doença.

Therezinha não desconsiderou o fato trágico, no entanto fez questão de destacar que a violência praticada por jovens de classe média ocorre em todo o Brasil. Portanto, não procederia ao jornal associar esse tipo de violência como algo exclusivo de Brasília. Para ela, esse tom do editorial seria próprio de uma parcela da sociedade carioca que preserva um sentimento bairrista e preconceituoso para com a nova capital federal.

A surpresa diante de tamanha atrocidade provocou a indignação de um grupo variado de pessoas. Começando pelas falas das pessoas que estavam próximas da vítima e que ajudaram nos primeiros socorros, o sentimento é de horror e choque diante de uma pessoa que ardia em fogo e gritava desesperada. Nairo Magalhães, o chaveiro à época com 19 anos que ajudou no momento do ocorrido, assim se manifestou:

Foi horrível. A pior cena que vi na minha vida. Me lembro dele gritando, rolando no chão, e gente tentando apagar o fogo. Chorei três vezes, a menina

entrou em crise. Quando apagamos o fogo pedaços da pele escorriam – contou Nairo. (MARQUES, 1997, p. 8)

O filho do ministro do Supremo Tribunal Federal, o advogado Evandro Castelo Branco Pertence, voltava de uma festa de casamento quando viu o índio pegando fogo e tentou abafar o fogo utilizando o próprio paletó.

Vi uma bola de fogo. Pensei que a parada de ônibus estivesse pegando fogo. Não me conformo, pai, que alguém no mundo possa fazer isso – disse Evandro ao pai, pouco antes de prestar depoimento na 1ª Delegacia de Polícia, às 11h. (TAVES & MARQUES, 1997, p. 8)

Outro que descreveu o acontecimento foi Adriano Gomes Siqueira:

De longe parecia um manequim de loja pegando fogo. Meu colega achou que tivessem botado fogo num Judas. Mas logo depois a bola de fogo começou a se mexer e vimos que era um homem. Desesperado, Adriano jogou até a cerveja que tinha nas mãos no corpo do homem, para tentar apagar o fogo. (IDEM, IBIDEM)

Entre as pessoas que não presenciaram o incidente e tomaram conhecimento desse fato, o sentimento parece o mesmo. O choque provocado pelo assassinato acabou despertando entre as pessoas um sentimento de indignação como também de apelo por justiça. Essa descrição demonstra esse aspecto:

A crueldade do crime sensibilizou o oficial de manutenção de telefone, Antônio da Cunha Lima. ‘Eles atearam fogo numa pessoa que estava dormindo. Não tinha como se defender’, comenta. Antônio acha que os adolescentes deverão ser punidos. ‘A lei é para todos’. (DUARTE, 1997, p. 11)

É interessante que nesses pronunciamentos descritos não apenas se percebe a indignação frente à condição desprotegida do índio, mas, acima de tudo, observamos o apelo à necessidade de se fazer justiça. Em sua fala, Antônio não trata diretamente da questão social dos envolvidos, no entanto, conclui dizendo que a lei é para todos. Portanto, acredita na punição como uma condição básica para o bom funcionamento da sociedade. Para ele, a

existência de uma ordem jurídica igualitária dentro dos princípios do Estado democrático de direito é garantia real de aplicação da justiça.

Além do choque provocado pela brutalidade sofrida pelo índio, existia a indignação e a preocupação com relação à punição dos envolvidos:

Trinta anos de cadeia. Na opinião do policial militar Glaumer Araújo esse é o tempo que os assassinos deveriam ficar presos. ‘Isso não foi uma brincadeira, foi uma atrocidade’. (IDEM, IBIDEM)

A ideia da punição exemplar aparece na fala de outro militar, Marcelo Maia, que disse: “os adolescentes não podem viver em sociedade. Isso não é coisa de gente normal. Eles devem ficar na cadeia.” (IDEM, IBIDEM)

Passados mais de 15 anos, para o policial militar entrevistado para a presente pesquisa, Waldir Florêncio Lima, 44 anos, morador da Região Administrativa do Guará, esse acontecimento ainda continua sendo chocante, e marcou profundamente Brasília:

É uma história negativa, que não foi boa. Repercutiu aí a nível de Brasil. E cabe lembrar aí que ser índio, ou morador de rua, que tem que ser tratado dessa forma, como se fosse, talvez pior que um cachorro. Eu acho que nunca ouvi falar de fazer isso com um animal, imagina com uma pessoa. Porque ser índio, ou deixar de ser. Apenas para dar um susto? Será que a pessoa não teve a consciência que através desse susto poderia tirar a vida de uma pessoa?

De forma geral, o choque e a indignação estão presentes nas falas proferidas, como também a necessidade de que esse fato trágico não passe despercebido, mesmo em se tratando de um crime cometido por cinco jovens e um adolescente pertencentes à classe média.

2.1.4. À guisa de síntese de sentidos de indignação

O assassinato do índio pataxó hãhãhã Galdino Jesus dos Santos, aos 44 anos, por cinco jovens de classe média de Brasília no dia 20 de abril de 1997, provocou grande comoção no país, levando diversos setores da sociedade a se posicionarem acerca deste incidente.

O sentimento geral mais destacado foi o choque diante da brutalidade cometida pelos jovens a um indivíduo indefeso, queimado vivo enquanto dormia em uma parada de ônibus. A surpresa se fez presente também acerca dos motivos apresentados pelos envolvidos, de que o

que teriam feito “não passava de uma brincadeira”, como também que não teriam interesse em ferir um índio, pois acreditavam que era apenas um mendigo.

A indignação talvez seja o elemento mais forte que apareceu em diversas falas proferidas, pois a violência cometida abalou profundamente os valores que são professados como integradores na construção de uma sociedade democrática, onde os indivíduos são vistos como portadores dos mesmos direitos. Sendo assim, a defesa da punição exemplar para os envolvidos acaba tendo a função de mostrar que o Estado é o garantidor da ordem e da tranquilidade para o convívio em sociedade.

No entanto, o que se constata é que a defesa veemente pela punição exemplar em diversos pronunciamentos acaba demonstrando que a presença do Estado em relação à justiça não se apresentava e não se apresenta de forma tão eficaz. Prova disso é o temor de impunidade devido às condições socioeconômicas dos réus.

O que há de sentimento específico diz respeito aos índios. Eles se veem desrespeitados pelo governo, mas não se enxergam como vítimas, e exigem do governo que sejam tratados como cidadãos, portadores de direitos, seja em função do direito à terra, por terem sido os primeiros ocupantes do território, seja pelo que está previsto na Constituição.

2.2. Busca de interpretações

2.2.1. Das autoridades públicas

Diante do incidente trágico existiu um grande esforço no intuito de tentar construir razões, justificativas, tanto para buscar sentido na violência praticada pelos jovens, como para garantir à sociedade certa tranquilidade frente ao choque provocado. De acordo com um jornal à época, “o crime extrapola a questão social e nos faz pensar que muita coisa precisa mudar no nosso país porque não dá para conviver mais com esse tipo de coisa.” (JORNAL DE BRASÍLIA, 1997, p. 10)

Para alguns, a morte de Galdino não pode ser vista apenas como resultante de um contexto social. Se forem levadas em consideração as condições sociais e econômicas dos envolvidos no assassinato, é possível constatar que a violência praticada não é fruto da carência de recursos financeiros, tanto que entre as mais diversas descrições feitas pelos jornais a classificação dos envolvidos como de classe média tem sido um elemento marcante. É possível perceber, nas falas, que alguma coisa não anda bem em se tratando das relações

sociais entre os indivíduos, pois a prática da violência contra os mais fracos tem sido uma constante no Brasil.

Quem também buscou explicar, ou melhor, entender o que ocorreu, foi o professor Cristovam Buarque, governador do Distrito Federal na época, que indagou, na ocasião: “Um grupo de jovens vê um pobre e ao invés de prestar solidariedade, taca fogo nele. Onde é que nós todos estamos errando?” (DUARTE, 1997, p. 11)

E continua:

Há um fenômeno social emergente, o desprezo da classe média pelas classes econômicas mais baixas, que tem de ser barrado rapidamente. Apesar de quererem dar uma desculpa esotérica, o que aconteceu mostrou um profundo desprezo pelos excluídos. A classe média vê essa gente como um não semelhante, um outro tipo de pessoa diferente deles. (...) Cinco jovens cometendo uma barbaridade dessas não é patológico, é crise social. Avalia. (IDEM, IBIDEM)

O ocorrido provocou bastante indignação no governador, mas também um sentimento de busca dos motivos que levaram à prática de tamanha brutalidade ser cometida pelos jovens. Afirmou ele que alguma coisa tem sido feita de errado por parte dos adultos com relação aos jovens, pois entende que o dever de formar cabe aos mais velhos. Também compreende o ocorrido como sendo um fenômeno social, não atribuindo a violência cometida como exclusividade daqueles jovens mas, ao contrário, entende que o crime praticado está diretamente relacionado às condições do momento e aos anseios dos indivíduos da classe média. Para ele, a desigualdade social tem provocado tamanho distanciamento entre as classes sociais, que os indivíduos pertencentes à classe média no Brasil têm produzido um sentimento de desprezo frente às classes menos favorecidas economicamente, que tem ocasionado a perda da noção de dignidade e respeito que cabe a todos os indivíduos na sociedade de modo geral. Portanto, não acredita que o ocorrido seja fruto de algum distúrbio psicológico e sim de uma grave crise social.

Dentre as autoridades, o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, demonstrava preocupação e também tentava entender que motivos teriam levado os jovens cometerem tamanha barbaridade.

O que pensa a nova geração? O que acontece com os valores da sociedade quando queimar um mendigo ou um índio na rua é considerado uma brincadeira da turma? (MARQUES, 1997, p. 10)

E continua:

Sobre o fato em si, acredito que o ministro da Justiça já tenha tomado as providências, instaurando um inquérito rigoroso. Cabe a nós, da Secretaria dos Direitos Humanos, garantir através da pressão democrática que não haja interrupção nesse processo. O mais importante é entender o que se passa na cabeça de jovens que podem atear fogo num ser humano por brincadeira. Onde está a raiz do desvio? – pergunta José Gregori, que propõe uma ampla pesquisa, a ser feita pela nova Secretaria, para entender as causas desse problema. (IDEM, IBIDEM)

Para José Gregori, existe algo errado entre a atitude dos jovens e os valores que a sociedade de modo geral possui. Tanto que identifica tal comportamento como desvio. No entanto, demonstra preocupação acerca dos valores professados em sociedade, pois a prática da violência se apresentava banalizada.

Essas preocupações com relação às atitudes dos jovens também estiveram presentes nas observações feitas pela senhora Maria Selma Mendonça, já transcorridos mais de 15 anos. Ela destacou:

Porque os jovens daqui não respeitam ninguém, eles são muito assim, eles querem fazer uma coisa, e faz. Não foi só aqui na praça que teve a morte do índio Galdino, como dois mendigos que foram mortos a tiro no coreto. E o cara simplesmente, morador da outra quadra, veio, atirou neles, e foi embora. Entendeu? Porque tinha raiva deles, por um simples ato que eles eram humildes e ele disse que viu eles, fazendo cenas obscenas. Ele não tinha nada com isso, a vida era dos caras, era de madrugada. Você não acha? A gente tem que ter dignidade de respeitar o ser humano, seja ele quem for, desde que não esteja prejudicando a gente ou a comunidade. Eles tem o mesmo direito de gozar dos mesmos direitos nossos, você não concorda?

O vice-presidente da República na época, Marco Maciel, buscou outra explicação, ao dizer:

É um fato lamentável, chocante! Este é um país jovem e dos jovens. A responsabilidade está no ato de educar, não só dos professores e mestres, mas dos pais. Espero que esse episódio sirva de reflexão. (MACEDO & MOREIRA, 1997, p. 4)

Na tentativa de explicar esse fato, o vice-presidente buscou resposta no processo de formação dado aos jovens, destacou a tarefa de educar dos professores e enfatizou a responsabilidade que recai, acima de tudo, nas famílias. Portanto, remete à questão da violência ao âmbito do espaço privado, no qual caberia aos pais o papel de formadores do caráter e da noção do respeito. Desta forma, não discute a violência dentro do mesmo universo tratado anteriormente como crise social, mas sim como resultado da ausência dos pais na educação dos filhos.

Já para o secretário de Justiça, Roberto Aguiar, esse crime estaria associado a outras questões:

Não podemos esquecer que 20 de abril é aniversário de Hitler, que comandava a prática nazista de mandar queimar mendigos. Coincidência ou não foi na madrugada do dia 20, que os adolescentes despejaram thinner e atearam fogo no índio pataxó. Para o secretário, os adolescentes podem estar entrando no mundo do crime por acharem que tem status de quem pode enfrentar a lei. (GOMES, 1997, p. 9)

Na justificativa do secretário de Justiça, a associação com o nazismo, através da prática de mandar queimar pessoas pobres, se aproxima da alegação dos jovens em afirmarem que achavam que Galdino era apenas um mendigo. Essa constatação se aproxima das observações feitas por Cristovam Buarque, para quem o desprezo pelos mais fracos explicaria a violência cometida. Mas para Roberto Aguiar, outro ponto importante que explicaria a crueldade seria a certeza de impunidade, tendo em vista as condições econômicas das famílias dos envolvidos.

Essa ideia de explicar o fato a partir das condições de não aplicabilidade da justiça também foi destacada pelo promotor Francisco Leite:

O promotor Francisco Leite, que conseguiu mandar para a prisão jovens de classe média do Distrito Federal, condenados por assassinato, reconheceu ontem que a legislação em vigor favorece a impunidade da chamada elite da sociedade. Segundo ele, o azar dos cinco rapazes que atearam fogo e mataram o índio pataxó hã-hã-hãe Galdino Jesus dos Santos é que existe um agravante jurídico e social no episódio, por se tratar de um indivíduo tutelado pelo Estado. (SÁ, 1997, p. 12)

Para o promotor, os casos frequentes de envolvimento de jovens de classe média em crimes marcados por intensa brutalidade acabam tendo associação direta com a possibilidade de impunidade. Para ele, isso explicaria o fato de em Brasília esses crimes não terem uma

punição exemplar, como reivindicado pela sociedade. A existência de uma legislação branda seria decorrente de um cenário político onde a classe dominante exerce função predominante na elaboração das leis e na sua aplicabilidade.

Um exemplo de tratamento diferenciado destacado pelos jornais na época foi o *caso Klein*, quando Fabrício Klein, filho do então ministro dos Transportes, Odacir Klein, dirigindo em alta velocidade após sair de um churrasco no Clube do Congresso, atropelou e matou o operário Elias Barbosa de Oliveira Júnior, em 10 de agosto de 1996. A juíza Maria Leonou nem mesmo se deu ao trabalho de impedir o motorista de continuar dirigindo, limitando-se a puni-lo com a obrigação de doar 58 cestas básicas. Além disso, a juíza inocentou Fabrício do fato de não ter socorrido a vítima, argumentando, em favor do réu, que o gesto de socorro seria improdutivo, uma vez que o operário já havia morrido no choque com o veículo.

A associação dos crimes cometidos por jovens de classe média em Brasília e a prática da impunidade tem sido também objeto de análises não apenas de autoridades públicas, mas, de especialistas de diversas áreas.

2.2.2. Dos índios

Para os índios, as explicações para a morte de Galdino foram variadas. De forma geral, existe um misto de revolta com o ocorrido e certa incompreensão do que teria levado verdadeiramente os jovens a agirem daquela forma com um indivíduo que dormia indefeso em uma parada de ônibus. A esse respeito, o índio Marcos Terena afirmou:

Não sabemos como reagir diante de um quadro como esse. Como entender que cinco rapazes que tiveram comida para comer, água filtrada para beber, bons colégios e famílias influentes, repentinamente, já no final de uma noite, decidem atear fogo sobre uma pessoa qualquer, índio ou não índio... Instintivamente, em muitos outros brasileiros paira a desconfiança ao conhecerem a origem familiar dos jovens. (TERENA, 1997, p.11)

De modo geral, existe uma associação quase natural da violência com fatores de ordem social e econômica. Por isso, causa estranhamento para o índio não existir nenhum fator direto, até de rivalidade ou sinal de racismo, que tenha contribuído para o incidente. Mas também demonstrou preocupação com o risco do crime ficar impune em decorrência da origem social dos acusados, por pertencerem à classe média.

Para alguns índios ouvidos pelos jornalistas, a justificativa para o trágico incidente estaria na lentidão do governo no trato das questões indígenas. Já outros índios demonstravam revolta e faziam acusações à dona da pensão onde estavam hospedados, alegando que ela teria impedido a entrada de Galdino, que estaria bêbado e tinha chegado fora do horário marcado para a entrada. O jornal descreve esse depoimento:

A índia Ataíde Xibao, 38 anos, também anda desgostosa com Brasília. Ela disse que, desde que chegou do Mato Grosso, da tribo boro, só se irrita com o tratamento dos brancos. Ela afirmou ter ouvido Vera dizer várias vezes que Galdino não entrou na pensão porque estava bêbado. – Mas eu vi Galdino de noite e ele não estava bêbado assim. Esta dona Vera é muito enjoada. Vive reclamando dos índios, dos filhos dos índios que fazem xixi no chão. Disse Ataíde. (MOREIRA, 1997, p. 8)

Mesmo diante do choque provocado pelo assassinato, não existe entre eles um sentimento de que Galdino tenha sido vítima de um ato racista. Não acreditam que essa seria a explicação para a tragédia. Assim o jornal descreve a visão do cacique Aniceto sobre a morte do companheiro:

O cacique xavante Aniceto disse estar traumatizado com a morte do amigo. Aniceto prefere não associar a morte de Galdino a qualquer ato de racismo ou discriminação dos brancos. Segundo ele, não há tanto ódio dos brancos contra os índios. (IDEM, IBIDEM)

Portanto, para os índios, as explicações assumem um caráter variável. Alguns afirmam ter ocorrido o fato porque os índios foram à Brasília tratar da demarcação das terras indígenas. Outros apontam a atitude negligente da dona da pensão, que não teria permitido a entrada de Galdino. Ainda há os que não entenderam que motivações teriam os jovens para tamanha crueldade contra um indivíduo indefeso.

2.2.3. Da sociedade civil

Este segmento adiante analisado representa o grupo com maior número de depoimentos sobre os motivos e justificativas que poderiam levar ao que seria a real causa da violência praticada pelos cinco jovens de classe média.

Para o indigenista Orlando Villas Boas, a tragédia ocorrida teria a ver diretamente com a postura de descaso do Governo Federal frente a todas as demandas indígenas não resolvidas: “Ele foi vítima da omissão da Funai, que constitucionalmente tem o dever de proteger os índios, que são tutelados do Estado brasileiro.” (MARQUES, 1997, p.10)

Para ele, se os direitos dos índios fossem zelados pelo Estado, as populações indígenas e o próprio Galdino não teriam necessidade de vir à Brasília para tratar das questões já previstas na Constituição. A prova do descaso do governo e da insensibilidade da sociedade diante dos povos indígenas teria sido o assassinato de Galdino:

O triste é saber que Galdino era descendente dos pataxós, que foram os primeiros brasileiros vistos por Cabral; 497 anos depois um pataxó morre queimado na Capital Federal, quando dormia num ponto de ônibus. Foi morto por rapazes das famílias poderosas que circulam na roda do poder e que se julgam acima da lei. (IDEM, IBIDEM)

Acima, Villas Boas faz um paralelo entre os índios pataxós do passado - os que foram encontrados pelos portugueses, depois dominados e explorados -, e os atuais, que vivenciam um contexto não tão diferente quanto ao tratamento dispensado pelos brancos, tendo em vista a brutalidade sofrida por Galdino. Também destaca a condição econômica dos envolvidos, que garantiria a possibilidade de não serem punidos pelo assassinato.

Para o indigenista, a morte de Galdino é apenas um sinal daquilo que se apresenta há bastante tempo, a indiferença da sociedade diante dos povos indígenas:

Como exemplo da indiferença da sociedade, Villas Boas cita o lento genocídio dos índios brasileiros. Em 1500 eles eram cinco milhões, hoje são apenas 310 mil. Muitas tribos foram extintas, milhares de índios foram assassinados, outros milhares morreram em consequência das doenças trazidas pelo homem branco. (IDEM, IBIDEM)

Para a professora de sociologia política da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP, Maria Vitória Benevides, o assassinato de Galdino Jesus dos Santos estaria diretamente relacionado com o desrespeito à pessoa humana, e isto viria associado à falta de educação dos pais e da sociedade. Também revela preocupação quanto ao envolvimento de jovens de classe média, onde a possibilidade do agir estaria necessariamente associada à condição de impunidade:

Há dois pontos fundamentais a serem destacados: a absoluta desvalorização da vida dos sujeitos marginais, índios ou mendigos; e também a impunidade

dos jovens vinculados a pessoas que tem poder – enfatiza Maria. (MARQUES, 1997, p. 10)

Para a socióloga, existe uma ligação direta entre a violência praticada por setores de classe média e a possibilidade concreta da impunidade. Também destaca o fato de que em Brasília, a capital política do país, a presença de pessoas poderosas e próximas do poder acabaria garantindo, na prática, uma diferenciação entre os cidadãos na cidade. O jornal assim apresentou a posição da socióloga: “Ela define Brasília como uma ‘terra de fidalgos’, onde a Justiça tem dois lados: um para os pobres e cidadãos comuns e outro para os mais poderosos.” (IDEM, IBIDEM)

Um aspecto forte presente em vários depoimentos recai sobre a participação de jovens de classe média em atos cruéis e brutais acontecidos em Brasília. Os jornais fizeram questão de lembrar os casos Ana Lúcia (1973), Marquinho (1993) e Klein (1996). A ligação entre esses crimes não está apenas na participação de jovens de classe média, mas, acima de tudo, na possibilidade concreta da impunidade.

Para a psicóloga Sônia Hueb, existe atualmente entre os jovens um sentimento de desprezo e indiferença para com o outro. Descrevendo uma experiência feita com diversos jovens a respeito da morte do Galdino, observa:

Os jovens disseram que os garotos agiram errado com o índio porque deveriam ter usado o extintor de incêndio, e que se faz muito isso em Brasília. Eles saem em grupo à noite e cometem atos cruéis com a certeza de que nada lhes acontecerá. (MOREIRA, 1997, p. 9)

Para esta psicóloga, a indiferença e a frieza dos atos teriam relação direta com os espaços formadores dos indivíduos:

O excesso de regalias, a falta de limites impostos pela família, escola e sociedade, a vontade de chamar atenção e a perda de valores como a solidariedade também são apontados como fatores que levam jovens a agir com crueldade. (...) ‘O jovem que pratica um ato cruel participa de um processo fantasioso. Ele acha que não há punição, que pertence a uma elite econômica e cultural, a elite do poder. Crianças e adolescentes ficam muito atentos aos atos e à impunidade nas famílias mais abastadas. Não distinguem o que é fantasioso, não tem noção de limite. (IDEM, IBIDEM)

Em sua fala, a psicóloga destaca a questão dos espaços formadores dos jovens, especialmente a família e a escola. Afirma que nesses locais a definição dos limites e a construção de valores voltados à solidariedade não tem ocorrido. Portanto, o jovem que não tem referências nem limites em uma sociedade marcada pelos impositivos do consumo está predisposto a cometer vários delitos. Atenta também para o retrato político da impunidade na sociedade brasileira, que acaba servindo de parâmetro para a formação de uma consciência desprovida de civismo e respeito para com o outro. Para ela, a maior responsabilidade recai sobre os pais, que a cada momento demonstram insegurança no papel de educar, pois estão ausentes do cotidiano dos jovens.

Nesta abordagem, é evidenciada a valorização do espaço privado como local formador da sociedade. Mesmo que a escola seja mencionada, é na família de pais ausentes que se localiza o motivo da banalização da violência que tem provocado grandes traumas sociais.

Já a jornalista Valéria Velasco, mãe de Marco Antônio Velasco, espancado até a morte por um grupo de jovens também de classe média de Brasília, a questão da violência é vista por outro prisma:

Falta rigor na punição de crimes em Brasília. O garoto sabe que pichar é contra a lei, mas ninguém faz nada para corrigir. Então, ele cresce com o sentimento de que pode tudo, desde pichar até matar. Os jovens seguem modelos que veem no poder e esses modelos têm uma influência negativa. (IDEM, IBIDEM)

A jornalista, que vivenciou de perto a violência praticada por jovens de classe média, ressaltou um aspecto defendido em momento anterior por autoridades, a da possibilidade real da impunidade como elemento bastante forte nas ações violentas praticadas por jovens em Brasília. Para ela, o descuido na vigilância do cumprimento das leis tem contribuído para a reprodução da violência.

A ideia da impunidade como explicação para a violência cada vez mais frequente promovida por jovens de condições abastadas tem aparecido em outras falas. Um exemplo foi a abordagem feita pelo professor de relações internacionais da Brown University, em Rhodes Island (EUA), e coordenador do Núcleo de Estudos sobre a violência da USP, Paulo Sérgio Pinheiro, que disse:

Esses atos se repetem no Brasil por causa da impunidade. Espera-se que, desta vez, tendo em conta que a barbaridade ocorreu na capital da República, as autoridades policiais e judiciárias processem e punam os culpados de forma implacável, sem levar em conta a posição social. (GARSIDE, 1997, p. 9)

É interessante perceber, no seu pronunciamento, a associação dos crimes no Brasil com a ausência do Estado quanto à aplicação da justiça. O sociólogo acredita que a punição deve acontecer em decorrência do assassinato ter sido em Brasília e ter provocado significativa comoção na sociedade. No entanto, outros que anteriormente se pronunciaram acreditam no contrário, exatamente pelo fato do crime ter acontecido na capital e ter o envolvimento de pessoas com boas condições socioeconômicas a punição não acontecerá.

Já o sociólogo Herbert de Souza, presidente do Ibase e coordenador da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, o Betinho, buscou explicar levando em consideração a degeneração social pela qual passa a sociedade e a prática da impunidade no país. No jornal afirmou:

Não há muitas palavras para qualificar isso, pela covardia extrema e pelos autores, que são filhos de papai e gente da elite brasileira. É um sinal extremamente grave do nível de degeneração que há em certas camadas altas da sociedade. Esses jovens são monstros, perderam totalmente o sentimento humano. Se são capazes disso, são capazes de qualquer coisa. Espero que a condição social deles não se transforme em escudo para uma impunidade futura, quando passar a reação forte da cidadania. (IDEM, IBIDEM)

A condição social dos envolvidos aparece com frequência nas abordagens de especialistas, tanto como sinal de degeneração social - quando os mais abastados tratam os mais pobres com desprezo e crueldade -, como também a posição social sendo garantia de privilégio perante a lei. Existe, ainda, a preocupação de Betinho sobre a comoção social provocada pelo crime, por acreditar que o forte apelo por justiça, presente nos dias que sucederam o ocorrido, seriam decorrentes da intensa exposição do fato na sociedade e que logo passaria, e a condição abastada dos envolvidos prevaleceria sobre o senso de justiça e cidadania.

Para outras pessoas, o que estaria em jogo não seria simplesmente a questão da punição aos envolvidos, mas como o Poder Judiciário se colocaria diante de fato tão trágico e comovente. Tanto que, para Richard Garside, membro da *Survival*, ONG internacional de apoio aos povos indígenas, seriam julgado não apenas os jovens, mas acima de tudo a credibilidade da justiça brasileira, colocada à prova ao longo da história do Brasil no que se refere aos direitos dos índios. Ele afirmou o seguinte:

A Justiça brasileira vai mais uma vez ser julgada e, se os criminosos ficarem livres, teremos mais uma traição aos índios do país. Se os índios tivessem

seu direito à terra garantido, o pataxó estaria vivo porque nem teria precisado se deslocar até Brasília para protestar. É mais um episódio do clima de violência contra o índio no Brasil, onde as pessoas atacam sem se preocupar com punições. (IDEM, IBIDEM)

Apesar do choque provocado pelo assassinato do índio Galdino, vale destacar que o retrato de violência contra as populações indígenas é uma constante. Não só a ONG *Survival* constatou o fato, como o Conselho Indigenista Missionário da Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB ponderou sobre o assunto.

O Bispo Dom Aparecido José Dias descreveu diversos dados a respeito da violência e do descaso sofridos pelos índios no Brasil, destacando que tal ocorrido não é novidade, mas sim parte de um cenário bastante triste vivenciado pelos índios no Brasil. Assim descreve a reportagem:

Segundo o presidente do Conselho Indigenista Missionário da CNBB (Cimi), dom Aparecido José Dias, bispo de Boa Vista a realidade é caótica. Os dados mais recentes da entidade mostram que 75 índios foram assassinados por motivos que vão da disputa territorial com garimpeiros e fazendeiros a brigas e conflitos com moradores de cidades que ficam nas proximidades das reservas nos anos 94 e 95. Estatísticas referentes ao ano passado, ainda não concluídas, indicam que, até o segundo semestre, já morreram assassinados outros nove índios, o que eleva o total de mortes para 84 nos últimos três anos. Entre os estados que concentram o maior número de assassinatos estão Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Maranhão. Durante esse período, o Cimi registrou mais de 125 mil violências praticadas contra índios de 113 dos 215 povos que vivem no Brasil. (TELCH, 1997, p. 8)

Já para o secretário-geral da CNBB, Dom José Damasceno, esse crime teria demonstrado que a sociedade brasileira não está bem e acredita que haja uma crise decorrente da falta de valores na juventude. Assim afirmou:

A perda de valores morais, a cultura da ostentação, a pressão da ‘turma’, a ausência de ideais, a certeza da impunidade própria de quem convive com o poder e a violência diária apresentada pela televisão. (...) ‘Que tipo de sociedade estamos construindo? Que valores estão ensinando aos jovens? Isso acontece quando não se cultiva amor à vida. Isso acontece porque estes jovens estão sem ideais. Não têm ideais. (SALLUM, 1997, p. 9)

A explicação remete a uma análise de cunho religioso, no entanto, destaca aspectos que estão diretamente associados à condição social dos envolvidos. Um exemplo é o universo

cultural produzido pela sociedade de consumo, presente no cotidiano dos jovens de classe média, como também as condições de poder evidenciadas na possibilidade real da impunidade diante da violência cometida. Para o bispo, o assassinato de Galdino representaria um momento de parada, de reflexão, frente ao modelo de sociedade construído até o momento.

Para o professor e historiador da Universidade de Brasília, Victor Leonardi, o fato foi bastante sério, não apenas do ponto de vista da longa história de agressões sofridas pelas populações indígenas no Brasil, mas acima de tudo pela justificativa dos jovens infratores de que não sabiam que se tratava de um índio, mas apenas de um mendigo. Além de enfatizarem que tudo não passava de uma brincadeira.

A sua maior preocupação foi perceber nos argumentos dos jovens a frieza e o desprezo para com o outro, tanto que os comparou às práticas nazistas dos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial (1939-1954). Assim disse:

Como acabo de ler um livro de Victor Van Riet sobre o campo de concentração de Mauthausen, não posso, como historiador, deixar de assinalar o macabro parentesco existente entre os métodos nazistas de extermínio a esses gestos brutais e levianos cometidos contra mendigos e índios no Brasil. Nos campos nazistas de extermínio era em massa, só aí reside a diferença. Quanto à frieza de raciocínio, ela é exatamente a mesma. (LEONARDI, 1997, p. 16)

Para Victor Leonardi, a lógica de eliminação do outro é bastante parecida, como também a frieza. Para ele, a condição social dos infratores, associada à possível boa educação recebida pelos pais, não explica muita coisa, pois nos campos de concentração os oficiais nazistas durante o dia exterminavam judeus, comunistas, socialistas, homossexuais, menores abandonados e ciganos e, à noite, iam a jantares e festas com a maior tranquilidade. Para o historiador, o problema reside exatamente na naturalização da violência contra o outro, atitude que vem crescendo no Brasil:

Em Brasília, um índio foi carbonizado. Em São Paulo, um mendigo é queimado por mês. Os responsáveis pela chacina dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, não foram punidos, um ano depois. Por toda parte a insensibilidade, a mesma frieza de raciocínio, como se tudo isso fosse quase natural, ou inevitável: tortura e morte na favela de Diadema: massacre de menores abandonados na Candelária; fuzilamento de índios Tikuna, chacina de Vigário Geral. O partido nazista ainda não foi criado no Brasil (na França já foi, por Le Pen), mas a violência e os métodos de extermínio já estão bastante disseminados. Se a população não reagir a tempo, energicamente, nosso futuro será sombrio. (IDEM, IBIDEM)

Para o professor, o crime ocorrido em Brasília, mesmo levando em consideração as particularidades do fato, aparece como parte de um retrato social do Brasil, por uma prática da violência que tem se naturalizado. Seja ela praticada por jovens de classe média, policiais ou grupos de extermínio, tanto no campo como na cidade. Portanto, caberia à sociedade uma reação tanto para a construção de uma nova cultura forjada na tolerância, no respeito e na valorização da vida, como também exigir do Estado o cumprimento do papel de garantidor das condições de cidadania para todos.

Diante dos depoimentos acima descritos, é importante estabelecer um diálogo com o pensador Norbert Bobbio, que defende a tese de que os direitos do homem são históricos e não naturais. A repercussão do assassinato do índio Galdino na sociedade é uma constatação dessa tese. Em outros tempos tal incidente talvez não tivesse provocado tamanha comoção, pois, como afirmou o pensador, o que parece fundamental numa época histórica e numa determinada cultura não é fundamental em outras. Desta forma, pode-se afirmar que a morte de Galdino se inscreve não apenas numa abordagem sociológica, mas acima de tudo histórica, já que sua repercussão tem relação direta com a ideia de universalidade dos direitos humanos.

Bobbio ainda destaca que o grande momento em que a universalidade dos direitos começou a se apresentar foi com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada no contexto da Revolução Francesa (BOBBIO, 1992). Porém, a concreta amplitude dessa dimensão se apresentou logo após a Segunda Guerra Mundial, na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois somente depois desta é que temos a certeza histórica de que toda a humanidade pode partilhar de alguns valores comuns; e podemos, finalmente, crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens. Portanto, a Declaração representa a manifestação da única prova através da qual um sistema de valores pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido como consenso geral acerca da sua importância (comunicação verbal)⁵.

Vale ressaltar ainda que o processo de universalidade dos direitos também contribuiu para a multiplicação dos sujeitos titulares de direitos, tendo em vista o surgimento de diversas

⁵ Nota de aula ministrada no curso Tópicos Especiais em História Cultural 2 – História, Memória e Direitos Humanos, ministrada no 1º semestre de 2010, no PPGHIS/UnB, pelas professoras doutoras Cléria Botelho e Lucília Delgado.

declarações, dentre elas a dos Direitos da Criança (1959), sobre a Eliminação da Discriminação à Mulher (1967), dos Direitos do Deficiente Mental (1971), dos Direitos dos Povos Indígenas (2006), todas criadas após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). O homem não é considerado um ente genérico, ou homem em abstrato, mas é visto na especificidade ou na concretude de suas diversas maneiras de ser em sociedade, como criança, velho, doente, mulher, índio, entre outros.

2.2.4. Síntese das reflexões provocadas pelas interpretações

A tentativa de explicar o assassinato de Galdino decorre necessariamente do choque provocado pelo acontecimento. Grupos e pessoas em sociedade tentavam entender o que teria levado jovens abastados e sem problemas com a justiça a cometerem ato tão brutal e violento.

De modo geral, as razões estariam relacionadas diretamente com as condições econômicas do grupo. Sendo todos de classe média, suas atitudes seriam o retrato de um setor na sociedade que, dentro de uma cultura de consumo bastante elitista, exerceria um olhar sobre os setores marginalizados marcado pelo desprezo e pela indiferença.

Os motivos seriam vários, tanto de ordem moral, em decorrência da falta de valores e ideais, como também da ausência dos pais no processo educativo. A presença dos pais aqui entendida como elemento formativo de valores e princípios humanitários.

Também se recorreu a explicações de ordem particular ou privada, onde a responsabilidade recairia necessariamente na figura dos pais, no espaço privado. Para psicólogos, o problema estaria na família moderna, que não estabelece limites às condutas dos filhos. Os pais, por serem ausentes, sentem-se culpados e buscam atender a todos os desejos dos filhos, não existindo limites no âmbito da vida privada. Portanto, a ausência de limites na família, na escola e na sociedade seriam determinantes para a prática constante da violência.

A questão da impunidade aparece também em destaque como um estimulador da violência. Como vários casos de violência praticados por jovens não tiveram punição exemplar, como esperado pela sociedade, a não efetivação da justiça na prática cotidiana tem contribuído para a construção de uma cultura em que se pode tudo. Em especial, aos jovens de boas condições sociais.

É interessante perceber que alguns especialistas identificam que o problema surgiria no campo da vida privada e desembocaria na esfera pública, em especial os psicólogos e religiosos. Já outros especialistas acreditam que existe um todo social que mistura o espaço

público com o privado, e que tem construído uma cultura onde a violência é banalizada, seja ela praticada por indivíduos, grupos ou pelo próprio Estado. Portanto, processo bastante problemático, pois não dependeria apenas de uma mudança no âmbito familiar, mas de um todo social, que envolveria a família, a escola, as igrejas, os partidos, os sindicatos, as empresas e o próprio Estado.

CAPÍTULO 3 – Experiências em torno do monumento ao índio Galdino

Na presente pesquisa se buscou partir de um acontecimento recente na vida da cidade de Brasília, encontrar rastros, sinais e marcas da morte trágica de Galdino, que envolveu e envolve a sociedade em geral e mobilizou e mobiliza pessoas, buscando, dessa forma, os possíveis narradores daquela experiência, o que ficou guardado em suas vidas e aquilo que fizeram questão de esquecer. Segundo Benjamin:

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. Assim, verdadeiras lembranças devem proceder informativamente muito menos do que indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas. A rigor, épica e rapsodicamente, uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente. (BENJAMIN, 1994, p.239)

As pessoas foram ouvidas na Praça onde ocorreu o crime, que ostenta um monumento em homenagem ao índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos e onde aconteceram inúmeras manifestações de protesto e solidariedade, tais como esta, relatada pelo jornal Folha de São Paulo:

Foi movimentado o ato ecumênico promovido ontem em Brasília na praça atrás da parada de ônibus onde o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos foi queimado vivo por cinco rapazes da classe média de Brasília. Cerca de 2 mil pessoas – trabalhadores sem-terra, índios de diversas tribos, crianças, políticos e até o cantor Falcão – participaram das manifestações. Depois de mais de quatro horas de discursos, orações e músicas, o cacique Marcos Terena, representante dos povos indígenas na Organização das Nações Unidas (ONU), encerrou sob aplausos a manifestação pela paz, contra a

violência: ‘Vocês precisam aprender a escutar o vento e ensinar seus filhos a amar a terra, discursou. Assim eles nunca vão vender a terra para os estrangeiros’. O governador do Distrito Federal Cristóvam Buarque, chegou vestido de branco explicando que o local passaria a se chamar Praça do Compromisso para que esse tipo de tragédia não mais ocorra na cidade. (HEREDIA, 1997, p. C-1)

Abaixo, fotos do monumento erguido no local:



Praça Índio Galdino Jesus dos Santos, Brasília, DF. Fotos: Rodrigo Piubelli, 19/10/2011.

Em decorrência da repercussão do fato e da mobilização a ele subsequente, o artista Siron Franco criou o monumento, afixado no centro dessa praça, com o intuito de que fosse lembrado por qualquer um que passasse pelo local:

Meu trabalho é feito sobre a indignação. E todos nós, como cidadãos, temos que mostrar que não compactuamos com uma violência como a que foi cometida contra o índio Pataxó, antecipou Siron Franco, criticando a barbaridade cometida pelos jovens de Brasília contra o índio que dormia na parada de ônibus.

Siron Franco deixou claro que seu trabalho será uma doação à cidade para que todos os que passarem pela parada de ônibus lembrem a barbárie cometida, garantindo que não teria coragem de cobrar por um trabalho que servirá para mostrar às futuras gerações o repúdio do povo de Brasília à violência.

Esse crime me deixou perplexo e o que queremos é não deixar que caía no esquecimento, como ocorre no Brasil com muita frequência, após atos de violência, afirmou o renomado artista goiano. (CORREIO BRAZILIENSE, 1997, p. 4)

O dever de memória, presente no trabalho do artista, enseja sem dúvida o temor do esquecimento. Sobre isso afirma Gagnebin:

O esquecimento dos mortos e a denegação do assassinio permitem assim o assassinato tranquilo, hoje, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar. (2006, p. 46)

Outra questão importante não é apenas o monumento, mas como, passados 15 anos do assassinato de Galdino, a experiência é narrada pelas pessoas. Ainda há um luto pelo que ocorreu? Existe algum significado do monumento para as pessoas? Gagnebin destaca a articulação entre monumento e palavra:

Em alguns dos mais belos ensaios de Jean-Pierre Vernant estudam esse paralelismo fulgurante que sustem o canto poético da *Ilíada*: a palavra de rememoração e de louvor do poeta corresponde, em sua intenção e em seus efeitos, às cerimônias de luto e de enterro. Como a esteira funerária, erguida em memória do morto, o canto poético luta igualmente para manter viva a memória dos heróis. Túmulo e palavra se revezam nesse trabalho de memória que, justamente por se fundar na luta contra o esquecimento, é também o reconhecimento implícito da força deste último: o reconhecimento do poder da morte. (IDEM, IBIDEM)

Sendo assim, a memória é essencial para a compreensão dessa articulação entre acontecimento passado e seus desdobramentos no presente. A pesquisadora Nancy Magalhães destaca que a memória é crucial como meio e processo para provocar e reconstruir as articulações entre presente e passado, entre indivíduo e o social (MAGALHÃES, 2002). Além disso, revela:

As imagens do passado reluzem no presente e relampejam, porque o passado não está morto, inerte. Ambos se dão a conhecer, se o esforço que se fizer para esse reencontro reativado ser bem sucedido. Então, isto não significa desenterrar o passado para apenas nele descobrir uma identidade perdida. (IDEM, IBIDEM)

A experiência e, portanto, a memória, não está relegada ao passado, e sim articulada o tempo todo nesse lembrar e esquecer. Aspecto enfatizado pela pesquisadora:

A história, constituída de memória, é urdidura e é trama, é tecido do esquecimento e da lembrança, é passado e presente, pois, nesse ato de tecer, conseguimos ou não revelar semelhanças entre passado e presente, sintetizadas num texto – para os romanos, aquilo que se tece. Porque se formos buscar o significado de revelação, qual seja, o processo de tornar visível uma imagem latente, podemos sustentar que a palavra, o objeto, a imagem visual, o texto, enfim, velam e revelam. A urdidura e a trama têm permanências que não são permanências, continuidades que não são continuidades, porque são latências; pois o passado, não é mantido, é transformado numa outra forma, para não desaparecer no esquecimento; o presente também é transformado, porque revela a possível realização de apelos negligenciados do passado, caso consigamos captá-los. (IDEM, IBIDEM)

Outro aspecto importante acerca da constituição da memória e da articulação entre passado e presente é pressupor que as falas proferidas pelos narradores não devem ser identificadas como objetos e peças dentro de um quebra-cabeça, e sim como narrativas carregadas de valores, princípios e imagens, articulados por sujeitos dotados de relativa autonomia e criatividade. Desta forma, vale evidenciar a constatação feita pelas pesquisadoras Magalhães e Litwinczik, quando afirmaram:

Assim, ao contrário de uma classificação que as homogeneize, a história social e as próprias identidades desta cidade e seus moradores devem ser apreendidas como construções que envolvem contextos e sujeitos específicos; projetos de vida e interesses diferenciados, muitas vezes em diálogo, outras vezes em conflito. Esses, por sua vez, implicam na criação de grupos de poder, em articulação ou não, de processos sociais através dos quais se elaboram significados e identidades. Cabe perceber como essas formas tornam-se representativas e como cada sujeito participa nestas construções e, conseqüentemente, emprega-os para a continuidade da ação uma vez empreendida. (MAGALHÃES; LITWINCZIK, 2000, p. 13)

Na busca de narradores do trágico acontecimento, foram encontradas pessoas com idades, profissões, e locais de moradia bastante diferentes, que utilizam e experimentam o espaço da Praça e veem com certa frequência o monumento em homenagem ao índio Galdino, como também ainda se lembram do que aconteceu com ele.

É importante observar que apesar do destaque dado pela imprensa ao acontecimento, após 15 anos de ocorrido as lembranças dos entrevistados foram construídas a partir das suas subjetividades e experiências.

Na primeira experiência em campo, houve uma constância na recusa e insegurança para falarem sobre o assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. Diversas pessoas,

indagadas sobre a possibilidade de serem entrevistadas, recusavam-se a falar, principalmente as que trabalham no comércio que existe na Praça e os moradores das quadras próximas. Talvez por vergonha do que aconteceu, ou da barbaridade cometida pelos jovens ou até mesmo por medo de se comprometer nos relatos.

Paulo da Silva Nascimento, de 39 anos, 1º grau incompleto e comerciante de um quiosque na Praça há mais de nove anos, é um exemplo da resistência em conceder uma entrevista. Depois de muita insistência e justificativas, ele aceitou responder a algumas perguntas, mas não autorizou que fossem gravadas. Suas respostas foram diretas e impessoais, ao mesmo tempo em que atendia a seus clientes no balcão. Demonstrou que queria se livrar o quanto antes dos questionamentos. Para ele, o monumento representa a morte do índio Galdino e a violência praticada pelos jovens. O espaço também é utilizado pelos índios para fazerem rituais e manifestações políticas. Além disso, afirmou que esse acontecimento tornou-se parte da história da cidade. No entanto, reconhece que a imagem de Brasília não foi alterada e que a violência praticada por jovens de classe média não é uma característica só da cidade, mas do mundo todo.

A primeira entrevista gravada foi com o adolescente de 14 anos Caio César Rodrigues de Carvalho, morador do Plano Piloto e frequentador da Praça, pois estuda nas proximidades. Aparentou um pouco de receio, mas logo após ter sido esclarecido sobre o propósito da pesquisa, demonstrou interesse em participar. Quando indagado sobre o monumento, disse que ele representa que todos os índios têm direitos iguais e devem ser respeitados. Disse saber do assassinato do índio Galdino, em virtude de escutar da mãe e de outras pessoas próximas comentários sobre o acontecido. Pelos relatos de terceiros demonstrou proximidade com o tema, no que se refere à violência praticada por jovens e adolescentes em Brasília também na atualidade. Para ele, a violência está associada às drogas, bebidas e rivalidade e intolerância entre os jovens. Mas acredita também que existem os que têm atitudes corretas, por ele identificados como “pessoas de bem”, que estariam contribuindo com boas ações, já que não fazem uso de drogas e bebidas.

Logo após terminar a entrevista com o estudante, foi possível conversar com Alex Júnior da Silva, 25 anos, motorista de ônibus, que possui ensino médio incompleto e mora na Região Administrativa de Ceilândia. Estava na praça com o filho de três anos de idade, enquanto aguardava a esposa que fazia uma entrevista de emprego. Após esclarecidos os aspectos da pesquisa se dispôs a participar. Sobre o monumento, lembrou a ligação entre a obra e o assassinato do índio Galdino. Disse que sempre que vê a obra se lembra do que

aconteceu. Destacou que na época do assassinato era adolescente e vagamente recorda das notícias e reportagens que falavam a respeito, mas enfatizou que foi sua mãe, quando ele ainda era adolescente, que lhe mostrou pela primeira vez o monumento, quando passavam pelo local, e relatou o motivo de sua importância. Outro aspecto destacado foi a questão da violência, não apenas no passado, mas os problemas da atualidade, principalmente na região em que reside. Associada à violência está a impunidade, principalmente quando os personagens são jovens de classe média, filhos de delegados e advogados, portanto quase nunca punidos. Para ele, o Distrito Federal não melhorou no que se refere à segurança e tranquilidade das pessoas. O acontecimento trágico do passado não contribuiu para a construção de uma sociedade mais fraterna e solidária. Demonstrou que suas angústias e preocupações não estão no passado, mas no problema da violência no presente.

Outra entrevistada foi a psicóloga Maria Selma Mendonça, de 70 anos, moradora de uma quadra próxima. Dentre os aqui relatados foi a pessoa mais bem disposta em participar e contribuir para esta pesquisa. Isso vale ser destacado, face às grandes dificuldades em conseguir entrevistar moradores da quadra. Poucos eram os que saíam às ruas, e, ainda assim, de modo geral, também não tinham interesse. Foi possível constatar, no trabalho de campo, tendo como referência o depoimento do policial militar Waldir Florêncio Lima, que trabalha no posto policial da Praça, que a faixa etária dos moradores é de indivíduos mais velhos, em sua maioria aposentados, que passam boa parte do tempo em suas casas. No final da tarde alguns saíam para fazer suas caminhadas, no entanto não dispostos em conceder entrevistas. O espaço durante a semana é frequentado principalmente pelas pessoas que cruzam as duas quadras divididas pela Praça, em virtude do trabalho ou do estudo, e a parada de ônibus é movimentada. A Praça não parece, assim, ser espaço de convívio coletivo entre seus moradores.

Na conversa com a senhora Maria Selma Mendonça foi possível perceber seu interesse em narrar sua experiência de moradora da quadra onde ocorreu o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos. Ela demonstrou perceber a importância do trabalho desta pesquisa, como também quis deixar uma mensagem e ser ouvida em sua experiência. É possível lembrar aqui dos momentos do filme *Narradores de Javé* (CAFFÉ, 2003, 110min.), quando o personagem Antonio Biá (José Dumont), que tinha a tarefa de escrever e registrar a história da cidade de Javé, acabou sendo procurado por várias pessoas que queriam ver suas experiências e histórias registradas na “grande história” que seria escrita sobre o povoado de Javé:

A luta contra o esquecimento, perene ameaça, pode levar qualquer narrador a construir e ampliar seus sentidos de pertencimento, a enfrentar o tempo, projetando-o e modelando-o segundo sua experiência em linguagens, tal como acentuou Benjamin. (MAGALHÃES, 2011)

Quando perguntada sobre a importância do monumento, a senhora Maria Selma afirmou que era um marco para a liberdade de todas as raças. Ela acredita que Galdino foi morto por ser índio. Que a dona da pensão o tratou de forma desrespeitosa pela sua condição étnica e por isso ele teve que dormir no ponto de ônibus, sendo morto barbaramente pelos rapazes. Mas não sabe se os jovens foram punidos, pois para ela no Brasil é difícil acontecer justiça, principalmente para os que têm padrinhos para acobertar seus erros.

Acredita ainda que esse acontecimento marcou a vida dos moradores da quadra e da própria cidade de Brasília. Mas a violência sofrida pelo índio Galdino não seria novidade em Brasília, onde outros casos bárbaros já ocorreram e continuam a acontecer, segundo acredita a senhora Maria Selma.

Enquanto a entrevistava, outra senhora sentada próxima acompanhava atentamente o diálogo, demonstrando interesse em participar. Ela foi a próxima entrevistada.

A senhora Geralda Paulina da Conceição, 52 anos, moradora de Sobradinho, com 1º grau, é funcionária do SINASEFE (entidade sindical). Quando a entrevista começou e foi indagada sobre o significado do monumento, a entrevistada falou que a obra de arte representaria não somente o ocorrido com o índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos, mas todos os índios:

Representa assim, o índio, né! Porque a gente já estudou muito né!, estuda sobre o índio, né! Esse monumento representa assim, o que aconteceu com o índio, né! que foi muito triste, então toda vez que a gente vê, a gente lembra daquela morte, né! que aconteceu na parada de ônibus né! inclusive eu conheci os assassinos do índio Galdino, né! que eu acho que foi uma crueldade, né!, eles também, repetindo devem ter estudado sobre os índios, deveria ter o respeito pelo índio, então esse monumento aqui, traz uma tristeza muito grande, porque a gente, inclusive eu fui criada na mata, meu pai era descendente de índio, eu já vivi de comer coisas da mata, então isso tudo lembra o índio, eu acho que foi falta de consideração, falta de respeito com o índio, né!

Para a senhora Geralda, a questão do monumento como mecanismo de lembrança sem dúvida remete ao índio Galdino, mas o vê não ligado um contexto de exclusão social, como geralmente os índios são associados, seja na sua condição de abandono por parte do Estado,

seja pela indiferença e desprezo da sociedade. Para ela, os índios são importantes, haja vista sua justificativa de que os povos indígenas são estudados e, portanto, têm dado sua contribuição à sociedade através de sua cultura. E vai além, quando destaca sua ligação com a cultura indígena. É interessante perceber como o assassinato do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos como memória é um fenômeno construído, haja vista a forma como a senhora Geralda articula sua fala e incorpora elementos de sua experiência no fato que é social e coletivo. Reforça essa constatação a observação de Pollak:

Em todos os níveis a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 201)

Ao ser questionada sobre a Praça como local da lembrança, disse:

Sim, traz lembrança e tristeza, né! Toda a pessoa que souber da notícia e ver esse monumento, como você acabou de dizer, né! a gente vai lembrar que aqui morreu uma autoridade que existe nos livros de história, que até hoje a gente estuda sobre o índio, muito importante, né! Eu acho lindo as coisas dos índios, eu fui criada na mata, né! Fui criada com cobra, com bichos, né! Então não sei, acho que umas pessoas dessas, que tem coração, não é humano, né! Eu guardo uma lembrança muito grande, né!, dos índios, né! Porque inclusive, na época, eu me assustei, porque foi criada aqui perto na 708 Sul, trabalho aqui há quatro anos. E então toda a vez que eu vejo, sinto tristeza, um ar de tristeza.

A utilização constante da expressão “né” parecia revelar que a senhora Geralda desejava enfatizar e convencer o pesquisador sobre a veracidade de sua narração.

Vale destacar que logo no início desse relato a articulação feita da dimensão da lembrança não apenas com o monumento em si, como também da importância das notícias que foram veiculadas por vários meios de comunicação logo após ao assassinato, quando a entrevistada afirmou: “toda a pessoa que souber da notícia e ver esse monumento, como você acabou de dizer, né! a gente vai lembrar que aqui morreu uma autoridade que existe nos livros de história”. Assim, é possível constatar que monumento e narrativa, túmulo e palavra, se

constituem como construtores dessa memória. Observação feita por Gagnebin, quando afirmou que “túmulo e palavra se revezam nesse trabalho de memória” (2006).

Quando Pollak discute memória e identidade, observa que os acontecimentos e as memórias sobre os fatos são constituídas por pessoas, personagens. Sem dúvida, tratar do acontecimento é falar sobre o índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos, que foi narrado tanto nos jornais como nas falas dos entrevistados. Mas no caso da senhora Geralda, ele aparece em destaque, e ela se refere ao Galdino como uma “autoridade que existe nos livros de história”. O índio, nesse caso, se configura também como um personagem de destaque e relevância social.

É possível que esse olhar de grande respeito e consideração seja resultado exatamente pelo fato da entrevistada ter assumido uma dimensão de identidade indígena. Para Pollak, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 13).

Também foi possível entrevistar outra senhora, Dona Leodineia Costa Sousa, 46 anos, moradora do Gama Leste, com ensino médio completo e que desempenha a profissão de gari, varrendo diariamente a Praça e quadras próximas. No primeiro contato foi apresentada a pesquisa, mas não foi possível realizá-la porque era esperada por um grupo de garis, que em uma conversa breve aceitaram realizar a entrevista no dia seguinte. Com esse grupo pode-se tratar da Praça, do monumento, sua importância tanto para eles que trabalham ali como suas observações acerca das atitudes das pessoas que passam e frequentam o local, como interação com a obra, no meio do caminho onde passam diversas pessoas.

No outro dia, a senhora Leodineia se dispôs a conversar e demonstrou tranquilidade e seriedade. Quanto ao significado do monumento ao índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos, afirmou:

Falta de justiça. Tipo assim ele morreu, sem saber o porquê, que ele estava morrendo. Entendeu? Simplesmente porque estava numa parada? É muito injusto. Entendeu? É um inocente. Uma coisa que deveria ser valorizada, a praça, não está sendo valorizada. O monumento dele é em vão. É como se fosse uma folha seca. Entendeu? Como a folha seca, que cai e acabou. Não existe mais. Entendeu? É uma vida que foi e não volta. É isso que eu penso.

É importante perceber como os significados desse monumento se multiplicam pelos mais variados narradores. Se a senhora Selma o identifica como “um marco para a liberdade de todas as raças”, Dona Leodineia o vê como um retrato da injustiça. Para ela, a lembrança maior é da covardia do ato praticado contra o índio, sua condição de vulnerabilidade, quando dormia indefeso na parada de ônibus. Como também pela punição sofrida pelos assassinos, que considera branda comparada à gravidade do ocorrido. E destaca que o monumento é em vão, não em virtude do esquecimento do assassinato do índio pataxó, mas sim em decorrência da vida ceifada, que não volta mais. E explica dando o exemplo da folha “seca que cai no chão”, já sem vida e, portanto, sem valor (SOUSA, 2011). O monumento é visto como uma homenagem ao índio morto, que é lembrado, mas não recupera o bem maior, sua vida tirada violentamente naquela noite.

A descrição da senhora Leodineia faz lembrar a concepção do narrador, a figura do trapeiro, do *Lumpensammler* ou *cbiffonnier*, do catador de sucata e de lixo, personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada perder. Este narrador sucateiro não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo como o que a história oficial não sabe o que fazer. (GAGNEBIN, 2006, p. 53)

Outro aspecto importante sobre o monumento é sua associação com a injustiça. Foi possível constatar na análise dos jornais, que essa obra de arte teria o sentido de fazer lembrar o acontecido, para que a barbaridade não ocorresse mais. Ao mesmo tempo, a imprensa escrita apresentava, na época, pronunciamentos de várias pessoas e autoridades políticas, que defendiam a aplicação máxima da lei aos assassinos do índio. Que fossem severamente punidos e que suas condições sociais não seriam subterfúgios para escaparem dessa punição necessária. Do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, lemos:

O sentimento é geral, é de todos, é de incompreensão e repulsa. Ainda bem que os criminosos estão presos. Temos que nos acostumar que estes crimes têm que ser punidos exemplarmente, porque isto é coisa que não há o que justifique – disse indignado. (MOREIRA, 1997, p. 4)

Cristovam Buarque, governador à época, disse: “Sou contra a pena de morte, mas gostaria que a Justiça desse a eles a pena mais rigorosa possível dentro da lei.” (DUARTE, 1997, p. 11)

A justiça parece algo bastante caro à sociedade brasileira, haja vista a insistência nos pronunciamentos sobre a gravidade do fato e a necessidade e a urgência da punição exemplar. Passados já 15 anos, é agora mais fácil perceber esta preocupação constante acerca da justiça, pois nas observações captadas na pesquisa, na escuta dos narradores, a impunidade parece regra no Brasil.

Na rápida entrevista de Ana Paula Bernardes de Araújo, de 33 anos, moradora de Ceilândia, com ensino fundamental incompleto e gari, ao ser questionada sobre o significado do monumento, respondeu:

Uma pouca vergonha. (risadas) Porque uma pessoa que morreu, pagou a vida, e os outros está, mora aí do lado, como você sabe, e está vivendo bem, por uma estátua velha, eu acho que não vale a pena não. Minha opinião é essa. (risadas)

A atitude inusitada da entrevistada – risadas após afirmar que era “uma pouca vergonha” - remete a outras reflexões. O riso, neste caso, também deve ser compreendido como uma forma de compreensão e leitura acerca do acontecimento. Tanto que Bakhtin afirmou:

O riso tem um profundo valor de concepção do mundo, é uma das formas capitais pelas quais se exprime a verdade sobre o mundo na sua totalidade, sobre a história, sobre o homem; é um ponto de vista particular e universal sobre o mundo, que percebe de forma diferente, embora não menos importante (talvez mais) do que o sério; por isso a grande literatura (que coloca por outro lado problemas universais) deve admiti-lo da mesma forma que ao sério: somente o riso; com efeito, pode ter acesso a certos aspectos extremamente importantes do mundo. (BAKHTIN, 2008, p. 57)

Talvez para outro pesquisador a atitude de Ana Paula poderia soar como desrespeito ou até mesmo provocação diante do trabalho que estava sendo feito. Também poderia ser entendida como comportamento de quem não é capaz de dar a devida seriedade para assunto tão trágico, ou até mesmo desprezo em virtude de seu desconhecimento ou despreparo. Mas, ao contrário, sua resposta, e mais ainda, seu gesto, suas gargalhadas, foram percebidos como demonstrações de protesto, de exposição ao ridículo, de denúncia. Para ela, o monumento é a demonstração do descaso pela vida, do cinismo da sociedade que em determinado momento mostrou surpresa, repúdio e indignação, e marcou seu protesto com manifestações e com a colocação de uma obra de arte para o fato não ser esquecido. E mais tarde viu os assassinos

tendo suas penas abrandadas pelo Poder Judiciário, e essa mesma sociedade acabou não se pronunciando de forma efetiva como havia feito no calor dos acontecimentos.

Na percepção de Ana Paula, o passado é o índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos morto e homenageado com uma “estátua velha”, e o presente são os assassinos vivos e já em liberdade. Essa narrativa se aproxima das preocupações que cabem ao historiador, como afirmou Gagnebin:

Enquanto Homero escrevia para cantar a glória e o nome dos heróis e Heródoto, para não esquecer os grandes feitos deles, o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua ‘narrativa afirma que o inesquecível existe’ mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido mais amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que, também, possa ser verdadeiro. (GAGNEBIN, 2006, p. 47)

Outra entrevista foi a do senhor Waldir Florêncio Lima, de 44 anos, morador da Região Administrativa do Guará II, formado em direito e sargento da Polícia Militar do Distrito Federal. Dirige o posto policial próximo à Praça. Também foi questionado sobre o significado do monumento ao índio Galdino e disse:

Olha, ele representa simplesmente o símbolo dos índios aqui, onde ocorreu, eu não me recordo a data certa, mas foi do assassinato do índio Galdino. Após esse fato, o GDF (Governo do Distrito Federal) providenciou, juntamente com a... Funai? É, não sei se foi realmente esse órgão, mas juntamente com o órgão voltado para os índios, colocaram esse monumento aí.

Provavelmente em virtude de sua posição como policial militar e comandante do posto policial, a abordagem sobre o monumento é impessoal, pois se refere ao monumento como “simplesmente o símbolo dos índios aqui”, muito distante das preocupações e interesses apresentados por setores da sociedade que, à época do assassinato, entendiam que a obra de arte teria a função de lembrar a sociedade sobre a barbárie cometida. Tanto que para o artista

Siron Franco a escultura era para mostrar às futuras gerações o repúdio do povo de Brasília à violência.

A entrevistada Thais Pereira Caldas, 34 anos, moradora da Ceilândia, formada em direito, trabalha de assistente de saúde. Indagada sobre o significado do monumento, afirmou:

O marco de uma história muito triste, de violência. É de certa forma, uma homenagem merecida né! pelo que aconteceu, que foi uma barbárie, né! muito triste realmente. Mas é um monumento merecido, não só ao Galdino, como também à demais classes indígenas.

Portanto, para que o narrador consiga entender e dar sentido àquela memória, como disse Ricoer (apud PESAVENTO, 2006), o esforço da imaginação recompõe, na esfera do mental, imagens e discursos que, associados, presentificam um fenômeno ausente, fazendo-o existir em uma instância temporal que não é nem passado nem presente, mas sim um tempo histórico ou memorialístico. Desta forma enfatizou Benjamin:

Pois se um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois (apud PESAVENTO, 2006).

Desta forma, a presentificação do passado, como disse Benjamin, não nos remete apenas ao fato evocado, mas navega no tempo e se desloca no espaço, interconectando palavras, imagens e sentidos, numa construção de relação entre passado e presente.

A memória, ou a lembrança, assumem tarefa fundamental na possibilidade de resignificação do passado. Para os pesquisadores Grossi e Ferreira, a lembrança conduz o indivíduo a cenas vividas em conjunto, imagens que se tornaram presentes num tempo em que presenciamos o acontecido (2001). No entanto, no decorrer da vida, momentos vividos vão fazendo parte de uma construção permanente da existência, passando-se a lembrar o que aconteceu mediante o contato com pessoas, lugares, vozes, músicas, que levam o sujeito a associar impressões vivazes. Para o sujeito que narra, torna-se impossível narrar tudo, lembrando-se ele apenas de partes significativas do passado. A lembrança evoca momentos vividos, preenchendo o agora com referências construídas no contato com os outros, no qual a identidade, como metamorfose, constitui-se, pois “somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos (...), somos aquilo que lembramos” (BOBBIO, 1997, p. 30).

CAPÍTULO 4 – Imagens de Brasília, a metrópole e o índio

As reportagens e os diversos artigos sobre o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, publicados em diversos jornais, com falas de autoridades, de pessoas comuns, especialistas, editoriais, além das entrevistas concedidas pelas pessoas que convivem no espaço da Praça, passados 15 anos do fato, permitiu perceber que esse acontecimento produziu ressonâncias nos mais variados grupos sociais e marcou seu imaginário.

Na época o fato teve grande e intensa repercussão nacional, sem dúvida em virtude da forma como o índio pataxó foi assassinado, bem como pela justificativa apresentada pelos assassinos. Porém, além disso, o lugar onde isso aconteceu permitiu que o incidente tivesse a grande cobertura da imprensa à época. Brasília, capital do país, é o lugar onde as grandes decisões políticas do Congresso Nacional ou do Poder Executivo ressoam em todo o Brasil. Prova disso são as mais variadas agências de notícias nacionais e internacionais sediadas na cidade.

Sem dúvida, a morte do índio Galdino Jesus dos Santos produziu desdobramentos políticos nacionais e internacionais, como já apontado nos capítulos anteriores, principalmente pela postura dos jornais em destacar as falas das autoridades executivas, legislativas e de especialistas no período. Mas além desse aspecto, o interessante foi perceber como a cidade de Brasília também foi retratada pelos jornais, seja nas observações de pessoas que foram chamadas a se posicionarem sobre esse fato, seja nos editoriais.

Na análise dos jornais, vários questionamentos e indagações foram apresentados. Quais motivações justificariam a violência praticada pelos jovens? E a condição de abandono dos povos indígenas no país? E sobre a indefinição da demarcação de suas terras em âmbito nacional? E a violência urbana crescente nas cidades? A falta de solidariedade entre as pessoas e tantos outros. Nesse período, foi possível constatar que além de buscar as mais variadas razões para esse acontecimento, de modo geral a imprensa também fazia julgamentos e emitia interpretações sobre o mesmo. E curioso foi perceber que a cidade de Brasília também passou a ser objeto de questionamentos, vista como um lócus próprio para a ocorrência de tais atos bárbaros e violentos, como revela o trecho do editorial a seguir:

(...) há raízes facilmente identificáveis no clima da cidade burocrática, estigmatizada pelos vícios de uma classe dirigente com ócio demais e muito pouco medo da lei. De alguma maneira, o que aqueles jovens fizeram, mesmo tendo diferença de grau e circunstância, está associado à impunidade

que marcou outros atos de violência e irresponsabilidade em Brasília. Como se viu, no exemplo mais recente, quando um filho de ministro de Estado atropelou e matou um transeunte, e fugiu sem prestar socorro. (EDITORIAL, 1997, p.1)

Essa constatação partiu de um jornal de circulação nacional, que associou a prática da violência entre os jovens como uma característica da cidade de Brasília, e destacou alguns aspectos, tais como ser uma “cidade burocratizada”, ter uma “classe dirigente com ócio demais” e onde não há “medo da lei”. Sem dúvida, Brasília acabou colocada no meio da questão da violência, como se isso fosse uma peculiaridade desta cidade. Já um jornal local, em seu editorial, buscou destacar outro olhar sobre a cidade, apesar da barbaridade cometida contra o índio Galdino Jesus dos Santos. De acordo com o editorial:

São milhões de brasileiros que por aqui estiveram e aqui estão apostando no futuro. E, em grande parte, vendo realizadas as mais altas de suas aspirações. Brasília é uma cidade que dá certo. Mais do que nunca, é a capital da esperança. (EDITORIAL, 1997, p. 6)

A postura já assumida por esse jornal é bem diferente do anterior; sem dúvida o fato do último ser um veículo de informação local, próprio da cidade, faz com que o olhar sobre o acontecimento seja outro. Nesse editorial não há complacência frente à violência sofrida pelo índio Galdino, ou a diminuição da gravidade do ato por ter sido praticado por jovens de classe média da cidade. Mas afirma que o fato ficará na memória da cidade, e que o lócus da violência é também do lugar onde milhões de brasileiros apostam suas vidas, anseios e aspirações de futuro. E enfatiza que a cidade ainda é a capital da esperança.

Esses dois fragmentos de editoriais mostram claramente que algo mais estava em debate além do assassinato do índio Pataxó. Fica evidente como a cidade de Brasília é retratada, acima de tudo pelos imaginários sociais que são construídos em torno da capital federal, tanto por seus moradores como pelos demais brasileiros.

Portanto, estudar Brasília é buscar também entender os imaginários sociais que a definem como cidade, e perceber que esse processo é de construção de valores, comportamentos, relações sociais, ritos e formação identitária. Tanto que, para Baczko:

O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referências simbólicas por meio dos quais os homens se comunicam, dotam-se de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas, etc. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de

sistemas de representações que as fixam e traduzem. Assim se define um código coletivo segundo o qual se exprimem as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias dos agentes sociais. Por outras palavras, as relações sociais nunca se reduzem aos seus componentes físicos e materiais. Do mesmo modo, as relações políticas, enquanto dominação dos homens por outros homens, não se reduzem a simples relações de força e de poderio. (BACZKO, 1985, p. 307)

Sendo assim, a discussão sobre o imaginário é pertinente, pois o que está em jogo são as relações de poder existentes entre os mais variados grupos sociais na sociedade brasiliense, e também daqueles grupos que se fazem representar em âmbito nacional. Principalmente quando o lócus dessa trama é Brasília. Cidade onde as diversas representações sobre os motivos de sua construção, sua arquitetura, mas principalmente sobre as relações entre os indivíduos dentro do espaço urbano, têm produzido diversificadas imagens acerca da capital do Brasil, como afirma a professora e pesquisadora Brito:

Profusão de imagens, Brasília era representada, ao mesmo tempo, como o espaço propício para a manifestação de uma sociedade que a fazia mais humana que a maioria das outras cidades – onde às crianças era oferecido o que havia de melhor em termos de estudo e lazer e onde a amizade e os sentimentos juvenis encontravam sua melhor expressão – e lócus de manifestação do “perigo” pela infância e pela juventude “desviantes”. (2007, p. 154)

Este debate sobre Brasília existe há bastante tempo. Desde a construção da nova capital, a formação de imaginários foi palco de conflitos e tensões. Provavelmente estimulado pelo discurso governamental da época marcado pelos projetos chamados desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek. Tanto que Holston destacou:

Em 1955 a ideia de Brasília encontrou pleno eco na campanha presidencial de Juscelino Kubitschek. Ele iniciou sua candidatura com o compromisso de construir a nova capital. Depois de sua eleição, atender esse compromisso tornou-se o principal projeto de sua administração (1956-1961) a “meta-síntese”, como ele a chamava, de seu Programa de Metas para o desenvolvimento do país. Esse programa respondia às teorias do desenvolvimentismo do país, formuladas durante a década de 1950 pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas) e no Brasil pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Destacava-se a industrialização dirigida pelo Estado como o meio pelo qual os países subdesenvolvidos poderiam alcançar rápido crescimento econômico e uma posição mais vantajosa no comércio internacional. A versão de Kubitschek enfatizava o nacionalismo brasileiro, estabelecendo

metas de desenvolvimento destinadas a impelir o país para além das barreiras do subdesenvolvimento. Por essas razões, Kubitschek deu a Brasília prioridade máxima em seu programa. No entanto, antes mesmo dos compromissos assumidos por JK, a ideia de construir uma capital no centro do Brasil, já estava presente nas preocupações de outros governos. Desde a metade do século XVIII a ideia de transferir a capital do Brasil para o interior desabitado foi o sonho de muitos visionários. Eles deixaram a Brasília o legado de uma mitologia do Novo Mundo em que a construção de uma capital no Planalto Central seria o meio de desencadear o florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância. (HOLSTON, 1993, p. 27)

Os projetos de construção da nova capital federal sem dúvida já haviam sido pensados bem antes do presidente Juscelino Kubitschek, por outras personalidades e governos. Esse aspecto não diminuiu a importância da iniciativa do presidente JK, mas, ao contrário, acabou fortalecendo a ideia da construção, como sendo a execução de um projeto de desenvolvimento nacional que outros não haviam tido a coragem e a disposição de implementar, como também acabava reforçando o imaginário de realização de uma promessa histórica de ocupação do interior do país. Lugar que seria capaz de irradiar um novo modelo para todo o Brasil. Nesse aspecto a pesquisadora Rodrigues afirmou:

Um passado onde só há lugar para heróis. Uma determinada periodização da história é recuperada para justificar uma decisão de legitimidade duvidosa. Simultaneamente, os discursos oficiais também veiculam – para justificar Brasília – visões deterministas acerca do desenvolvimento. Embalados pela concepção urbanística da cidade, esses discursos buscaram afirmar, junto à sociedade, um modelo de desenvolvimento, fruto de uma ‘razão’ de Estado. Razão fruto da técnica, ou seja, a mítica do desenvolvimento. Nesse sentido, os discursos oficiais recuperaram todo um universo de representações políticas que já circulavam na sociedade. O que o governo JK fez, foi realizar, a nível de discurso, um encadeamento lógico entre os diversos acontecimentos da história do Brasil e a transferência da capital. (RODRIGUES, 1990, p. 21-22)

É possível identificar que a construção dessa cidade passava pela sua legitimação como imaginário de um novo mundo a ser construído, e que a capital federal seria o novo Brasil que serviria de exemplo para o país como um todo. Brasília seria o modelo de civilização, partindo sem dúvida do discurso desenvolvimentista da época e de sua arquitetura inovadora como demonstração visível e concreta dessa transformação.

Sendo assim, Brasília foi apresentada ao Brasil como um modelo a ser seguido, até mesmo antagônica em relação ao restante do país. Parecia que a nova cidade estava sendo

construída paralelamente ao real retrato social brasileiro. Ela seria a promessa de progresso e desenvolvimento social que não ocorriam no restante do território brasileiro. Apesar do discurso político ter sido construído dentro do ideário de integração, o que se via na prática é que a cidade modernista seria tão diferente que acabou gerando uma relação de antagonismo com o que era verdadeiramente o Brasil da época, como destacou Holston:

Que a viagem rumo à Brasília, através do Planalto Central, é uma jornada de separação. Faz o viajante confrontar-se com a separação entre a Brasília modernista e o Brasil de todos os dias; entre os densos povoamentos do litoral e o vazio do interior; entre o congestionamento e a aglomeração das grandes cidades e os silenciosos horizontes do planalto; entre as praças do interior, com suas feiras e suas conversas, e os espaços vazios de Brasília, onde não há praças nem feiras; entre a civilização e a fronteira; entre o subdesenvolvimento e o incoerentemente moderno. (1993)

Apesar do tempo passado, desde a construção de Brasília até o período aqui considerado ainda há esse imaginário sobre a cidade, forte principalmente para brasileiros que não vivem na capital federal. Nas matérias jornalísticas foi possível constatar esse traço de cobrança sobre a cidade pelos sujeitos sociais que nela vivem. Foi frequente nas matérias publicadas na época a surpresa não apenas pela violência sofrida pelo índio Galdino, ou pelo ato covarde dos jovens que o queimaram enquanto dormia na parada de ônibus, mas de tudo ter ocorrido em Brasília. Tanto que os títulos dos artigos em sua maioria fazem menção à violência praticada na capital: “Morre índio queimado em Brasília”, “Índio é queimado por estudantes no DF”, “Assassinato em Brasília”, “Os meninos de Brasília”, “Brasília, a capital federal da carteirada”, “Medo e abandono marcam os mendigos de Brasília”, “Brasília registra casos semelhantes de violência”, dentre tantos outros. O destaque para a cidade é evidente, como percebido no fragmento a seguir:

O índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, que foi queimado vivo na madrugada de domingo por cinco jovens de classe média, morreu às 2 horas de ontem, em *Brasília*. O laudo da morte, assinado pelo médico Paulo César Moraes, plantonista da unidade de queimados do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), atesta que o índio teve 95% do corpo queimado – 85% de queimaduras de terceiro grau e 10% de lesões parciais profundas. (BRAGA, 1997, C-1)

Neste artigo, assinado pela jornalista Isabel Braga, a palavra Brasília apareceu no formato itálico, para ser bem enfatizada. A capital federal é objeto dessas interpretações e do

imaginário a seu respeito. Novamente o conceito de imaginário desenvolvido por Baczko auxilia a reflexão:

O imaginário social é deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. O imaginário social é, pois peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais. (BACZKO, 1995, p. 310)

É neste campo de conflitos que aparece o assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. O jornalista Augusto Marzagão, em seu artigo “O martírio do pataxó”, destacou:

O pataxó Galdino veio da sua tribo na Bahia, integrando um grupo que vinha reivindicar às autoridades federais a demarcação de suas terras. Acreditava, certamente, que iria ao encontro de gente civilizada, do homem branco refinado pelos avanços da sociedade urbana. E o cenário de tanto adiantamento era simplesmente a capital da República, planejada por gênios da arquitetura e do urbanismo, a capital do futuro. E na cidade do futuro, o pataxó se defrontou com feras desenjauladas, com personagens monstruosos. (MARZAGÃO, 1997, p. 6)

O imaginário da cidade moderna como imperativo de modelo civilizatório que se apresentava para todo o país é questionado pelo jornalista. O imaginário construído sobre Brasília como exemplo de cidade é abalado e é motivo de crítica. Pode parecer estranha a associação que o jornalista fez entre a ideia da capital do futuro com sua arquitetura e seu urbanismo, ou até mesmo com o que ele chama de “cenário de tanto adiantamento”, pois relaciona o desenho moderno da capital a um tipo de sociedade, na qual tal barbárie jamais poderia ocorrer. A surpresa do jornalista é a demonstração do imaginário que se formou ao longo da construção da cidade e que se perpetuou em vários segmentos sociais, segundo o qual os preceitos modernistas de arquitetura se sobreporiam às condições sociais de uma cidade e que a mudança puramente urbanística e arquitetônica necessariamente promoveria a transformação da sociedade. Brasília é a cidade modernista proposta pelos manifestos do *Congrès Internationaux d' Architecture Moderne* (CIAM), onde a arquitetura e o urbanismo modernos são os meios para a criação de novas formas de convívio em sociedade.

Crítico desta leitura modernista, Holston observa:

Assim, os planejadores afirmam que a igualdade ou estandardização dos elementos arquitetônicos evitaria a discriminação social. Por meio desta corporificação das intenções, propõe-se uma relação instrumental entre arquitetura e sociedade: as pessoas que moram nesses prédios seriam coibidas a adotarem as novas formas de experiência social, de associação coletiva e de hábitos pessoais que essa arquitetura representaria. Essa condução forçada de mudanças radicais nos valores e nas relações sociais é o instrumento essencial que os planejadores de Brasília esperavam empregar no estabelecimento de suas prescrições igualitárias para uma nova sociedade brasileira. Além disso, ao planejarem uma cidade inteira, um ambiente completo, viam essa condução como uma inversão inescapável da evolução social, na qual caberia a arquitetos e urbanistas delinear os traços fundamentais da sociedade. (HOLSTON, 1993, p. 29)

De forma trágica este preceito foi colocado à prova. O assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos por jovens de classe média apontou, entre outros, que a arquitetura por si só não foi e não é capaz de construir uma nova sociedade. Numa cidade onde não se poderia imaginar a desigualdade social, a exclusão, a violência, a brutalidade marcou sua história.

Nas reportagens de época que analisaram o assassinato, foram lembrados outros casos violentos em Brasília, também praticados por jovens de classe média:

Vários casos de violência em Brasília são atribuídos a grupos de rapazes da classe média alta. Em agosto de 1993, Marco Antônio Velasco Pontes, de 16 anos, foi morto por uma gangue formada por 11 adolescentes, todos de famílias da classe média da Asa Norte de Brasília, que foram julgados e condenados. (LUIZ; COSTA, 1997, p. C-4)

Esses acontecimentos também foram lembrados por algumas pessoas entrevistadas. Quando perguntada sobre os acontecimentos violentos que chocaram a cidade, semelhante ao caso do índio Galdino Jesus dos Santos, a entrevistada Thaís Pereira Caldas disse:

Há muito tempo atrás daquele jornalista Mário Eugênio. A muito tempo atrás eu me lembro que esse aí foi uma história muito Há teve outro também dá....agora estou lembrando, da Ana Lídia né! ali foi terrível, aquilo ali também né! até hoje não se sabe direito quem foram as pessoas, até hoje nenhum foi condenado pela morte da menina. O que eu me lembro por enquanto foram esses.

Respondendo à mesma pergunta, a senhora Therezinha Loos afirmou:

Sim, Ana Lúcia. Eu cheguei em Brasília em 1962, eu vim para Brasília adolescente. O caso Ana Lúcia foi uma barbárie, quem é mais antigo em Brasília lembra o que foi, e a impunidade aconteceu. Da mesma maneira, a impunidade com o índio Galdino. Só nessa praça aqui, que eu me lembre, nós tivemos quatro casos de violência, só nesta praça. Foi o índio Galdino, foi um casal de namorados que a menina foi assassinada, um casal de namorados saindo da UDF (faculdade) foram sequestrados e assassinados e dois moradores de rua dentro do coreto que foram assassinados também. Então só aqui nessa praça foram todos esses casos.

Outro aspecto importante levantado sobre a cidade de Brasília foi sobre a violência sofrida pelos que vivem nas ruas. Essa questão foi também objeto de interpretação tanto dos jornais como das pessoas entrevistadas para esta pesquisa. Prova disso foram as falas proferidas pelos acusados, que alegaram que a violência praticada contra o índio Galdino era apenas uma brincadeira, e achavam que o mesmo era um mendigo:

Um deles, Max Rogério, ao tentar justificar o crime hediondo, acrescentou uma dose inesperada de cinismo à história trágica: ‘Foi uma brincadeira, achamos que se tratasse de um mendigo’. A frase provocou indignação, quase tão grande quanto o crime, mas, em verdade, contém uma sinceridade comovente. No apartheid brasileiro, o mendigo é a escala mais baixa da sociedade. Segundo algumas cabeças doentes, ele não tem direito sequer à vida. (EDITORIAL, 1997, p. 14)

Essa experiência de violência na cidade e o abandono das pessoas que vivem nas ruas se tornaram visíveis em virtude do ocorrido com o índio pataxó. O depoimento de um dos acusados, onde se refere à barbárie como algo natural, acabou colocando em questão o desprezo sofrido pela população de rua, tanto pelo Estado como pela sociedade.

Com o título “Mendigo é a maior vítima do fogo”, matéria do jornal destacou esse aspecto:

Em 1995 foram seis casos. Em 1996, outros seis. A cada dois meses, uma pessoa é vitimada pelas chamas ateadas por terceiros nas ruas do Distrito Federal. Mendigos, meninos de rua e alcoólatras sem abrigo são alvos fáceis para agressões deste tipo. ‘O fogo está ligado a uma violência extrema’, avalia o médico francês Frederic Steenhouwer, chefe da Unidade de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte. ‘A gente nunca está acostumado a casos como estes’. A cena repete. Todos os anos, pacientes com queimaduras graves, vítimas da violência das ruas, são levadas às pressas até a unidade de queimados do Hospital da Asa Norte (HRAN). (VITAL; GERMANO, 1997, p. 3)

Outro jornal de circulação nacional também destacou a violência sofrida por aqueles que vivem nas ruas:

Sob a ponte do Bragueto, que une a Asa Norte ao Lago Norte da capital, tradicional reduto de mendigos de Brasília, a notícia da morte brutal do cacique Galdino deixou apreensivas as mais de 30 pessoas que lá dormem. Osvaldo Santos, 33 anos, mora sob a ponte ao lado da mulher, Maria Sueli e mais seis filhos pequenos. Desde que chegou de Irecê (BA), há dois anos, nunca conseguiu emprego e, segundo ele, jamais foi procurado por nenhum órgão de assistência social do governo. - Às vezes passam uns carros nos xingando, dizendo que somos sem-terra, buzinando. Do governo, pelo que a gente sabe, é que estão dando passagem de volta. Mas para quê vamos voltar para um lugar onde a gente passava fome? – comenta Osvaldo. Os mendigos de Brasília, alvo tradicional das violências das gangues na capital da República, realmente não tem qualquer programa de assistência oficial capaz de protegê-los. Somente o setor de queimados do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) registrou, nos últimos dois anos, 11 ocorrências envolvendo mendigos e meninos de rua, semelhantes à do cacique pataxó Galdino Jesus dos Santos, incendiado vivo enquanto dormia num ponto de ônibus. (FORTES, 1997, p. 9)

É interessante perceber como as contradições existentes em Brasília de alguma forma acabam aparecendo. A ponte do Bragueto, que serve de comunicação e deslocamento de veículos entre os bairros Asa Norte e Lago Norte, se transformou em abrigo para diversos moradores de rua, que são alvo de xingamentos e ameaças de pessoas que passam por ali. Novamente, a desigualdade social se apresenta na cidade e põe em questão, entre outros, o papel da arquitetura moderna.

A violência sofrida pela população de rua tem sido uma constante, mesmo depois de toda a repercussão da crueldade sofrida pelo índio Galdino Jesus dos Santos. Esta observação é perceptível no depoimento do sargento da Polícia Militar, Waldir Florêncio Lima. Quando questionado se o assassinato do Galdino havia se tornado parte da história de Brasília, o entrevistado acabou fazendo paralelo entre a violência sofrida pelo indígena e por moradores de rua:

Sim, eu concordo. É uma história negativa, que não foi boa. Repercutiu aí a nível de Brasil. E cabe lembrar aí que ser índio, ou morador de rua, que tem que ser tratado dessa forma, como se fosse talvez, pior que um cachorro. Eu acho que nunca ouvi falar de fazer isso com um animal, imagina com uma pessoa. Porque ser índio, ou deixar de ser índio. Apenas para dar um susto? Sendo que a pessoa não teve a consciência que através desse susto poderia tirar a vida de uma pessoa?

O entrevistado também foi perguntado se a imagem da cidade havia sido alterada pelo acontecimento, ao que respondeu:

Acredito, como já disse antes. O que ocorreu foi uma coisa que marcou de forma negativa, né! Como aqui em Brasília, já tem outros casos aí, de crimes bárbaros, cruéis, né! Esse aí foi mais um. Depois do índio já tiveram outros casos também. Inclusive nessa própria praça, morador da quadra matou dois mendigos logo ali naquela casa ao lado do monumento do índio, lá. Porque era um morador de rua, bateu na porta para pedir alimento, o morador saiu nervoso de lá e deu dois tiros na pessoa. Acabou assassinando um morador de rua, ao lado desse monumento do índio, aqui na praça do índio, na 704 Sul. (IDEM, IBIDEM)

Sobre a participação de jovens de classe média em atos violentos na cidade, o sargento afirmou:

Não é rotineiro, não. Mas acontece. Aqui acolá, o pessoal aí do Lago Sul, Asa Sul, eles cometem crimes desse porte aí. Pode ser com luta, fazem lutas marciais e acabam agredindo as pessoas em frente de boates. Tem também a relação com os homossexuais, eles não concordam, vão lá e agredem essas pessoas, agredem os mendigos. Isso ocorre, não é rotineiro, mas ocorre. (IDEM, IBIDEM)

O pesquisador do Núcleo de Estudos em Bioética da Universidade de Brasília, Volnei Garrafa, na época do assassinato constatou a banalidade do horror, e sua observação se aproxima dos aspectos considerados pelo policial, tendo já passados 15 anos:

Estes jovens ‘viajam’ de variadas maneiras. O país mais distante deles é o Brasil real, o Brasil dos desdentados do setor P Sul da Ceilândia, dos tipos feios da Cidade de Deus ou dos analfabetos drogados das favelas de Osasco. O país dos jovens brasileiros de classe média e média alta, de hoje, é um país inexistente, composto idealmente de cidades como Paris, Nova Iorque ou Londres em que os excluídos sociais passam de certa forma despercebidos. No glamouroso mundo de fantasia criado pela sociedade de consumo não existe espaço para Galdinos, homossexuais, negros ou outros assim chamados minorias. (GARRAFA; DINIZ, 1997, p. 6)

A violência e a exclusão social identificadas na cidade acabam desconstruindo o imaginário inicial para a capital federal, no qual sua arquitetura seria construtora de uma realidade mais justa e solidária. O assassinato do índio Galdino e a violência que ainda sofre a população de rua na capital são marcas do desrespeito à dignidade humana. Apesar de

documentos da época da construção exaltarem a cidade como espaço de convívio fraterno, como percebemos no trecho a seguir, citado por Holston, do Jornal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, de 1963:

Os blocos de apartamentos de uma superquadra são todos iguais: a mesma fachada, a mesma altura, as mesmas facilidades, todos construídos sobre pilotis, todos dotados de garagem e construídos com o mesmo material, o que evita a odiosa diferenciação de classes sociais, isto é, todas as famílias vivem em comum, o alto funcionário público, o médio e o pequeno.

Quanto aos apartamentos há uns maiores e outros menores em número de cômodos, que são distribuídos, respectivamente, para famílias conforme o número de dependentes. E por causa de sua distribuição e inexistência de discriminação de classes sociais, os moradores de uma superquadra são forçados viver como que no âmbito de uma grande família, em perfeita coexistência social, o que redundava em benefício das crianças que vivem, crescem, brincam e estudam num mesmo ambiente de franca camaradagem, amizade e saudável formação. E assim é educada, no Planalto, a infância que construirá o Brasil de amanhã, já que Brasília é o glorioso berço de uma nova civilização. (apud HOLSTON, 1993, p. 28)

Sem dúvida, a nova capital federal é exaltada como modelo de convívio em sociedade, e mesmo alternativa a uma realidade nacional marcada por grande desigualdade social. No entanto, esse imaginário é questionado não somente pelas situações de violência presentes nos jornais estudados, como também nos vários relatos coletados nas entrevistas. A violência urbana, a desagregação social, a sensação de impunidade apareceram nas falas de algumas pessoas como características de Brasília.

A entrevistada Therezinha Loos, ao ser questionada sobre a possibilidade de associar os motivos que levaram a morte do índio Galdino com os dos atuais casos de violência na cidade e no país, disse:

Brasília é uma cidade que envolve ambição, que envolve dinheiro, e de um modo geral essas crianças recebem bens materiais. Na hora da educação se preocupa pouco. A educação hoje em dia, dá para esse jovem passar no vestibular. Você vai para a escola que te ajude a passar no vestibular, a educação de um modo geral está esquecida, hoje é passar no vestibular. Então se essa criança, se esse jovem não recebe uma orientação religiosa, social bem dada, bem feita, não se pode esperar nada mais do que está acontecendo.

Um aspecto importante observado pela entrevistada, comparado à citação anterior, do relatório do início da cidade (1963), é que a atual capital do país parece bastante diferente do imaginário inicial de camaradagem, amizade e saudável formação. É claro que diversas

famílias em Brasília têm buscado construir relações mais solidárias, mediante uma educação pautada pelo respeito e solidariedade. No entanto, a entrevistada destaca que o sentimento de ambição envolve a cidade, e demonstra preocupação principalmente quanto ao papel desempenhado pela educação e, acima de tudo, por se tratar de jovens. Em relação aos jovens da cidade, sobretudo os de classe média, a atenção dos pais, no que se refere à educação, estaria focada apenas na busca de ascensão social e muito pouco na formação do caráter e dos valores. Essa abordagem crítica sobre a juventude de Brasília esteve presente tanto nos jornais de cobertura nacional e local como nas entrevistas coletadas na pesquisa.

A questão da violência praticada pelos jovens de classe média de Brasília, sem dúvida, foi bastante explorada. A prática da violência teria sido uma constante nesta cidade. Em matéria publicada no jornal O Globo, alguns elementos para reflexão são levantados:

Em 1982, o Batalhão de Choque da PM de Brasília invadiu um sítio onde jovens de classe média alta se divertiam numa festa batizada de 'Roconha', neologismo que unia rock e maconha. De chicote na mão, a primeira providência do comandante foi mandar que os filhos de militares ficassem de um lado e os demais, de outro, para a revista. Para o guitarrista Dado Villa-Lobos, do grupo Legião Urbana, que estava na festa, o episódio expôs a força da cultura do 'sabe com quem está falando?' que atravessa gerações da capital federal, sustentando a sensação de impunidade.

Para Dado, que cresceu em Brasília nos últimos anos do regime militar, era normal 'esses débeis mentais pregarem as atitudes covardes, como bater em homossexual, em mulher, em mendigos e em minorias de um modo geral'. Ele compara Brasília a um grande condomínio de luxo e vê semelhanças entre as gangues da capital e os jovens de condomínios abastados. Segundo Dado, Brasília influenciou a produção da Legião Urbana. Músicas como 'A dança' foram inspiradas no ritmo ensandecido dos jovens brasilienses: *Você é tão moderno,/Se acha tão moderno,/Mas é igual a seus pais./Mas a vida deixa marcas./Tenha cuidado se um dia você dançar.* A letra é de Renato Russo. (EDITORIAL, 1997, p. 8)

Na mesma matéria aparece o relato da cantora Cássia Eller descrevendo uma experiência:

A cantora Cássia Eller, que também viveu em Brasília na sua juventude, diz que ficou horrorizada e não surpresa: - Foi horrível, mas não é a primeira vez que ouço falar disso. Lá pelos idos de 1988, quando morava em Brasília, um rapaz de 17 anos me disse que saía para queimar mendigos na rodoviária. Aquilo me chocou. Ele era filho de uma bailarina famosa e um músico. E dizia que odiava mendigos e nordestinos. (IDEM, IBIDEM)

É interessante perceber, na descrição da prática da violência juvenil em Brasília, a recuperação de acontecimentos passados, no intuito de reforçar e dar legitimidade à imagem da delinquência entre jovens como algo característico da cidade. A ação de lembrar faz com que o fato passado seja atualizado. Desta forma o passado se faz presente, pois as questões do passado, suas imagens, são apresentadas agora no presente através da memória. Constatação feita por Benjamin, quando afirmou que:

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. (BENJAMIN, 1994, p.224)

No entanto, a visão de que a violência praticada por jovens de classe média seria uma característica própria de Brasília não foi partilhada pela maioria dos entrevistados. Mesmo sendo essas pessoas de segmentos sociais diferentes e de locais de moradias variadas, com atribuições distintas, quando questionadas sobre o tema, a maioria discordou do posicionamento de boa parte dos jornais que enfatizaram a violência juvenil como sendo uma característica única da capital federal.

A senhora Maria Selma Mendonça, quando indagada sobre a violência praticada por jovens de classe média ser uma característica de Brasília, respondeu:

Praticamente de Brasília, mas atualmente atinge o mundo todo. Nos Estados Unidos você tem visto estudante matando professor, alunos na sala de aula. Então é o mundo que está mudado, os valores acabaram. Não existem aqueles valores, valores mesmos. Você está entendendo? Aqueles de antigamente.

Para a senhora Leodineia Costa Sousa:

Não, do Brasil inteiro. Brasília principalmente, mas não se pode simplesmente crucificar Brasília. Temos São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, tem também lá, classe média, média alta. Eles fazem pior.

Já a senhora Geralda Paulina da Conceição afirmou:

Não, esse negócio de violência entre a classe média, também não vou atingir tanto porque houve essa morte do índio. Acontece também nas classes

pobres também né! Isso é igual, tanto faz entre a classe média e humilde, as tragédias acontecem né! mas a gente tem que dar um jeito, aumentar a segurança, que a violência está muito grande, em todo lugar. Então não é só da classe média, não. Classe humilde também tem, por exemplo, na cidade satélite.

Sobre isso, o adolescente Caio Cesar Rodrigues de Carvalho respondeu:

Concordo e discordo. Porque tem pessoas que acabam sendo de bem e tal, e são pessoas que não entram para o mau caminho. E concordo, pois as pessoas que vão para o mau caminho das drogas, caminho do álcool, acabam precisando de dinheiro ou qualquer coisa do tipo e acabam violentando as pessoas, acabam matando e muitas vezes por nada mesmo, só porque acha a pessoa feia, ou porque não gosta da pessoa ou porque o cara deu 'dedo' ou por qualquer tipo de situação, eles acabam matando a pessoa.

A entrevistada Thais Pereira Caldas opinou:

Olha eu acho que não, também não é bem assim. Eu acredito que não é. Então, assim, particularmente acredito que não é bem assim, uma coisa assim tão... Eu acredito que não. Tem muitos deles envolvidos com drogas, né! infelizmente. A droga hoje em dia está acabando com as famílias daqui de Brasília. Mas assim, eu acho que não, não é tão escancarado.

Já para o entrevistado Alex Júnior da Silva, a violência promovida por jovens de classe média de Brasília é uma marca da cidade. Disse ele:

Acredito que sim, porque eu fui criado um pouco no eixo. E esse povo de classe média, alta, aí! Tem tudo o que quer. Tudo que quer eles tem. Eu acredito que tá aí!, na educação tá entendendo? Tudo pode fazer, ficam impune, tá entendendo? Não tem direito para eles. O que eles fizerem tá feito, acabou. Não importa se o pai é juiz, advogado, tudo. E é isso aí. E aí, eu acredito que é desse jeito aí. A educação desse pessoal aí, não tem. Fazer uma coisa dessa aí, esses caras não tem nem um pouco de educação.

A senhora Therezinha Loos levantou outras questões associadas ao debate sobre Brasília:

Acho que é uma característica do Brasil, não é uma característica de Brasília. Brasília é uma cidade nova e ela é muito visada pela mídia, principalmente pelos outros estados. Eles fazem tudo para manter uma imagem negativa de Brasília. Então para Brasília, essa violência sempre se destaca como tudo de negativo que acontece aqui, sempre se destaca pelo próprio início de Brasília. Tiraram Brasília do Rio de Janeiro! Imagina isso! Era uma agressão, trazer Brasília para cá. Então essa imagem já é vista negativa por todo o Brasil. Acontece que todas as pessoas que vieram para cá, vieram de outros estados. Esses jovens são filhos de famílias que vieram de outros estados. O político que está aqui, ele é mandado por outros estados. Então Brasília cria uma imagem negativa baseada também no que acontece nos outros estados, em todo o Brasil. Não é só Brasília, o Brasil todo está sofrendo dessa doença.

É possível constatar que, de modo geral, os entrevistados compreendem que a prática da violência tem ocorrido em todo o Brasil. É também perceptível identificar nos depoimentos que os entrevistados reconhecem a violência como um dos grandes problemas que aflige a capital federal, mas entendem que seja uma dimensão maior que atinge a sociedade brasileira e as outras cidades do país.

No último depoimento, que identifica o apelo dos jornais à violência sofrida pelo índio Galdino, a entrevistada justifica que necessariamente a cobertura extremamente negativa do fato relacionando-o à cidade seria próprio de um sentimento daqueles setores que no passado se posicionaram contrários à transferência da capital do Rio de Janeiro para o planalto central. Revelaria, de certa forma, resquícios de um ressentimento, daí fazerem questão de apresentar Brasília como um lugar de vícios e problemas, bem distante daquele ideal do passado como modelo de civilização. Haja vista que a ideia da construção da nova capital federal havia sido bastante criticada no passado:

Imprensa, lideranças parlamentares, políticos locais de todos os matizes, e mesmo os jornais populares escarneceram do projeto como pura insensatez. Essa oposição compreendia quatro segmentos. Primeiro aqueles que eram simplesmente céticos quanto à capacidade do governo construir uma cidade ‘no meio do nada’. Em segundo lugar muitos tinham dúvidas sobre a possibilidade de a capital, mesmo se sua construção fosse iniciada, ficar pronta durante o mandato de Kubitschek. Argumentavam que a construção jamais seria concluída pela administração seguinte, ficando apenas como uma ruína incompleta e fabulosamente cara. Um terceiro grupo sustentava que todo o projeto era uma loucura do ponto de vista econômico, pois iria alimentar a inflação, deixando-a escapar de qualquer controle. Sugeriu que se o governo de fato quisesse comprometer os recursos do país em gigantescos projetos de desenvolvimento, haveria muitas outras regiões, a começar por aquelas já habitadas, necessitando de atenção prioritária. Mesmo o sentimento popular contra a capital descrevia o Planalto Central como um lugar irreal, habitado, no máximo, por índios – o que significa

dizer, uma população que dificilmente se poderia considerar ‘brasileira’ – e, portanto, inadequada para ser a sede do Governo Federal. (HOLSTON, 1993, p. 27)

Além do aspecto acima descrito, é possível compreender em suas falas que a cidade de hoje é bastante diferente daquele ideal do passado, e que a violência tem crescido não apenas em Brasília como também no Brasil. Contudo, vale ressaltar que alguns jornais buscaram identificar a barbárie ocorrida com o índio Galdino como um fato diretamente associado à violência aos setores mais excluídos da sociedade. Não como um aspecto exclusivo de Brasília, mas como um fato marcante em várias cidades brasileiras e que deveria ser considerado pelo Estado e pela sociedade. No editorial do jornal Folha de São de Paulo, na época, fica evidente essa preocupação:

Chamar apenas de barbaridade a morte de Santos não só é pouco como dilui a repulsa na onda de indignação já banalizada diante da série diversificada de crueldades que o país produz. Volta e meia há exclamações de horror pontual devido a massacres no campo e em cadeias, à selvageria policial e as chacinas. Sobre alguns episódios é comum ouvir a expressão ‘caso isolado’, como ocorreu em relação às recentes atrocidades das PMs. A respeito do divertimento brasileiro, pode-se dizer que, de fato, não proliferam comandos juvenis para incendiar mendigos, apesar de a capital do país já ter sido conhecida por abrigar dezenas de gangues de adolescentes. (EDITORIAL, 1997, p. 1-2)

E continua, com um chamamento à sociedade brasileira:

É hora de dar um basta à cultura do ‘caso isolado’. Ainda vai custar muito para se começar a corrigir problemas como impunidade e miséria. Mas os mais recentes episódios de horror nacional são um bom momento – e eles estão sempre aí para dar oportunidade de ação. (IDEM, IBIDEM)

Havia na época interesse também por parte de alguns jornais em debater a sociedade brasileira, principalmente porque a prática da violência já havia se transformado em regra nas grandes cidades, seja ela praticada por policiais, por grupos de extermínio ou pela criminalização dos movimentos sociais por parte de ações do Estado, como em 1996 o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, o constante desrespeito e a violência às populações

indígenas. Assim como o retrato da brutalidade sofrida pelas populações de rua e marginalizados nas grandes cidades.

Apesar de justificativas e buscas de respostas para entender a violência praticada por jovens de classe média de Brasília contra o índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos e de outros exemplos de barbárie ocorridos em outras localidades do país, o fato de os assassinos serem jovens brasileiros promoveu nos jornais locais uma necessidade de entendimento maior sobre o ocorrido, pois ficava demonstrado que o imaginário que se construía sobre a cidade ideal tinha sido abalado por esse crime. Nesse contexto, foi possível perceber uma crise acerca dos valores que davam sustentação a uma visão dessa cidade como a capital de todos os brasileiros, a cidade da esperança. Isso era evidente até porque, no mesmo mês de abril em que o índio Galdino Jesus dos Santos foi assassinado, Brasília recepcionava, de forma bastante festiva, a grande *Marcha dos Sem-Terra*, tanto que seus participantes acabaram dando importante contribuição nas manifestações que ocorreram na Praça, pedindo punição aos envolvidos no assassinato.

No jornal Correio Braziliense, em um campo intitulado “desabafo”, foram apresentados alguns depoimentos de pessoas da cidade:

Brasília precisa arrancar forças para não cair: depois do espetáculo de beleza que foi a chegada dos sem-terra vem esta brutalidade. A mancha não vai apagar a marcha. (Lauro Freitas Valle – Lago Sul)

Dois dias depois da sociedade brasileira oferecer um belo testemunho cidadão na recepção aos sem-terra, acontece isso. Não podemos desanimar. Precisamos reforçar a luz mais viva da cidade. (Glória Botelho – Asa Sul) (CORREIO BRAZILIENSE, 1997, p. 5)

É importante perceber que Baczko compreende os jornais como um campo de ressonância dos imaginários na atualidade:

Os meios de comunicação de massa garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida. Por outro lado, os novos circuitos e meios técnicos amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam. Tal fato não se deve apenas à natureza audiovisual das novas técnicas, mas também, e, sobretudo a formação daquilo a que se dá o nome, a falta de melhor, de ‘cultura de massa’. Tecem-se ao nível destas últimas relações extremamente complexas entre informação e imaginação. Os *mass media* não se limitam a aumentar o fluxo de informação; modelam também suas características. A informação é recebida de forma contínua, diversas

vezes por dia, englobando o planeta inteiro, conjugando os dados estatísticos com as imagens e afetando todos os domínios da vida social, etc. A informação está centrada na atualidade, sendo, portanto necessariamente atomizada e fragmentada. (BACZKO, 1985, p. 310)

Desta forma, os jornais e os grupos que se veem representados por esses meios, mais do que discutir e narrar o acontecimento, estavam diretamente envolvidos no debate acerca dos imaginários em torno da cidade de Brasília, que estava sendo objeto de questionamentos em virtude do ocorrido. Sobre essas relações, Baczko afirmou:

O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças. Um só e mesmo código permite fazer concordar as expectativas individuais, exprimir as coincidências e as contradições entre as experiências e as esperanças, e ainda sustentar os indivíduos em ações comuns. Os imaginários sociais fornecem deste modo, um sistema de orientações expressivas e afetivas que correspondem a outros tantos estereótipos oferecidos aos agentes sociais: ao indivíduo relativamente ao seu grupo social: aos grupos sociais relativamente à sociedade global, as suas hierarquias e relações de dominação. (IDEM, IBIDEM)

Isso ficou demonstrado em posicionamentos adotados por personalidades na época do assassinato, como o próprio governador Cristovam Buarque, que buscava mobilizar a sociedade no intuito de refletir sobre aquele acontecimento como parte de um luto da cidade de Brasília⁶ e produzir também ações concretas:

Como governador decretei que todas as escolas públicas do Distrito Federal dedicarão as aulas desta sexta-feira a questionar o porquê deste crime⁷. O porquê de os excluídos serem tratados com desprezo, anunciou o governador. E já conversei também com o presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Brasília e ele me garantiu que, na sexta, também as aulas das escolas particulares serão dedicadas a este tema, complementou. Na sexta eles vão refletir sobre o porquê disso e no domingo vão ao ato ecumênico para dizer e mostrar suas conclusões, explicou o governador, que aproveitou para anunciar também que o lugar onde o corpo de Galdino foi incendiado será batizado com o nome de Praça do Compromisso. Será um

⁶ DISTRITO FEDERAL, Decreto nº 18.191, de 22 de abril de 1997, que em seu Art. 1º assim estabelece: “Fica decretado luto oficial no Distrito Federal no período de 21 a 23 de abril de 1997, por motivo de falecimento do índio Pataxó GALDINO JESUS DOS SANTOS”, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 23 de abril de 1997.

⁷ DISTRITO FEDERAL, Decreto nº 18.190, de 22 de abril de 1997, que “Estabelece o dia 25 de abril de 1997 para discussão em Escolas Públicas sobre a violência, a falta de solidariedade na sociedade brasileira e no mundo contemporâneo e sobre as formas e os objetivos de se construir um compromisso por uma sociedade mais justa e solidária”, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 23 de abril de 1997.

compromisso de cada um de nós com a solidariedade, justificou. (BOTÃO, 1997, p. 5)

Se, por um lado alguns jornais tendiam a perceber a violência do fato como uma marca de Brasília, também surgiram respostas e ações no intuito de questionar esse imaginário que poderia estar sendo veiculado:

Durante toda a coletiva a impressão que se tinha era a de que Cristovam queria a todo custo não deixar que o crime contra o índio Galdino acabasse rotulando Brasília como uma cidade onde a violência dos jovens de classe média e alta é algo rotineiro. Ele abriu a entrevista dizendo justamente que este caso deveria ser refletido por toda a sociedade, não só de Brasília, mas de todo o país: O que aconteceu é um exemplo extremo da falta de consideração, de solidariedade, de todos nós com os excluídos (IDEM, IBIDEM)

Havia a vontade de alguns setores da sociedade brasiliense, principalmente de jovens, de apresentar que condenavam a barbárie, como ficou claro em algumas manifestações ocorridas:

Não concordo com um promotor que disse à rádio CBN que é típico do adolescente de Brasília fazer esses atos violentos. Nada justifica os cinco terem tirado a vida de uma pessoa. Foi uma crueldade o que fizeram, disse o estudante de comunicação André Vilarim Muniz, 22 anos. (SANCHES, 1996, p. 2)

E continua:

Estaremos manifestando porque estamos indignados com a violência e queremos mostrar que os adolescentes de Brasília não são violentos. Foi uma exceção, declarou Manuela Souza, 16 anos, estudante. (IDEM, IBIDEM)

Continuaram as manifestações de jovens no intuito de destacar que a violência juvenil não é característica única de Brasília e que tal ato não contava com a conivência deles. Depois do ato ecumênico convocado pelo governador Cristovam Buarque, outro ato aconteceu:

Além de pregar a paz, eles queriam dissociar a imagem passada pela mídia de que os jovens de Brasília são mais violentos que os demais. A intenção é mostrar que a juventude de Brasília não pode ser julgada pelo fato isolado que envolveu cinco pessoas, afirmou Enelson Gomes Rodrigues, 27 anos, presidente do Diretório Central (DCE) da UnB. Ontem, o Fantástico chamou a juventude do Distrito Federal de transviada, exemplifica. ‘A juventude é violenta em todas as cidades, porque a violência é um reflexo de perda de valores’, contesta.

Muitos alunos do Setor Oeste, onde G.A.J. um dos jovens que matou Galdino estudava, compareceram para limpar o nome da escola. Eles entregaram uma Carta Aberta para os manifestantes. Em um trecho da carta, eles escreveram que ‘os jovens de Brasília, não podem ser tachados de monstros por atitudes que não cometeram. Generalizar é uma maneira muito fácil e cômoda de tentar achar soluções para casos difíceis, que acontecem a todo o momento, em diferentes lugares do país e do mundo.

“As amigas, Mirella Barbosa Rodrigues (16), e Renata Gomes Fogaça (16), estudantes do primeiro ano do Setor Oeste, foram na manifestação porque estavam incomodadas com o assédio da imprensa”. ‘Nós viemos porque tinham muitos jornais no colégio querendo derrubar a imagem da escola’, explica Renata. ‘A escola não é isso. Não são todos que são assim’, questiona Mirella. (RIVIÉRI, 1997, p.29)

É interessante perceber que tanto um determinado imaginário sobre Brasília foi alvo de ataques e questionamentos como também os jovens da cidade. Criticar de forma dura a juventude brasiliense, impondo a ela a imagem de cruel e vazia de valores, era também atacar a capital, tida como bastante nova em comparação com as outras cidades que haviam sido a sede do Governo Federal. Falar, portanto, de uma juventude vazia de valores era apresentar Brasília como o fracasso de um possível projeto de nova civilização ou capital da esperança.

Acerca das discussões e reflexões sobre as imagens criadas em torno da capital federal, o professor e pesquisador Nunes também constatou que, desde a fundação de Brasília, existe um debate muito vivo no cenário nacional, com ideias contrárias ou favoráveis à cidade e que tem produzido, ao longo do tempo, diversos olhares (NUNES, 2005). Cita como exemplos as imagens de cidade “sem povo”, “fria”, “medieval”, “do carro”, “autoritária”, “da solidão”, “sem esquina”, “sem lazer”, “ilha da fantasia”, “moderna”, “da integração nacional”, “de oposição”, “da liberdade individual”, “do ecletismo religioso”, “multicultural”. Vale destacar que tais imagens são múltiplas, pois em determinados momentos históricos algumas podem se evidenciar e se destacar, outras não. No caso da morte do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos, a imagem da violência e da impunidade foi evidenciada como a marca da capital federal. No entanto, Nunes destaca que esse processo é dinâmico e caracterizado por disputas de poder acerca dessas imagens:

Estas imagens, entretanto, mudam ou permanecem, segundo o caminho histórico, pois este não é nada mais, nada menos que práticas sociais, políticas e culturais concretas, sobretudo dos diferentes grupos que conformam e vivem a cidade no seu dia a dia. Por isso, é possível observar também como as discussões mais gerais vão desaparecendo ou arrefecendo-se, dando lugar a outras que se relacionam de maneira mais direta e imediata com os interesses desses diversos segmentos sociais.

Tais interesses podem ser traduzidos pelo desejo (e direito) de apropriação da cidade, tanto nos seus aspectos simbólicos quanto físico-espaciais. Esse fato, então, foi e é, uma inesgotável fonte de conflitos sociais e políticos, onde as relações passado e presente são vivamente ativadas, surgindo daí ganhadores e perdedores, vencedores e vencidos, mesmo que momentaneamente. (2005, p.22)

Assim, o controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma relativa influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças. Sendo todas as escolhas sociais resultantes de experiências e expectativas de saberes e normas, informações e valores, os agentes sociais procuram, sobretudo em situações de crise e conflito graves, apagar as incertezas que essas escolhas necessariamente comportam. É assim que as escolhas são muitas vezes imaginadas como as únicas possíveis e mesmo por vezes como impostas por destino inelutável. (BACZKO, 1983, p. 310)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho desenvolvido, mediante a utilização de diversos recursos e dialogando com os referenciais teóricos debatidos nesta dissertação, juntamente com a análise e coleta de informações identificadas nas diversas matérias jornalísticas, e tomando-se como base relatos dos vários narradores entrevistados, é possível afirmar que o assassinato do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos em 20 de abril de 1997 tornou-se um acontecimento, que provocou e provoca ainda hoje, intensos debates. Várias questões levantadas logo após seu assassinato ainda permanecem latentes na sociedade brasileira, passados já mais de quinze anos.

Um primeiro aspecto significativo refere-se à questão da demarcação das terras indígenas e sua relação com a memória da morte do índio Galdino. Foi constatado que falar sobre Galdino ou tratar sobre a história dos pataxós hãhãhãe é trazer à tona esse acontecimento, associando-o à principal reivindicação dos povos indígenas, ainda não solucionada completamente, que é a demarcação de suas terras. No estudo deste fato, percebeu-se que a rememoração tem possibilitado a integração de momentos aparentemente antagônicos, assim acabando com o isolamento temporal. A lembrança do ocorrido tem possibilitado fazer com que as demandas do passado se transformem em exigências do presente.

Um segundo aspecto analisado na parte que se refere aos materiais escritos e às oralidades em torno da memória de Galdino. Foi possível perceber como de, modo geral, os mais variados setores da sociedade brasileira tentaram entender e dar respostas à brutalidade e violência sofrida pelo índio. A condição humana de quem dormia naquela parada de ônibus foi desconsiderada pelos assassinos. Essa preocupação apareceu de forma muito contundente não só nos jornais, mas principalmente nas interpretações dos narradores entrevistados. Constatou-se que o acontecimento, ligado à questão indígena, talvez entendido por alguns como um incidente local e particular, apresentou-se capaz de promover um debate acerca das contradições e problemas que atingem a sociedade brasileira como um todo, como a questão da alteridade e o desrespeito à condição humana. Assim entendido, pode-se afirmar que esse acontecimento se apresenta naquilo que Benjamin denominou como *mônada*, algo concentrado de totalidade histórica.

Alguns dos narradores aqui considerados, que vivem e convivem, em Brasília, na Praça da 703/704 Sul apontam que esse acontecimento violento transformou aquele espaço. O

monumento erguido em homenagem ao índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos se tornou lugar de memória, lembrança e esquecimento. Não apenas para os índios pataxós ou para as demais etnias que visitam esse local. Para alguns narradores, entrevistados nesta pesquisa, esse monumento se tornou um sinal de luta por respeito às diferenças, de solidariedade aos índios brasileiros, de denúncia à violência ainda existente na cidade de Brasília, de defesa da justiça, de repúdio a impunidade e ao desrespeito à dignidade humana. O lugar sem dúvida é de lembrança e de esquecimento de outros sentidos múltiplos quando se trata de experiências de outros narradores não índios: se de um lado, imagens e lembranças sobre o assassinato do índio Galdino em Brasília estão em sua maioria associada à forma de violência por ele sofrida, de outro, sua a condição humana de ser índio é quase sempre esquecida. A lembrança de sua condição étnica aparece ligada apenas à questão da demarcação das terras, quando esta é demandada pelos próprios índios e ou pelos pataxó.

Nas reportagens publicadas pelos jornais acerca desse assassinato, a cidade de Brasília também se tornou objeto de discussão e debate. Não é de hoje que a nova capital federal é tema de questionamentos e reflexões. Desde sua criação, diversas imagens sobre a cidade foram construídas e desconstruídas. A associação frequente entre a arquitetura modernista e a sociedade brasiliense parece ter sido uma marca neste debate. Como também a condição de capital administrativa e política do país, que teria lhe imposto vícios políticos na sua forma de ser e de existir. Também a ideia de que a violência na cidade planejada pudesse ser mais cruel e bárbara. No entanto, o que se identificou acerca deste debate é que Brasília ainda é alvo da crítica de setores políticos localizados na região sudeste, possivelmente porque essa cidade foi idealizada e construída como um exemplo a ser seguido por toda sociedade brasileira, a cidade modernista seria um inverso das mazelas existentes no Brasil. A nova capital não seria, portanto, a integradora do país, e sim, sinal de sua diferença.

No entanto, para alguns dos narradores aqui considerados, que vivem em Brasília, a cidade é, sem dúvida, bastante diferente dos anseios que marcaram seu início. Hoje, o crescimento desordenado, a falta de perspectiva de trabalho, a violência urbana, a desvalorização dos espaços públicos e o descrédito das autoridades locais têm colocado essa nova capital no mesmo patamar de problemas das grandes cidades brasileiras e do mundo como um todo.

Constituído ao longo de sua história, um certo imaginário social de Brasília também foi e ainda pode ser atingido, entre outros, por impactos em desconstruções e outras construções,

com imagens, experiências, lugares e narrativas em processo, quando se evoca a memória do assassinato do índio pataxó hãhãhãe Galdino Jesus dos Santos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECRETOS:

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 18.189, de 22 de abril de 1997. Dá a denominação de Praça do Compromisso à Praça John Kennedy e dá outras providências, publicado no **Diário Oficial do Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 abr. 1997. Seção 1, p 2865.

_____. Lei nº 3.309 de 19 de janeiro de 2004. Dá a denominação de “PRAÇA ÍNDIO PATAXÓ GALDINO JESUS DOS SANTOS” a chamada Praça do Compromisso situada na 703/704 Sul na Região Administrativa de Brasília RA – I, e dá outras providências, publicada no **Diário Oficial do Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jan. 2004. Seção I, p.3 A Lei é de autoria do Deputado Distrital Benício Tavares, apresentada através do Projeto de Lei nº 1494/2000 aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

_____. Decreto nº 18.191, de 22 de abril de 1997, que em seu Art. 1º assim estabelece: “Fica decretado luto oficial no Distrito Federal no período de 21 a 23 de abril de 1997, por motivo de falecimento do índio Pataxó GALDINO JESUS DOS SANTOS”, publicado no **Diário Oficial do Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 abr. 1997. Seção 1, p 2866.

_____. Decreto nº 18.190, de 22 de abril de 1997, Estabelece o dia 25 de abril de 1997 para discussão em Escolas Públicas sobre a violência, a falta de solidariedade na sociedade brasileira e no mundo contemporâneo e sobre as formas e os objetivos de se construir um compromisso por uma sociedade mais justa e solidária, publicado no **Diário Oficial do Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 abr. 1997. Seção 1, p 2865.

AULAS:

Anotação de aula ministrada no curso Tópicos Especiais em História Cultural – história, memória e imagens fílmicas, ministrada no 1º semestre de 2011, no PPGHIS/UnB, pelos professores doutores Nancy Alessio Magalhães e José Walter Nunes.

Anotação de aula ministrada no curso – Tópicos Especiais em História Cultural 2 – História, Memória e Direitos Humanos, ministrada no 1º semestre de 2010, no PPGHIS/UnB, pelas professoras doutoras Cléria Botelho e Lucília Delgado.

DEMAIS REFERÊNCIAS:

AZEREDO, Zenaide. Pataxós ocupam fazendas e detêm presidente da Funai. Caderno Cidade. **Jornal de Brasília**, p. 16, 24 abr. 1997.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In Enciclopédia Einaudi. Vol.5, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. 6 ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 2008, p. 57

BENJAMIN, Walter. “Escavando e recordando”. In: **Obras Escolhidas**, Volume II - Rua de Mão Única. 4 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.239.

_____. “Sobre o conceito de História”. In: **Obras escolhidas**. V. I, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.222-232.

_____. **Origem do Drama do Barroco Alemão**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, 1-83.

_____. **O Tempo da Memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.30.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo, Editora Ática, 1993, p.342-348.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Justiça e Gênero: uma história de menores em Brasília (1960-1990)**. Brasília: EdiUnB/Finatec, 2007, p.154.

COLI, Anna Luiza. Uma leitura epistemológica de Sobre o conceito de história de Walter Benjamin. In **Cadernos Benjaminianos**, n.3, Belo Horizonte, jan-jun. 2011, p.21

CORREIO BRAZILIENSE. Índio Galdino ganha memorial. Brasília, p. 4, 24 abr. 1997.

_____. Índio Galdino Jesus dos Santos era conselheiro da aldeia onde vivia e era tido como conciliador e reservado. Brasília, p.6, 24 abr. 1997.

_____. Os primeiros brasileiros. Brasília, p. 5, 22 abr.1997.

_____. Índios ameaçam se suicidar se forem despejados da terra. Brasília, p. 11, 24 abr.1997.

_____. Manifestantes invadem a presidência da Funai e pedem demarcação de área indígena no setor Noroeste. Brasília, 26 nov. 2009. Disponível em: <Correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/11/26/interna_cidadesdf,157278/index.shtml>. Acessado em: 31 maio. 2012.

DUARTE, Anoushe. Cristovam cobra punição exemplar. Caderno Cidades. **Jornal de Brasília**, p. 11, 22 abr. 1997.

_____. Revoltada, sociedade pede justiça. Caderno Cidade. **Jornal de Brasília**, p. 11, 22 abr 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. Quem são os índios pataxós. São Paulo, p. 3.1, 21 abr. 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever e esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006, p.46-47 e 53.

_____. **Walter Benjamin: Os cacos da história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1993, p.63.

GARSIDE, Richard. Indignação. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 9, 22 abr. 1997.

GOMES, Herberth. Repercussão. Caderno Cidades. **Jornal de Brasília**, p. 9, 22 abr. 1997.

GROSSI, Yonne de Sousa; FERREIRA, Amauri Carlos. “Razão narrativa: significado e memória, a lembrança”. In: **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, nº 4, p. 31, jun. 2001.

HEREDIA. Mariângela. Ato ecumênico lembra pataxó morto em Brasília. **Folha de São Paulo**, p. C-1, 28 abr. 1997.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** Tradução: Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia da Letras, 1993, p.11, 27-29.

JORNAL DE BRASÍLIA. Barbárie e esperança. Opinião. **Jornal de Brasília**, p. 6, 21 abr. 1997.

_____. FHC lamenta morte do índio e pede punição para jovens. Caderno Cidades, Brasília, p. 10, 22 abr. 1997.

_____. Índios lutam para recuperar terras e cultura. Brasília, p.18, 23 abr.1997.

LEONARDI, Victor. Índios e mendigos. Tribuna da cidade. **Jornal de Brasília**. Brasília, p. 16, 23 abr. 1997.

LIMA, Layrce. Assassinos devem cumprir a pena em regime fechado. Caderno Cidade. **Jornal de Brasília**, p. 18, 23 abr. 1997.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses** “Sobre o conceito de história”/Michael Lowy; tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebim, Marcos Lutz Muller. – São Paulo: Boitempo, 2005, p.59,61,109,110 e 111.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. “Narradores: vozes e poderes de pensadores”. In: **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, nº 5, p. 45-70, jun. 2002.

_____; LITWINCZIK, Virgínia (orgs). “Vozes Vivas ou Congeladas? Tramas de Lutas na História Oral”. In: **Cadernos CEAM**. Brasília, UnB-CEAM-NECOIM, nº 2, p. 13-23, nov. 2000.

_____; MATSUMOTO, Roberta K.; NUNES, José Walter (orgs). “Memória e História Oral: esquecimento e lembrança no movimento de identidades”. In: **Cadernos CEAM**. Brasília, UnB-CEAM-NECOIM, nº 15, p. 93-102, dez. 2004.

MARQUES, Hugo. Ato de mil pessoas homenageia Galdino. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 10, 22 abr.1997.

_____. Gregori quer identificar causas de atos bárbaros. Caderno o País. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 10, 22 abr. 1997.

_____. Socióloga chama Brasília de terra de fidalgos. Caderno o País. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 10, 22 abr. 1997.

_____. Villas Boas bota a culpa no governo. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 10, 22 abr. 1997.

_____; TAVES, Rodrigo. Filho do presidente do STF socorreu vítima. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 8, 21 abr.1997.

_____; TAVES, Rodrigo. Jovens de Brasília queimam índio pataxó na rua. Caderno o País. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 8, 21 abr. 1997.

MATOS, Olgária. “A narrativa: metáfora e liberdade”. In: **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, nº 4, p.9-24, jun. 2001.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. “Índios e terra no sul da Bahia”. In: **Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)**. Coleção Fragmentos da História do Indigenismo – 1. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002, p. 368-369.

MOREIRA, Mamélia. FHC fica irritado com o caso. Caderno Brasil. **Jornal de Brasília**, p. 4, 21 abr. 1997.

MOREIRA, Marco. Impunidade estimula jovens criminosos. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 9, 22 abr. 1997.

_____. Pensões têm quartos escuros com muitas camas. Caderno o País. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 8, 22 abr. 1997.

_____. Violência em Brasília. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 9, 22 abr. 1997.

_____; MACEDO, Ana. Crime hediondo para os assassinos. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 3, 22 abr. 1997.

_____; MACEDO, Ana. FH: Esse episódio ultrapassa os limites. Caderno País. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 22 abr. 1997.

NARRADORES de Javé. Direção de Eliane Caffé. Brasil, 2003, DVD (100 min.).

NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. “O retorno do fato”. In: **História: Novos problemas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995, p.180.

NUNES, José Walter. **Patrimônios subterrâneos em Brasília**. São Paulo: Annablume, 2005, p.22.

O GLOBO. Raízes da Selvageria. Opinião. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 1, 22 abr. 1997.

PARAÍSO, Maria Hilda B. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. São Paulo: Tese de doutorado em História Social, USP 1998, p.798.

_____. “Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? Uma proposta de reflexão”. **Revista do Museu de Antropologia e Etnologia**. V. 4, São Paulo, p. 173-187, 1994.

PEDUZZI, Pedro. Indígenas ocupam fazendas na Bahia para pressionar STF a votar demarcações. **Agência Brasil**, Brasília, 24 fev. 2012. <<http://www.agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-02-24/indigenas-ocupam-fazendas-na-Bahia-para-pressionar-stf-votar-demarcações>>. Acessado em: 28 maio. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, “Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado”. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Indignação. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 9, 22 abr. 1997.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**. RJ, vol 5, n.10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Stênio. Índios pataxós invadem fazendas no sul da Bahia. **Agência Brasil**, Brasília, 15 abr. 2012. <agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2012-04-15/indios-pataxos-invadem-fazendas-no-sul-Bahia>. Acessado em: 28 maio.2012.

RODRIGUES, Georgete Medley. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. Distrito Federal: Tese de mestrado em História, UnB, Nov. 1990. p. 21-22.

SÁ, Ana. Lei favorece a impunidade. Caderno Cidade. **Jornal de Brasília**, p. 12, 22 abr. 1997.

SALLUM, Samanta. CNBB aponta a ausência de ideais. Caderno Cidade. **Jornal de Brasília**, p. 9, 22 abr. 1997.

SANTANA, Renato. Povo Pataxó Hãhãhãe realiza manifestações na Funai e Praça Galdino para sensibilizar STF. **Conselho Indigenista Missionário**, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br>>. Acessado em: 31 maio. 2012.

STF. Ministra Cármen Lúcia vota pela nulidade de títulos na área indígena Pataxó. **Notícias STF**, Brasília, 02 mai. 2012. <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verimpressao.asp>>. Acessado em 28 maio. 2012.

TELCH, Daniel. Cimi: violência matou 84 índios em 3 anos. Caderno o País. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 8, 23 abr. 1997.

TERENA, Marcos. O pedaço de índio que há em você. Caderno Cidade. **Jornal de Brasília**, p. 11, 22 abr. 1997.

VIANA, Jairo. Índios lutam para recuperar terras e cultura. Caderno Cidade. **Jornal de Brasília**, p. 17, 23 abr. 1997.

WEBER, Luiz Alberto. Pataxó retomam a terra. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 9, 24 abr. 1997.

APÊNDICES

1. Entrevistas transcritas

1º Entrevistado: Caio César Rodrigues de Carvalho, 14 anos (morador do Plano Piloto)

Escolaridade: 8º ano

Profissão: Estudante

- O que esse monumento ao lado (índio Galdino) representa para você?

“Representa que os índios têm direitos iguais, que através disso as pessoas podem ver o que é certo e errado e a acabar se conscientizando sobre isso.”

- Você lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“Sim, eu lembro. Ele foi, ele tinha chegado tarde na casa dele, não na casa, no lugar onde ele morava, não deixaram ele entrar pois estava muito tarde e ele dormiu ao ar livre e aí chegaram homes, vândalos e atearam gás nele e botaram fogo nele, gasolina nele”

- O assassinato do índio Galdino acabou se tornando parte da história de Brasília?

“Eu acho que sim, porque através disso, as pessoas contaram as outras pessoas e muitas pessoas já sabiam disso e tal, uns achavam que era ruim, outras acharam que era legal, mas eu acho, sinceramente, que é ruim, porque o índio tem direitos iguais, né?, é uma pessoa como qualquer um, e então acho que isso foi uma brutalidade e sem faz parte da história de Brasília.”

- A imagem da cidade foi alterada pelo acontecimento?

“Eu acho que sim. Porque depois disso muitas coisas mudaram. Começaram a existir leis e tal de defesa dos índios e tal, e através disso as pessoas não poderiam mais discriminar ninguém, nem índio, nem pessoa qualquer, nem negro, nem ninguém.”

- É possível associar a morte do índio Galdino com os atuais casos de violência?

“Eu acho que sim, porque muitos adolescentes, agora jovens e adultos tem entrado por este caminho também, caminho das drogas, do álcool, e através disso eles acabam matando as pessoas e tal por acerto de contas, por causa de dinheiro eles acabam matando as pessoas e acaba acontecendo isso aí.

-A violência praticada por jovens e classe média é uma característica de Brasília? Você concorda?

“Eu concordo e discordo. Porque tem pessoas que acabam sendo de bem e tal, pessoas que não entram para o mau caminho. E concordo, pois as pessoas que não vão para o mau caminho, das drogas, caminho do álcool, acabam tendo, precisando de dinheiro, ou qualquer coisa do tipo e acabem violentando as pessoas, acabam matando e muitas vezes por nada mesmo, só porque acha a pessoa feia, ou porque não gosta da pessoa ou porque o cara deu ‘dedo’ ou por qualquer tipo de situação eles acabam matando a pessoa.”

- Tem algum comentário que você queria estar fazendo? Alguma mensagem?

“Eu tenho. Não discrimine ninguém, pois eles são também pessoas, muitas pessoas dessas podem ser pessoas de bem, e muitas pessoas através dessas pessoas, podem se tornar uma boa pessoa e essas pessoas sinceramente eu acho que, muitas pessoas desse tipo, que são violentas e tal, é claro que vão para o mau caminho, só que também existem pessoas de bem, que podem dar salvação às pessoas, que podem ter um crescimento melhor para Brasília. ’

2º Entrevistado: Alex Junior da Silva, 25 anos (morador da Ceilândia)

Escolaridade: 3º ano do ensino médio/incompleto

Profissão: Motorista

- O que esse monumento do índio Galdino representa para você?

“Para mim representa a lembrança do índio, aqui em Brasília, que aconteceu essa fatalidade e toda a vez que eu passo aqui eu lembro dele, né?, por enquanto eu estava olhando a placa, lembrando algumas coisas, algumas partes do índio.”

- Então a ideia do monumento é lembrar da violência praticada contra ele?

“Também da violência e da presença deles, né? Em Brasília e tal, é aconteceu uma fatalidade, mas a gente está aí para superar essas coisas assim que é ruim para nós, eu me sinto, quando eu vejo esse monumento, eu me sinto como é que se diz, foi uns rapaz de classe média alta, fizeram uma coisa dessas, sem necessidade, e a gente fica triste, né? Com essa violência que não gerou nada, não deu em nada, só foram presos, já foram soltos e agora não sei se estão presos, não sei de nada, eu tenho pouca lembrança, mas foi ruim pra nós.”

- Você lembra o que aconteceu com o índio Galdino de Jesus dos Santos?

“É, igual eu estava falando. Eu lembro pouca coisa, eu lembro que ele estava dormindo na parada ali, os rapazes estavam na boate cheio de cachaça, droga essas coisas assim e tacaram fogo nele, eu não sei especificar se foi muita coisa assim, mas o que eu me lembro foi isso, tá entendendo sei que tacaram fogo, ele estava dormindo, né? Tocaram fogo sem defesa, né? Nem lembro se foram quatro ou cinco pessoas, mas foi por aí, eu não lembro muita coisa.”

- O assassinato do índio Galdino acabou se tornando parte da história de Brasília?

“Eu acredito que sim, acredito né? De vez em quando vem os índios por aí e não tem muito tempo, eles vêm reivindicar a morte do índio e tudo e vez parte de Brasília, porque não tem necessidade de fazer essas coisas aí, de acontecer essas coisas aí, acho que poderia ter mais policiamento, essas coisas, né? “Não é só aqui que acontece esse tipo de coisas, mas aqui virou notícia, virou fato mesmo.”

- Para você a imagem da cidade foi alterada pelo acontecimento? (a ideia da cidade do progresso, da esperança, foi alterada, modificada por esse acontecimento?)

“Não, para mim não mudou em nada, não alterou nada, não mudou nada, está a mesma coisa, só mudou porque passou dez anos, né? Tem dez anos ou mais? Para mim mudou isso.

A violência esta a mesma, com esses rapazes que o pai é advogado, pai é delegado e tudo, estão aprontando de vez em quando, não é toda hora, as estão aprontando e estão impunes.”

-É possível associar a morte do índio Galdino com os casos atuais de violência?

“Sim. Acredito que sim, né? Todo mundo é ser humano, todo mundo corre, aqui em Brasília, a cidade está muito violenta, eu tenho meus filhos de 7 anos e outro de 3 anos, eu fico com medo, né? Com essas violências aí e tal, trabalho , né? E tento dar um futuro melhor e não deixo ele fazer este tipo de coisa, né? Eu moro na Ceilândia, tenho minha mulher e tento dar uma educação melhor,né? Para os meus filhos para não acontecer esse tipo de coisa, tá entendendo?”

-Para você a violência praticada por jovens de classe média é uma característica de Brasília?

“Acredito que sim, porque fui criado um pouco no eixo. E esse povo da classe média, alta aí tem tudo que quer, tudo que quer, eles têm. Aí, eu acredito que tá aí, a educação, tá entendendo? Tudo pode fazer, ficam impune, tá entendendo? Não tem direito pra eles, que eles fizeram tá feito, acabou. Não importa se o pai é juiz, advogado e tudo. E é isso aí, eu acredito que é desse jeito aí. A educação desse pessoal aí, não tem. Fazer uma coisa dessa aí, esses caras não tem nem um pouco de educação.

Você gostaria e fazer um comentário, ou mensagem?

“Eu só queria que Brasília melhorasse, né? Eu tenho meus filhos como eu estava falando, queria um futuro melhor para eles, que eles não passassem por isso, não veja este tipo de coisa, andar normal em Brasília. Hoje em Brasília tá andando os outros causam confusão, já é motivo de morte, motivo de briga, não quero isso que meus filhos tenham, meus filhos estudem, tenham tempo de lazer, quero que eles tenham paz e amor no coração das pessoas de Brasília.”

3º Entrevistado: Maria Selma Mendonça, 70anos (moradora da quadra)

Profissão: Psicóloga (não exerce) e Do Lar

-O que este monumento do índio Galdino representa para a senhora?

“Representa assim, um marco para a liberdade de todas as raças. Porque eu acho que ele foi perseguido por ser índio, entendeu?” –A senhora acha então, que a razão da morte era o fato de ser índio? “ Ser índio, porque a dona da pensão não abriu a casa para ele, e alegou que era norma da casa e ele estava um pouco bêbado. Eu acho que se ela tivesse aberto, ele teria entrado e não teria morrido, entendeu?”

- A senhora lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“Ele estava deitado, dormindo no ponto de ônibus aqui da praça, passaram três rapazes ou quatro e voltaram, e atearam fogo nele, e quando ele acordou, já estava todo em brasa. Foi isso que aconteceu realmente. Foi culpa dos rapazes, agora não sei se eles foram punidos, porque o Brasil é difícil ser punido, né? Quem tem padrinho para acobertar, né?”

-Qual foi o impacto do assassinato do índio Galdino para os moradores aqui da quadra?

“Há! Todo mundo ficou assustado, né? E ficou assim chateado de ter queimado o pobre coitado do índio e ainda mais sem ter como se defender. Foi só isso todos os moradores acharam isso.”

-O assassinato do índio Galdino acabou se tornando parte da história de Brasília?

“Tornou um marco, né, para a cidade, porque os jovens daqui não respeitam ninguém, eles são muito assim, eles querem fazer uma coisa, e fazem. Não foi só aqui na Praça que teve a morte do índio Galdino, como dois mendigos que foram mortos a tiro no coreto. E o cara simplesmente morador de outra quadra, veio atirar neles e foi embora, entendeu? Porque tinha raiva deles, por um simples ato que eles eram humildes e ele disse que viu eles fazendo cenas obscenas. Ele não tinha nada com isso, a vida dos caras, era de madrugada. Você não acha? A gente tem que ter dignidade de respeitar o ser humano, seja ele quem for, desde que não esteja prejudicando a gente ou a comunidade. Eles têm o mesmo direito de gozar dos mesmos direitos nossos, você concorda?”

-A imagem de Brasília foi alterada pelo assassinato do índio Galdino?

“Foi, mas não só Brasília, porque repercutiu no mundo inteiro, né? Tornou-se manchete em todos os jornais e saiu mesmo fora do Brasil, por isso ficou bem marcado.” - Por exemplo, hoje é difícil contar a história de Brasília, sem falar de Galdino? “Não só dele, mas das demais pessoas que sofrem repressão, sofrem preconceitos. Ele deixou um marco,

porque foi muito bárbaro o que aconteceu com ele, e em uma praça que é bem movimentada, só que era de madrugada, né, o caras deviam estar bêbados, qualquer coisa. Tenho impressão que se estivessem em sã consciência não teriam feito uma coisa dessas com um ser humano.”

- É possível associar a morte do índio Galdino com os atuais casos de violência? Ou são coisas completamente diferentes?

“Não pode associar porque continua tendo violência na cidade. Em todas as áreas, não só no Plano Piloto, mas na periferia e adjacências. A gente vê todo dia na televisão crimes bárbaros, e o governo nem a polícia toma conhecimento ou finge que não vê. Eu acho isso um absurdo, que nossas leis estão muito retrogradadas, deviam ser aprimoradas e atualizadas.”

-A violência praticada por jovens de classe média é uma característica de Brasília?

“Praticamente de Brasília, mas atualmente atinge o mundo todo. Nos Estados unidos você tem visto estudante matando professor, alunos na sala de aula. Então é o mundo que está mudado, os valores acabaram. Não existem aqueles valores, valores mesmos, você entendeu? Aqueles antigamente. Só isso.”

- A senhora gostaria de fazer algum comentário? Deixar alguma mensagem? Falar alguma coisa sobre o monumento?

“Eu acho que o monumento é importante, eu acho que deveriam aproveitar a praça, fazer eventos e comemorar não só a morte do Galdino, mas mostrar para o pessoa que circula nela, a importância da boa vizinhança, do bom entrosamento entre as pessoas.”

4º Entrevistado: Geralda paulina da Conceição, 52 anos (moradora de Sobradinho II)

Profissão: Assistente Sindical

Escolaridade: Ensino Fundamental completo

- O que o monumento do índio Galdino representa para a senhora?

“Representa assim, o índio, né? Porque a gente já estudou muito, né, estuda sobre o índio, né? Esse monumento representa assim, o que aconteceu com o índio, né? Que foi muito triste, então toda vez que a gente vê, a gente lembra daquela morte, né? Que aconteceu na parada de ônibus, né? Inclusive eu conheci os assassinos do índio Galdino, né? Que eu acho que foi uma crueldade, né? Eles também, repetindo, devem ter estudado sobre os índios, deveria ter o respeito pelo índio, então esse monumento aqui, trás uma tristeza muito grande, porque a gente, inclusive, eu fui criada na mata, meu pai era descendente de índio, então eu já vivi de comer coisas da mata, então isso tudo lembra o índio, eu acho que foi falta de consideração, falta de respeito com o índio ,né?”

-Então esse monumento serve de local de lembrança do que aconteceu?

“Sim, trás lembrança e tristeza, né? Toda pessoa que a pessoa souber da notícia e ver esse monumento, como você acabou de dizer, né? A gente vai lembrar que aqui morreu uma autoridade que existe nos livros de história, que até hoje a gente estuda sobre o índio, muito importante, né? Eu acho lindo as coisas dos índios, eu fui criada na mata, né? Fui criada com cobra, com bichos, né? Então, não sei, acho que uma pessoa dessas, é tem um coração que não é humano, né? Porque inclusive na época, eu me assustei, porque fui criada aqui perto na 708 Sul, trabalho aqui há quatro anos e então toda a vez que eu vejo, sinto tristeza, um ar de tristeza.”

- A senhor lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“Lembro. Ele chegou para dormir, perto onde eu trabalho, tem uma pousada, né? Que essa pousada na época era para os índios, mas quando ele chegou, estava fechado, e ele bateu lá e ninguém atendeu. Ele estava muito cansado e veio para essa parada de ônibus, onde aconteceu o crime. Lá ele agarrou no sono, com certeza muito cansaço, então foi quando aconteceu, né? A crueldade com ele, né? Porque não é só a classe pobre que acontece, na classe média também acontece, né? E até porque os rapazes são ‘filhos de papai’, digo logo assim, porque fui criada aqui dentro do Plano Piloto, então quando eles estavam na cadeia, eles estavam tendo mordomia lá dentro, né? Voltando ao crime, eu lembro como se fosse hoje, mas eu não acreditei que era perto onde eu trabalhava, né? Inclusive na época tinha uma

pousada dos índios, que depois desse crime acabou a pousada. Então foi assim, né? Revoltante para Brasília, né? Que eu acho que como filho de uma autoridade deveria ter respeitado o índio, né? Porque se eu tivesse um filho meu, ou filha minha, jamais que passasse por uma parada de ônibus, visse um índio dormindo, eu se pudesse iria ajudar ele sair dali, né? Não fazer uma crueldade dessa, né? Então eu achei isso um absurdo.”

- O assassinato do índio Galdino acabou se tornado parte da história de Brasília?

“Sim, né? Ficou na história e na lembrança, assim, uma coisa que a pessoa nunca esquece. Toda vez que chega o dia do índio, faz a gente lembrar. Eu trabalhava e trabalho até hoje bem perto da pousada onde bateu, no qual ninguém atendeu ele. Ficou na história si, principalmente esse monumento também, né?

-A senhora acredita que a imagem da cidade foi alterada pelo acontecimento? Imagem de Brasília, falar de Brasília hoje, pensar os projetos sobre Brasília, falar do futuro de Brasília, sem lembrar o que aconteceu com Galdino?

“Assim, esquecer não dá para esquecer, nunca. Igual eu te falei, eu fui criada nas matas, então o índio para mim é muito importante, então não dá para esquecer. Assim toda vez que tiver uma data assim importante, a data do índio, a gente vai lembrar desse acontecimento triste que trouxe a Brasília, né?

-É possível associar a morte do índio Galdino com os atuais casos de violência que tem ocorrido?

“Não, isso não tem haver com o caso. Porque Brasília cresceu. Veio muita gente de fora, né? A população está aumentando. E não foi nada disso! Nova geração e aí vem muitas coisas ruins, mas não é por causa disso não. Tragédia tem, mas a gente não pode culpar tragédia sempre acontece e vai acontecer, porque Brasília cresceu muito, teve muita invasão, agora que os governantes acabaram com as invasões, mas mesmo assim tem a nova geração. Então a gente espera que Brasília melhore né?

-A violência praticada por jovens de classe média é uma característica de Brasília?

“Não, esse negócio de violência entre a classe média, também não vou atingir tanto porque essa morte do índio. Acontece também na classe pobre, né? Isso é igual, tanto faz entre classe média e humilde, as tragédias acontecem, mas a gente tem que dar um jeito, aumentar a segurança, que a violência está muito grande, todo lugar, então não é só a classe média não, classe humilde também tem, por exemplo, cidades satélites. Na cidade satélite a violência é muito grande, por qual motivo? Porque a mãe tem cinco, seis filhas, então ela não tem condição financeira de educar aqueles cinco, seis filhos. Aí ele cresce, aí ele quer um

tênis, uma roupa de marca, e então começa a via do crime, vai para o tráfico, vai roubar. Então não é só a classe alta que tem os crimes, a classe humilde também ,devido a desigualdade social.”

-Tem algum comentário que a senhora gostaria de estar fazendo?

“Espero que Brasília melhore né? Que tenha mais segurança, assim principalmente sobre o índio, porque sou filha de índio e fico muito triste em lembrar essa data. E peço aos governantes que trabalhem mais na segurança, mais colégios, colocar a nova geração para estudar, porque o estudo é importante, principalmente, para a classe mais humilde, os pobres, porque é através dos estudos que a gente vai crescer. Eu tenho, por exemplo, eu tenho um irmão que ficou viúvo, ele tem seis filhos e foram criados na Ceilândia muita gente fala assim, a cidade do crime, do tráfico, não, Ceilândia, tenho seis sobrinhos criados na cidade e hoje, são bombeiro, funcionário do TJ, estudaram em colégio público, do governo e conseguiram o objetivo deles. Assim as mães que são de classe humilde, que agora tem essa ajuda do governo, que é a renda minha, coloque os filhos para estudar,né? Porque através dos estudos, eles vão conseguir algo na vida e não vão entrar na vida d crime, ou no mundo do tráfico, porque isso é uma coisa comentada, e a polícia trabalha muito, mas ainda não resolveu.”

-Existe alguma justificativa para a violência praticada pelos jovens de classe média?

“Olha o seguinte; A criação de antigamente era muito rígida, né? Não é igual a criação de hoje em dia. A criação de hoje em dia, a mãe não pode bater, o pai não pode bater, não pode educar o filho, né? Por exemplo na minha época acontecia tragédia, mas não igual a hoje. Eu culpo sim que sejam os pais, que passam a mão na cabeça. As vezes o filho chega em casa diferente,né? E vai lá meu filhinho o que está acontecendo? Não. Tem que se severo e rígido e descobrir o que está acontecendo com ele. Corrigir, não aceitar, ajudar. Na maioria em culpo os pais.’

5º Entrevistada: Leodineia Costa Sousa, 46 anos (moradora do Gama Leste)

Profissão: Gari

Escolaridade: Ensino Médio Completo

-O que esse monumento do índio Galdino representa para você?

“Falta de justiça. Tipo assim, ele morreu, sem saber o porquê que ele estava morrendo, entendeu? Simplesmente porque estava numa parada? É muito injusto, entendeu? É um inocente. Uma coisa que deveria ter sido valorizada, a Praça, não está sendo valorizada. O monumento dele é em vão. É como se fosse uma folha seca, que cai, acabou. Não existe mais, entendeu? É uma vida que foi e não volta. É isso que eu penso.”

- O monumento está pichado, porque a senhora acha que está pichado?

“Falta de consciência dos adolescentes, falta da família, em mostrar para os filhos, o que significa aquele monumento. Quem morreu e porque.”

-A senhora lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“Lembro vagamente, eu lembro que ele estava na parada de ônibus dormindo e os rapazes atearam álcool e atearam fogo. Por uma brincadeira, falaram que era uma brincadeira. Eles fizeram isso com a intenção de matar o índio, pensando que era um mendigo, mas não era, era uma pessoa, era um índio.”

- O assassinato do índio Galdino acabou se tornando parte da história de Brasília?

“Faz parte da história de Brasília. O que seria de nós, que somos a raça de vários tipos, então o que seria de nós se não fossem os índios? Que direitos nós temos de tirar a vida de um índio, principalmente deles? Não temos esse direito.”

-A história de Brasília, normalmente está associada a algum governador importante, associada á figura do JK, que é o fundador. A senhora a partir de que aconteceu, é difícil falar da história de Brasília, sem falar do caso do índio Galdino?

“É difícil, está sempre associado uma coisa sempre puxa a outra. Brasília é a capital federal, isso jamais poderia ter acontecido. Isso é inadmissível, entendeu? Não poderia isso ter acontecido, justamente por ser um índio, como se ele fosse um patrimônio da humanidade.”

- A imagem de Brasília foi alterada pelo acontecimento?

“Não”. De forma alguma. Brasília continua a mesma coisa. Não mudou nada. Se tivesse mudado os assassinos não estariam impunes. Mas não mudou. Tudo continua a mesma coisa. Tanto na política, como em outras aspectos.”

-Tem algum comentário que a senhora gostaria de está fazendo? Ou alguma mensagem?

“Justiça, a mensagem ou o pedido que eu faço é justiça. Que por mais que eles tenha já cumprido a pena, que já tenha passado os anos, eles tem que ser penalizado de algum modo. A família do índio perdeu, o pai, a moça lá, perdeu o esposo. O quê que está acontecendo com a família dele? Ninguém sabe ninguém se preocupa. Por quê? São vidas, né? Temos que ver isso. Temos que ter muita justiça. Só isso que eu falo. Precisa disso.”

6ª Entrevistada: Ana Paula Bernardes de Araújo, 33 anos (moradora da Ceilândia)

Profissão: Gari

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto

-O que esse monumento do índio Galdino representa para você?

“Uma pouca vergonha (risadas). Porque uma pessoa que morreu, pagou a vida e os outros está, mora aí do lado, como você sabe, e está vivendo bem, por uma estátua velha, eu acho que não vale a pena não. Minha opinião é essa (risadas)”

- O monumento está pichado, o que a senhora acha disso?

“Vandalismo. Não tem respeito pelo patrimônio.”

-Você lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“Eu lembro o que passou na televisão, que ele foi incendiado enquanto dormia isso aí eu lembro. Que ainda havia sido socorrido com vida, mas não chegou a resistir aos ferimentos, que forma muito grave. É a única coisa que eu lembro. E dos jovens sorrindo, enquanto a policia, fazia a pergunta e recolheram eles, porque eram só suspeito, ainda não era concreto, eu lembro disso, dos três jovens.”

-O assassinato do índio Galdino acabou se tornando parte da história de Brasília?

“Acho que ficou na história, porque tudo que se fala relacionado a Brasília, relaciona isso, o índio Galdino, quando foi queimado no Distrito Federal, eles sempre falam no dia do índio, sempre falam na televisão.”

-Você acha que a imagem da cidade foi alterada pelo acontecimento?

“Acho que ficou muito feio, porque não teve justiça. Os jovens na estão tudo aí solto? Farreando, aprontando? Quem perdeu foi ele que morreu incendiado e a família, estão tudo aí! Bem do lado (risadas)

-É possível associar os motivos que levaram a morte do índio Galdino com os atuais casos de violência?

“Tem, porque nunca se faz justiça, por mais que as pessoas matem, comete crime, passa um, dois, três anos na cadeia e está aí solto para fazer de novo. E acaba sendo relacionado, porque não teve justiça. A violência ainda continua né?”

-Existem outros casos de violência parecidos com os do índio Galdino?

“Teve aquela mulher que foi morta a tiro, que eu não lembro bem a cidade, não sei se foi São Paulo. Acho que está relacionado, enquanto não tiver justiça, enquanto eles não fizer cumprir pena, sempre assim, eles vão continuar fazendo.”

-A violência praticada por jovens de classe média é uma característica de Brasília?

“É porque sempre tem dinheiro e passa a mão na cabeça.”

Observação: Saiu apressada, estava perdendo o ônibus.

7º Entrevistado: Waldir Florêncio Lima, 44 anos (morador do Guará)

Escolaridade: Superior completo

Profissão: Policial Militar

- O que esse monumento do índio Galdino representa para você?

“Olha, ele representa simplesmente o símbolo dos índios aqui, onde ocorreu, eu não me recordo a data certa, mas foi do assassinato do índio Galdino. Após esse fato o GDF providenciou, juntamente com a FUNAI. É não sei se foi realmente esse órgão, mas juntamente com o órgão voltado para os índios, que colocaram esse monumento aí.”

- Nesse monumento é possível observar que ele está sujo, pichado. O que você acha disso? O que representa essa condição de monumento?

“Esse descuido realmente existe. Isso caberia ao GDF providenciar a limpeza ou até a pintura. Até mesmo pelo próprio tempo, né? O sol, a chuva, poeira, o vento, com isso aí ele vai deteriorando e realmente está precisando de uma recuperação.”

-Você lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“O que eu lembro foi o que a mídia divulgou na época. Ele estava deitado na parada aí, passaram adolescentes, uns jovens adultos, né? Passaram e atearam fogo nele, com a intenção de assustar e acabaram matando o índio na época.”

-Você acredita que o assassinato do índio Galdino acabou se tornando parte da história de Brasília? Possível falar da história de Brasília sem contar o que ocorreu com Galdino?

“Sim, eu concordo. É uma história negativa, que não foi boa. Repercutiu a nível de Brasil. E cabe lembrar aí que ser índio ou morador de rua que tem que ser tratado dessa forma, como se fosse talvez, pior que um cachorro. Eu acho que nunca ouvir falar de fazer isso com um animal, imagina com uma pessoa. Porque ser índio, ou deixar de ser apenas para dar um susto, sendo que a pessoa não teve a consciência que através desse susto poderia tirar a vida de uma pessoa.”

-Você acredita que a imagem da cidade foi alterada pelo acontecimento?

“Acredito, como já disse antes. O que ocorreu foi uma coisa que marcou de forma negativa, né? Como aqui em Brasília, já tem outros caos aí, de crimes bárbaros, cruéis, né? E esse aí foi mais um. Depois do índio já tiveram outros casos também. Inclusive nessa própria praça, morador matou dois mendigos, logo ali naquela casa ao lado do monumento do índio.

Porque era morador de rua, bateu na porta para pedir alimento, o morador saiu nervoso de lá e deu dois tiros na pessoa. Acabou assassinando um morador de rua, ao lado desse monumento do índio, aqui na praça do índio, na 704 Sul.”

-É possível relacionar os motivos que levaram a morte do índio Galdino com os atuais atos de violência?

“É ocorrem. É possível sim. Acredito que seja possível sim. É as pessoas hoje em dia, parecem que não estão dando valor a vida das pessoas. E elas agredem as pessoas de várias formas seja com fogo, seja com brincadeira. O álcool também contribui muito, ingere bebida alcoólica, sai aí causando acidentes com crianças, adolescentes, com pessoas, transeuntes. Enfim, ocorre esse fato aí.”

-Existem outros casos de violência parecidos com os do índio Galdino?

“Relacionado com o caso dele, diretamente com fogo, não reconheço, não conheço, não lembro ter visto, nem divulgação desse tipo de ocorrência com fogo. Já em outros tipos de violência, sim, agora com fogo, não.”

-A violência praticada por jovens de classe média é uma característica de Brasília?

“Não é rotineiro não, mas acontece. Aqui, acolá o pessoal do Lago Sul, Asa Sul eles cometem crime desse porte aí. Pode ser com luta, fazem lutas marciais e acabam agredindo as pessoas em frente de boate. Tem também a relação com os homossexuais, eles não concordam, vão lá e agredem essas pessoas, agredem os mendigos. Isso ocorre, não é rotineiro, mas ocorre.”

-A construção aqui do Posto Policial, nessa quadra, tem alguma relação com o que aconteceu com o índio Galdino? Ou demais casos de violência nas proximidades?

“Tem com certeza. Foi exatamente depois do ocorrido com a morte do índio Galdino e também morador de rua que eu acabei de citar, morto por um morador da quadra e também por questão política, porque têm muita gente influente na área, eles... Somando tudo isso aí, foi colocado aqui esse posto por esses motivos.”

-Agora fica livre para você fazer algum comentário de seu interesse ou mensagem.

“É quanto a essa questão todo, hoje em dia aqui na quadra 704/705, 706 e 707 da Asa Sul se encontram até tranquila, em vistas do que era antes. Atualmente ocorrem pequenos furtos, já falando assim, na nossa profissão, aqui, como policial, né? A gente observa muito isso, o que ocorrem são pequenos furtos, invasão de domicílio, mas nada tão grave, como ocorria anteriormente.

Já que existe o Posto Policial, é comum vocês estarem observando manifestações públicas, manifestações indígenas, ocorrendo nessa localidade em função da existência do monumento do índio Galdino?

“Com certeza, quando os índios vem a Brasília, eles não deixam de visitar aqui este monumento, local onde o índio Galdino foi incendiado e morto. Eles vem aqui sim, tiram fotos, passam por aqui e depois seguem seu destino, mas eles costumam vir aqui.’

8ª Entrevistada: Thais Pereira Caldas, 34 anos

Profissão: Assistente de Saúde

Escolaridade: Superior Completo

-O que esse monumento ao lado do índio Galdino representa para você?

“o marco de uma história muito triste, de violência. É de certa forma, uma homenagem merecida, né? pelo fato que aconteceu, que foi uma barbárie, né? Muito triste realmente. Mas é um monumento merecido, não só ao Galdino, como também as demais classe indígena.”

-O monumento está sujo, pichado. Você acha que essa pichação, essa sujeira, tem algum sentido, algum significado?

“Eu acredito que não. Porque se fosse só ele pichado a gente poderia pensar como alguma forma de, como eu posso dizer... de ofender a integridade dos índios, mas não é o caso aqui de Brasília, até porque muita coisa é pichada, muita, aqui eles não respeitam os prédios de órgão públicos, vão respeitar um monumento que Está assim no meio da rua? Não respeita não. Infelizmente tem aí um grupinho que sai pichando tudo, muro das residências que acabaram de pintar, novinho, de repente tá tudo pichado. Não é bem assim uma ofensa a eles não. Eles fazem isso em qualquer lugar. Tá pintadinho, tá novinho, eles colocam a marca deles.”

-Você lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“Foi queimado vivo, né? Lembro sim! Perfeitamente. É jogaram álcool nele, cinco jovens se não me falha a memória. Cinco jovens disseram que era uma brincadeira, que era um mendigo. Então, assim, quer dizer não foi respeitada uma vida humana, independente de se mendigo, índio, não interessa quem era que estava ali na parada, né? Ali foi ofendida uma vida, uma pessoa, um homem, né? Então, assim independente de ter sido uma brincadeira ou não, aquilo lá foi uma verdadeira, um verdadeiro homicídio doloso mesmo, com a intenção de matar. Porque ninguém põe fogo em uma pessoa com intenção de brincar. Eu não acredito nisso, nessa versão aí, com sinceridade não acredito.

-Você acha que as reivindicações dos povos indígenas são justas, como as demarcações das terras dos pataxós?

“Olha, eu posso dizer isso, até como representante dessa classe, porque apesar de branca, cabelo cacheado, eu sou parente de índios, índios mesmo que forma tirados da tribo. Minha mãe, minha tia elas tem traços marcantes. Mas assim, tirando esse lado da suspensão e você analisando pelo outro lado, quando os portugueses chegaram aqui, já existiam os índios.

Eles foram perdendo os espaços deles e hoje um absurdo, o cúmulo do absurdo, aquela construção ali do setor Noroeste. Que aquilo ali, além de ser uma reserva biológica importantíssima, como aquelas nascentes, ainda eram áreas habitadas por índios, os primitivos aqui dessa terr. Eu nem diria justo e sim justíssimo, entendeu? Eu acho que sim, tem que ter uma atenção melhor, porque afinal de contas, eles chegaram, eles estavam aqui primeiro. Aqui foi invadido e não descoberto. Isso é meu pensamento. Isso foi invadido, não foi descoberto. E aí ainda escuta umas ‘frasezinhas sem-vergonhas’ que dizem que índio é tudo vagabundo, entendeu? Pessoas que sempre foram, viveram daquela terra, viveram daquilo ali, o plantio. Então assim, é para lá de justo essas demarcações é pra lá de justo, eles tem direito sim disso.”

-Você acha que a sociedade é solidária com os povos indígenas?

“Olha pouquíssimo, porque em acho assim que a FUNAI faz muito pouco pelos índios. Acho que deveria ter mais sensibilidade, por um povo que sempre viveu daquilo ali, daquele plantio, entendeu? Hoje o que acontece, principalmente com a degradação do meio ambiente, né? Eu não sei o que essas pessoas pensam, porque assim, como você vai viver? E ter um futuro aqui na terra, com o meio ambiente se acabando dessa forma. E os índios assim, são os autênticos pessoas que preservam isso, entendeu? Eu imagino o que vai ser a vida sem o meio ambiente, sem a natureza, sem o ar puro para você respirar. Por isso que eu acho que a solidariedade da sociedade é muito pouco com eles, porque eles são autêntica raça que preserva os recursos naturais.

- O assassinato do índio Galdino acabou se tornando parte da história de Brasília?

“Uma parte muito feia da história de Brasília, infelizmente, parte muito triste, chocante. Porque acho assim, qualquer comentário que eu fizer em relação á isso é pouco para explicar uma violência, sabe, tão ridícula. Não interessa se mendigo, se índio. Foi uma violência de qualquer forma. O nome disso foi violência, né? Violência, jovens responsáveis que... não sei o que umas criaturas dessas pensam da vida. Pensavam, porque agora devem estar todos adultos. Não sei se hoje analisam a gravidade do que fizeram. Porque seja lá o que for, foi um assassinato. Então, mudo sim a história de Brasília de uma forma muito triste. Porque isso foi repercussão mundial, não só repercutiu no âmbito brasileiro, foi mundial. Essa história chocou o mundo inteiro. É uma história muito feia de Brasília, virou a parte feia de Brasília.”

- A imagem da cidade de Brasília sempre foi dita como a capital da esperança ou o modelo de uma cidade planejada. Brasília, o sonho de Dom Bosco, capital de todos os brasileiros. Você acha que essa imagem de Brasília foi alterada pelo acontecimento?

“Uma coisa eu vou dizer pra você, acho que é uma grande realidade que o brasileiro tem memória curta. Eu acho que, infelizmente foi só mais uma história de assassinato, só mais uma, entendeu? Infelizmente o brasileiro tem memória curta. Então acredito, que, por conta disso, Brasília continua sendo um sonho para muita gente, entendeu? Acho que independente disso. Foi uma história chocante, mas não acredito que mudou assim essa esperança, não! A capital da esperança não, acho que não. Infelizmente, tristemente foi só um assassinato.

-É possível associar os motivos que levaram a morte do índio Galdino com os atuais casos de violência na cidade e no país. Os motivos que levaram a morte do índio Galdino aparece em outros casos?

“Olha, na verdade assim, hoje em dia, a vida se tornou banalizada, mata-se por qualquer coisa, por qualquer coisa, por qualquer motivo, entendeu? Hoje vida está muito banalizada, então esse assassinato aí, é? A violência tem crescido de uma forma exagerada, entendeu? É as drogas, álcool, isso tudo contribui para o crescimento da violência, né? E por nada aqueles jovens naquela noite estavam bem embriagados também. Então assim isso tudo, acho que aumento do uso de drogas, , do alcoolismo, isso tudo tem contribuído, para o aumento da violência também.”

-Será que a intolerância, ela também é uma dos mecanismos de se pensar a violência. Por exemplo aqui na praça em 2009 houve o assassinato de dois mendigos aqui no coreto, na mesma Praça que ocorreu assassinato do índio Galdino. A intolerância com as minorias, é uma característica da violência, ou uma coincidência apenas?

“Até onde eu tive notícia, aquelas duas mortes lá, estavam envolvidas com drogas, né? Então assim, ali acredita-se que foi acero de conta, vingança, ali acredita-se que foi isso. Eu me lembro perfeitamente dessa história, até porque com uma estudante de direito, isso sempre vai ara a sala de aula. Essa história de índio Galdino, foi amplamente discutida em sal a de aula, porque são temas atualíssimo, né? Então a morte daqueles rapazes teve ligação com as drogas, mas a intolerância, ela existe. A intolerância tem aumentado, principalmente com essa classe de rua. Isso você percebe não só aqui em Brasília, muitos lugares a fora, eles batem, eles matam os mendigos que estão em algum lugar dormindo, mesmo Ali dormindo o cara morre. Chega com uma pedra, aí acabou, entendeu? Então assim, é um tema atualíssimo, de

grande debate, que é essa intolerância que está havendo, com certeza há intolerância, sim por parte da sociedade.

-Existem outros caso de violência em Brasília, que chocaram a cidade como o assassinato do índio Galdino?

“No presente momento se houve ao estou lembrada. Eu ouvi uma morte de um rapaz na boate também, que eu achei muito chocante aquilo lá. Marcos, se eu não me lembro do nome do rapaz. Também acredito que ali foi uma barbárie, também ,né? Ele morreu, né de muita pancada. Então eu acho que chamou atenção mais foi assim, depois do assassinato do índio Galdino. O último agora foi muito estranho, de um professor de direito, Rendrik e Oliveira, também foi um assassinato esquisito, também teve muita repercussão, que eu me lembre”

-Antes do Galdino, você não lembra de outro assim marcante?

“Nesse momento aqui não. Há muito tempo atrás daquele jornalista Mario Eugênio. Há muito tempo atrás eu me lembro que essa história. Há! Agora estou lembrando do caso da Ana Lídia, né? Ali foi terrível, aquilo também, né? Até hoje não se sabe direito que foram as pessoas, até hoje nenhum foi condenado pela morte da menina. O que eu me lembro por enquanto foram esses”

-A violência praticada por jovens de classe média é uma característica de Brasília?

“Olha eu acho que não (risos), também não é bem assim, eu acredito que não, né? Porque eu, principalmente nesses cinco anos estudando, eu não tive muito tempo de estar ligada em jornais. Eu não sei se você sabe, mas me Direito se estuda para caramba. Então assim, eu particularmente acredito que não é bem assim, uma coisa tão! Eu acredito que não. Tem muitos envolvidos com drogas, infelizmente. A droga hoje em dia está acabando com as famílias daqui de Brasília. Mas assim, eu acho que não, não é tão escancarado.

-Agora fica aberto para você fazer um comentário sobre esse assunto, ou deixar alguma mensagem, ou algum aspecto que marcou mais sobre esse acontecimento, ou suas preocupações sobre a realidade.

“Aí, eu vou mais para o lado humano, do religioso, né? Que eu acho assim que está faltando mesmo é o amor entre as pessoas, sinceridade. Aquele mandamento que Deus deixou: amar o próximo como a ti mesmo, aquilo ali banalizou-se, né? Ninguém mais se importa com ninguém, mata-se por nada. Como agora eu falei com meu professor, não só ele, tem notícias atualíssimas de companheiro matando companheira. Eu acho que está faltando

entre as pessoas é o amor de Deus. Agora estou falando assim, pelo lado humano do que do lado objetivo da história.

9ª Entrevistada: Therezinha Loos, 65 anos

Profissão: Professora aposentada, atualmente artesã

Escolaridade: Superior

-O que esse monumento ao lado (índio Galdino) representa para a senhora?

“Uma lembrança de uma violência, uma triste violência. E a falta de cuidado que é dada a esse monumento também nos lembra a falta de cuidado que é dado ao ser humano índio, nosso irmão.”

-A senhora lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“Lembro sim, nós já tínhamos a feirinha, a feira mista da Asa Sul aqui na praça, e prestamos homenagem nessa época aos índios, porque eles ocupavam grande parte da nossa praça, por morar nos pensionatos na proximidade da praça. Então eles frequentavam todo sábado, e nesse dia principalmente por ser o dia do índio. Ele esteve em contato conosco, ele e a família, a mãe, toda a família, estiveram aqui na praça, mas eu soube da notícia à noite, pela televisão. E reconheci que ele havia estado inclusive na minha banca de artesanato.”

-A senhora falou que os índios se interessavam muito pelo que tinha na feira, pelos balões, como é isso? A senhora pode falar sobre isso?

“Eles tinham interesse. Inclusive eles nos pediam algumas vezes que nós disséssemos algumas coisas para eles, mas ao mesmo tempo eles vinham. E chegou um índio a fazer compra usando dólar, em uma das bancas de bijuterias, que chamava muito a atenção deles. Ao mesmo tempo que alguns faziam compras com dólar, eles também nos pediam muitas coisas. (Isso incomodava?) Às vezes sim, mas na grande maioria não. Eles vinham com as crianças mesmo, brincavam aqui e algumas vezes nós pedíamos que eles fizessem a demonstração da cultura deles aqui na praça. Eles só aceitavam fazer a demonstração de canto e de dança infantis em troca de algo, ou de cesta básica, ou de cobertores, ou mesmo de dinheiro. Eles nunca faziam nada que não fosse em troca de algum bem material.”

- A senhora acha que as reivindicações dos povos indígenas são justas?

“Sim, justas, mais do que justas. Principalmente se nós analisarmos que eles são os donos dessa terra, nós chegamos depois deles e cada vez mais, o povo branco empurrando eles para a periferia, afastando eles, encurralando cada vez mais nos cantos, não dando muitas vezes condições deles plantarem, deles colherem, em um ambiente que é dado para eles.

Então eu acho que muito pouca coisa é feita por eles, eles mereciam ter mais respeito, como toda minoria, não só os índios, mas com os pobres que são muito maltratados.”

-A senhora acha que a sociedade é solidária com os povos indígenas?

“Não, eu acho que existe até um certo preconceito camuflado, tanto quanto aos índios, como quanto os negros, mas os índios é que é o nosso assunto aqui, eu acho que eles são maltratados pela própria sociedade e não são bem vistos. Com isso não se dá, não se tem solidariedade com eles.”

-Essa falta de solidariedade tem então haver com a violência sofrida por Galdino, no dia 20/04/1997?

“Eu acho que não tem haver. A morte do Galdino foi uma comprovação dessa falta de solidariedade que existe. Ela não começou a existir depois da morte dele, ela sempre existiu. Essa falta de respeito pelo ser humano índio sempre existiu. Não foi a violência do índio Galdino que trouxe essa falta de solidariedade. Deveria ter sido o contrário depois dessa violência toda, era prá nós respeitarmos mais as vítimas dessa violência.”

-O assassinato do índio Galdino acabou se tornando parte da história de Brasília? A senhora acha que a história de Brasília foi alterada em decorrência do assassinato do índio Galdino?

“A imagem da morte do índio Galdino ficou um marco sim na história de Brasília. Não modificou grandes coisas de lá para cá, mas ficou uma morte. Até muitas vezes os ônibus de turismo que passam aqui na praça, e param de longe para ver o monumento, eles não saltam, eles não vêm aqui na praça para isso, mas passou a ser ponto turístico, o símbolo da morte triste do índio Galdino.”

-A senhora acha que a imagem de Brasília, a cidade como capital da esperança, modelo de cidade planejada, cidade como o sonho de Dom Bosco, capital de todos os brasileiros, a cidade do progresso. A senhora acha que essa imagem foi alterada pelo acontecimento?

“Acho que não. Como sempre é uma coisa que cai no esquecimento, como outras violências que Brasília sofreu e caíram no esquecimento. Eu acho que não chegou a afetar tanto assim não, não chegou a esse ponto.”

-É possível associar os motivos que levaram a morte do índio Galdino com os atuais casos de violência na cidade e no país? Ou são coisas diferentes?

“Não, eu não acho que sejam coisas muito diferentes, eu acho que o que falta, afetou em todas essas causas, como em várias causas, eu sou uma educadora, e eu acho que tudo parte da educação do povo. A educação que é dada para o povo, não pode se esperar mais do que isso. Não se preocupa com menino de rua, em termos de fazer alguma coisa em tirá-lo da rua, esse menino de rua vai ser um futuro bandido. E o filhinho de papai não se preocupa com a educação dele no termo exato que é uma educação. Brasília é uma cidade que envolve ambição, que envolve dinheiro, e de um modo geral essas crianças recebem bens materiais. Na hora da educação se preocupa pouco. A educação hoje em dia, dá para esse jovem passar no vestibular. Você vai para uma escola que te ajude a passar no vestibular, a educação de um modo geral está esquecida, hoje é passar no vestibular. Então se essa criança, se esse jovem não recebe uma educação religiosa, social, bem dada, bem feita, não pode se esperar nada mais do que está acontecendo. É a violência e sempre na impunidade. É a mãe achando que o filho fez isso por má companhia. As drogas que ninguém faz nada, a droga está correndo no meio da cidade, à vista da polícia, à vista de todo mundo e ninguém faz nada. Você não pode sair à noite. Eu passei um dia desses pela Rodoviária e eu tive medo de uma criança. Como que eu, que fui uma educadora e que trabalhei com criança, hoje eu tenho medo de uma criança na rua. Então o que nós podemos esperar disso? Aumento da violência cada vez maior. Daqui para frente, eu honestamente, que me perdoe, eu não tenho esperanças. Porque eu não vejo fazerem nada. Nem melhoria da educação. Nem melhoria desse combate à droga, nada está sendo feito. A impunidade e as leis não mudam, continuam as mesmas leis. Fiz curso de direito também e não vejo grandes mudanças. Não peguei meu diploma até hoje, por decepção. Porque eu vejo que a justiça não existe. Então não vejo grandes esperanças não, daqui para a frente a violência vai aumentando cada vez mais, tanto do pobre, do menino de rua, do menino abandonado, quanto dos filhos de classe média que não estão tendo orientação, principalmente religiosa. Não existe mais, então não se tem grandes esperanças.”

- Existiram outros casos de violência em Brasília que chocaram a cidade como foi o assassinato do índio Galdino?

“Sim, Ana Lúcia. Eu cheguei em Brasília em 1962, eu vim para Brasília adolescente. O caso Ana Lúcia foi uma barbárie, que é mais antigo em Brasília, lembra o que foi, e a impunidade aconteceu. Da mesma maneira a impunidade com o índio Galdino. Só nessa praça aqui, que eu lembre, nós tivemos quatro casos de violência, só nesta praça. Foi o índio Galdino, foi um casal de namorados, saindo da UDF(faculdade) foram sequestrado e

assassinados e dois moradores de rua dentro do coreto que foram assassinados também. Então só aqui nessa praça foram todos esses casos.

-A violência praticada por jovens de classe média é uma característica de Brasília?

“Acho que é uma característica de Brasil, não é uma característica de Brasília. Brasília é uma cidade nova e ela é muito visada pela mídia, principalmente pelos outros estados. Eles fazem tudo para manter uma imagem negativa de Brasília, então para Brasília, essa violência sempre se destaca como tudo de negativo que acontece aqui, sempre se destaca pelo próprio início de Brasília. Tiraram Brasília do Rio de Janeiro? Imagina isso era uma agressão, trazer Brasília para cá. Então essa imagem é vista negativa por todo o Brasil. Acontece que todas as pessoas que vieram para cá, vieram de outros estados. Esses jovens são filhos de famílias que vieram de outros estados. O político que está aqui, ele é mandado por outros estados. Então Brasília cria uma imagem negativa, baseado, também no que acontece nos outros estados em todo o Brasil. Não é só Brasília o Brasil todo está sofrendo dessa doença.

-A senhora gostaria de fazer algum comentário? Agora esse momento é livre, deixar uma mensagem, fazer uma reflexão acerca de tudo que foi perguntado, acerca das experiências da senhora aqui na comunidade, na Praça com a feira que já faz um certo tempo.

“Não em princípio uma reivindicação, nem é um comentário, seria polícia na rua. Porque você anda por Brasília e dificilmente você cruza com um policial na rua. Muitas vezes você cruza com eles parados na esquina conversando, porque eles se encontram e são humanos. Mas andando pela rua principalmente a noite, pela minha própria idade. Mas você não tem segurança nenhuma, você não pode sair, não pode fazer caminhada no final da tarde, você está correndo risco. Aqui mesmo na W3 Sul, já teve pessoas conhecidas e amigas minhas que pela manhã saíram para caminhar e foram assaltadas, com o dia claro. Amigos que tem banca de revista aqui e que não abrem ao sábado e domingo porque os marginais entram na banca com faca para assaltar. Então realmente, principalmente na W3 Sul, que já foi o centro de Brasília, o abandono é total, a insegurança é total. Então só isso que eu gostaria, que Brasília tivesse mais segurança que as pessoas olhassem para Brasília com mais carinho. Brasília é hoje uma cidade mais humana que era, mas ainda está precisando de muita coisa, para que dê segurança para a população poder andar na rua, para a população poder ter vida humana. Infelizmente só pode ter dentro do shopping, pelas ruas da cidade você não pode andar porque não tem segurança. Principalmente um pedido que eu faço é de segurança para a população.

-Esse posto policial tem haver com esse contexto de insegurança? Tem a haver com a morte do Galdino, ou tem outro sentido o Posto Policial?

“Ele não foi criado pelo índio Galdino, ou por causa da violência. Isso foi uma política de segurança, que Brasília toda recebeu esses postos policiais e eu acho super válido, desde que o policial não fique preso dentro do Posto. Lógico que tem que ter um policial lá dentro, mas tem que ter outros por fora. Aqui mesmo já aconteceu de eu ter que precisar pedir socorro ao posto policial e a resposta que eu tive, foi que ele não podia fazer nada porque ele estava sozinho e não tinha como ele me atender. Não adianta colocar uma estrutura física sem ter o material humano para trabalhar e o estímulo para este material humano poder agir. Porque colocar um ser humano lá dentro, sozinho, com um computador. Eu acho que muito pouca coisa que ele pode fazer pela cidade. Então eu já recorri a esse Posto Policial umas três ou quatro vezes e não pude ser atendida, o policial estava sozinho. Eles tem toda boa vontade de nos atender, mas infelizmente eles não tem estrutura.”

-Eu escutei de algumas pessoas nas entrevistas que quando se fala da Praça (John Kennedy, Compromisso, Índio Galdino), como também escutei que essa praça deveria ser chamada de ‘praça da discórdia’. O que a senhora acha disso?

Olha, eu não moro na comunidade e eu não posso responder, o porque dessa discórdia. Isso pode ter sido... A residência deles aqui, eles podem sentir isso na praça, porque eu venho aqui uma vez por semana e eu não sinto. Eu frequentei essa praça na minha adolescência e aqui tinha festa junina, dança de quadrilha, tinha realmente uma vida mais viva do que tem hoje. Mas essa discórdia, eu com expositora de uma feira a dezesseis anos ou mais, eu não senti o porquê dessa discórdia. Eu não sinto isso. Eu acho que essa praça poderia ser mais aproveitada, em prol da comunidade. Um local para que o idoso faça exercício, uma quadra de esporte que o jovem possa frequentar. Semana passada mesmo, escutei de uma criança, nós não temos nem um parquinho aqui tia, para a gente brincar! Então é um espaço que está no abandono. Não no abandono físico, de piso quebrado, do piso abandonado, não. Ela não tem uso. Ela está sem uso! E é um pecado, porque eu acho que os espaços físicos de Brasília teriam que ter mais motivos para o povo frequentar. As próprias crianças, os próprios jovens frequentarem, a praça de esportes, os brinquedos e o idoso também. Venho de uma cidade, Petrópolis, onde o idoso caminha pelas ruas, o idoso sai para tomar um chá, sai à noite. Brasília não tem isso, o idoso aqui é trancado em casa. Agora existe o projeto de revitalização da W3 eu tive contato com os projetos e vi que tinha uma revitalização para essa praça. Só que estes planos foram todos abandonados, esquecidos no papel. E teriam lugares para lanchonete

dentro de uma estrutura até para o artesanato indígena aqui nessa praça. Um dos projetos constava isso, só que nunca mais se ouviu falar desses projetos de revitalização da W3 e conseqüentemente das praças.

-De que anos eram esses projetos? Em que governo isso era discutido?

“foi no governo do governador Joaquim Roriz. Foi através de um concurso de arquitetos.”

10ª Entrevistada: Alexandra Pataxó, 24 anos (etnia Pataxó)

Profissão: artesã

Escolaridade: Ensino Médio Completo

-O monumento da praça representa o que para você?

“Representa como ele existe, né?. É um índio que morreu, que Tem ali para a gente ver, que foi uma pessoa que morreu, mas nós estamos aqui para reivindicar, né? E que não venha a acontecer mais. Que é uma falta de respeito mesmo com o índio. E aquele lugar ali é muito respeitado pela gente índio.”

-Esse monumento tem um sentido religioso ou apenas um sentido político? Algumas vezes aparecem os índios fazendo um ritual religioso no local, Serve para estar lembrando?

“Sim serve para estar lembrando, né? Ali eles fazem rituais, ali em memória dele.”

-Você lembra o que aconteceu com o índio Galdino Jesus dos Santos?

“Eu não lembro, porque eu não morava aqui. Só ficamos sabendo mesmo. Mas eu não lembro.

- O que você lembra tem haver com o que foi visto nos jornais da época, pelas notícias?

“Sim pelas notícias”

-o que representou o assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos para os povos indígenas?

“Que as pessoas não respeitam, né? Pensaram que ele era uma outra pessoa, mas ele era um ser humano também. Também isso não deveria acontecer, e que e muito forte pra gente, né? Parente morrer assim daquela forma então é muito triste para a gente,né?”

-As comemorações e manifestações que ocorrem todo o ano no dia do índio, Galdino é lembrado?

“Sim, é lembrado sim. Quando não dá para vim aqui, é comemorado mesmo na aldeia a memória dele.

-Isso só para os pataxós ou os outros grupos lembram disso?

‘só os pataxós”

-A demarcação das terras, é a principal reivindicação dos povos indígenas do Brasil?

“Sim, porque as terras eram dos índios, quando os brancos chegaram, os índios já existiam, lá. Aí as terras, eles querem tomar. Falam que é deles. Mas a demarcação é dos índios. Aí nos estamos vendo que tem que ser demarcada as terras, né? Porque hoje na aldeia

tem muito, a população tem crescido muito. Então é muito importante que seja demarcado mesmo.’

-Essa luta pela demarcação é uma luta antiga?

“É uma luta antiga. Muito antiga. Porque na época do meu avô, ele veio a pé da aldeia até Brasília, reivindicar já as terras.”

-A violência praticada contra o índio Galdino, foi um fato isolado, específico, ou tem relação com outros atos de violência já praticados contra os povos indígenas?

“Eu acho que foi um ato isolado, né? Porque ...(silêncio) eu não sei explicar direito, eu não sei como aconteceu realmente. O que contam no verdade, é que ele veio para Brasília para tratar das demarcações. Ele não conseguiu dormir na pensão e acabou dormindo na parada, aí os jovens jogaram combustível nele e atearam fogo enquanto ele dormia.”

-É comum esse tipo de violência são contra os índios? Que outras violências são praticadas contra os índios?

“Não. Só aconteceu com ele mesmo. Não aconteceu com outro índio.”

-Que outros tipos de violência sofrem os índios?

“É , pessoas, por exemplo assim, demarcações de terra mesmo, pessoas que ficam marcando e quando assim eles vão para a cidade, querem matar, querem fazer alguma coisa para tirar a via dos índios.”

-Você acha que a sociedade de modo geral, apoia as reivindicações?

“Nem todos tem gente que não está nem aí. Ganhar ou não tanto faz. Então é o índio é que tem que correr atrás para conseguir a reivindicação.”

-Como a sociedade vê e trata os povos indígenas?

“Acho que a sociedade olha de forma diferente. Acha que a gente é diferente deles, mas na realidade somos iguais.”

-A população de Brasília trata de forma respeitosa os índios?

“Aqui em Brasília, uma pessoa mal cumprimenta a outra pessoa. Sei lá não dá para compreender como o ser humano é dessa forma.”

-Desde o assassinato do índio Galdino, a relação dos povos indígenas com o governo foi alterada? Melhorou?

“Continua do mesmo jeito. Não vai para frente e nem para trás.”

-Você gostaria de deixar uma mensagem?

“Que o governo melhore”

2. Termos de autorização de uso de voz e imagem